



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO (PPGNEIM/UFBA)**

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**

DAYANE NAYARA CONCEIÇÃO DE ASSIS (NZINGA MBANDI).

**DOS NAVIOS NEGREIROS AOS PORÕES DA DEMOCRACIA:
OLHARES DE MULHERES NEGRAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA
AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, DE BELO
HORIZONTE – MG A SALVADOR –BA**

SALVADOR/BA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO (PPGNEIM/UFBA)**

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**

DAYANE NAYARA CONCEIÇÃO DE ASSIS (NZINGA MBANDI).

**DOS NAVIOS NEGREIROS AOS PORÕES DA DEMOCRACIA:
OLHARES DE MULHERES NEGRAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA
AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, DE BELO
HORIZONTE – MG A SALVADOR –BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dr^a Marcia dos Santos Macedo

SALVADOR – BA
2016

Assis, Dayane Nayara C. de (Nzinga Mbandi).

Dos navios negreiros aos porões da democracia: Olhares de mulheres negras sobre a construção de uma agenda de políticas públicas de Belo Horizonte/MG a Salvador/BA. / Nzinga Mbandi, Nayara C. de Assis; orientadora, Marcia dos Santos Macêdo. – Salvador, 2016. 127f.;

Orientadora Prof^a Dr^a Márcia dos Santos Macêdo

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - NEIM. Salvador, 2016.

1. Mulheres Negras. 2. Políticas Públicas. 3. Feminismo I. Macedo, Marcia Santos, *orient.* II. Universidade Federal da Bahia III. Título.

XXXX:

DAYANE NAYARA CONCEIÇÃO DE ASSIS (NZINGA MBANDI).

DOS NAVIOS NEGREIROS AOS PORÕES DA DEMOCRACIA: OLHARES DE MULHERES NEGRAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, DE BELO HORIZONTE – MG A SALVADOR –BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Área de concentração: Mulheres, Gênero e Feminismo. Linha de pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Marcia dos Santos Macedo (ORIENTADORA)

Rosângela Costa Araújo (Examinadora 01)

Cristiano dos Santos Rodrigues (Examinador 02)

Dedico este trabalho a todas que vieram antes de mim e abriram os caminhos que hoje eu posso trilhar;

A minha mãe Cláudia, por cada faxina feita para que eu estudasse e não limpasse a privada de nenhum branco;

A Leonardo Tetsuo Yamaguchi (In Memoriam), sei que você está feliz por mim meu irmão afro-japa;

A todas as mulheres negras que virão depois de mim!

AGRADECIMENTOS

Aos orixás em primeiro lugar! A redescoberta da ancestralidade a partir da fé;

À minha família que me fez ser quem sou hoje: minha mãe Cláudia, meu Pai Gilberto, minhas irmãs Débora e Layla e ao meu irmão Douglas, meus sobrinhos Ana, Pedro e Paulo! Tamo junto negada;

Aos amigos mineiros que acompanham minha trajetória: Victor Hugo, Suelen, Ric, Paula Constante; obrigada por cada ligação, cada mensagem e por dividir os momentos de alegria e, como diríamos, os “abafamentos”;

À Monique, Fábio, Sabrina e Luana, meus conterrâneos Monlevadenses, que me acolheram para morar em sua casa, em Salvador, quando nem me conheciam;

Aos afetos construídos na Rede de Mulheres Negras da Bahia, em especial, a Altamira Simões que me adotou como filha, a Eva Bahia por todo cuidado e carinho por me apresentar Cachoeira e Barra do Jacuípe;

A Tiago, meu companheiro de dividir “barracão”, por todas as comidas feitas, por todos os nossos móveis feitos de “lixo”, por suportar todos os dengos meus e de Flor de Liz;

À Mônica e a Tamila e à família que formamos! Por todos os momentos que passamos lamentando nossas vidas de mulher preta;

A Djean, meu querido irmão, pelo carinho e cuidado tão especial, por ter ajudado a me manter o Orí firme e por todos os ônibus perdidos por causa da minha pirraça;

A Victor Hugo: há mais de dez anos companheiro fiel e torcedor constante pela minha vitória;

À Flor de Liz! Minha gata que trouxe tanto amor a minha vida e hoje faz parte de minha família felina com Zion e Leopoldo;

À minha mãe Yemanjá!

À minha orientadora Marcia Macedo que acreditou no meu tema e aceitou fazer parte dessa jornada;

À Janja que, para mim, é realmente uma mestra e uma referência de mulher negra na academia e na vida: sua presença foi fundamental, desde o momento da minha seleção, nunca me esquecerei disso;

Ao Cristiano, por me lembrar do tanto que é bom ser mineira!!!

À Damiana, Chirlene e Eliana, minhas irmãs pretas e colegas de mestrado; no final, vencemos!

À CAPES pelo provimento da bolsa de estudos fundamental para o desenvolvimento desse trabalho;

À todos/as aqueles/as que desacreditaram e me impulsionaram a querer vencer ainda mais!!

UBUNTU! Eu sou porque todos vocês são!!!

Cuida de mim Anjo Azul!

A vida

Um recomeço...

Querer ser como um passarinho?

Cortam-te as asas

Não te deixam voar.

Medo que machuca

Coração na divisão.

Ter por querer

A consciência negra

Pessoas saem da sua vida

O coração fica em pedaços

Longe...

Esquecer o egoísmo, a exclusão.

No cérebro o racismo dizendo que volta depois, que volta depois...

Mulher negra,

Sempre no refazer a vida.

Toma juízo!

Toma cuidado!

Querem os seus sonhos inteiros,

Essa história de inclusão,

Sabor de vitrine

No grito:

“- Cuida de mim anjo azul!

Anjo azul,

Dá uma porrada no outro dia

Não incineres as minhas lembranças.

“Nem minha consciência ancestral”

Alzira Rufino

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar a participação social das mulheres negras nas três primeiras conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres no Brasil. Trazendo para discussão a necessidade de racializar o conceito de gênero através da corrente teórica do feminismo negro, pretende-se através da literatura sobre participação política; analisar os discursos produzidos pelas mulheres negras participantes desses momentos políticos especificamente, utilizando para isso relatos de mulheres negras desde Belo Horizonte- MG e Salvador- BA.

Trata-se de uma análise a partir da ótica de seis mulheres negras sobre o que foi possível aprender ao longo do processo de construção das três primeiras conferências nacionais de políticas para as mulheres no Brasil. Como resultado a observação dos resultados apontam para a necessidade da construção de um olhar genderado e racializado sobre a participação social; bem como tornou evidente os embates que giram em torno da arena política sobre a qual se constrói políticas para as mulheres no Brasil.

Palavras Chaves: Mulheres Negras, Estado, Políticas Públicas, Feminismos Negros, Arena Política, Participação Social

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the social participation of black women in the first three national conferences on public policies for women in Brazil. Bringing

forward to discuss the need to racialize the concept of gender through the theoretical current of black feminism, it is intended through the literature on political participation, to analyze the discourses produced by the black women participating in these political moments specifically, using reports of black women also from Belo Horizonte-MG and Salvador-BA.

It is an analysis from the perspective of six black women about what was possible to learn during the process of construction of the first three national conferences of policies for women in Brazil. As consequence the observation of the results points to the need to construct an engrossed and racialized view on social participation; as well as making evident the clashes that revolve around the political arena on which policies is built for women in Brazil.

Keywords: Black Women, State, Public Policy, Black Feminism, Political Arena, Social Participation

LISTA DE SIGLAS

- CNDM – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
- CNPM- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
- FNB – FRENTE NEGRA BRASILEIRA
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
- IPEA- INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS
- MMN – MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS
- MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
- ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
- PNPM- PLANO NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
- SEPPIR – SECRETARIA DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL
- SPM- SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
- PNPM- PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- PLANAPIR- PLANO NACIONAL PARA IGUALDADE RACIAL

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gráfico I: Perfil das delegadas cor/raça	80
Gráfico2	Gráfico II: Perfil das delegadas cor/raça e grau de instrução	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL	22
1.1 Teorias feministas e o conceito de gênero	25
1.2 Racismos, interseccionalidades e a luta das mulheres negras	29
1.3 Teorias feministas e o pensamento das mulheres negras	34
1.4 Organizações de mulheres negras no Brasil	47
2. A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL	58
2.1 Estado, mulher(es) e trajetória das políticas públicas	59
2.2 Participação Social e Políticas Públicas: A construção da agenda	69
2.3 A cor, a pele, o corpo como campo de batalha: “Eu vim da selva, eu sou leão, sou demais pro seu quintal”	78
3. AS FERRMENTAS DO MESTRE NUNCA IRÃO DESMANTELAR A CASA GRANDE: OS EMBATES	88
3.1 Relatos de uma história silenciada	90
3.2 “Não existe lei Maria da Penha que nos proteja, da violência de nos submeter aos cargos de limpeza:” Quem fala tem nome e sobrenome!	92
3.3 Sororidade? As alianças políticas e a sustentação para os embates	97
4. REFLEXÕES INCONCLUSIVAS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.
Carolina Maria de Jesus

Esse trabalho é uma tentativa de escrivência de mulher negra, cisgênero, heterossexual e pobre; é uma tentativa de não se engasgar com o silêncio. São palavras de um não lugar, pois, é uma ousadia usar um espaço acadêmico sexista e racista para empoderar mulheres negras como eu; sim, eu sou mulher preta! Tenho 25 anos e, por enquanto, estou superando a expectativa de vida de uma jovem negra no Brasil; chamo-me Nzinga Mbandi, mas, nem sempre foi assim: nasci Dayane Nayara, no interior de Minas Gerais, em uma família negra e pobre; meu futuro não era ser acadêmica, mas eu desobedeci.

Graduei-me em Ciências do Estado na UFMG (2013); um curso branco e elitizado, onde, juntamente com duas amigas, formamos um grupo das únicas três negras do curso; hoje, com outra visão de mundo, percebo as inúmeras violências e um forte racismo institucional que, por vezes, me negou o acesso a várias oportunidades dentro da universidade. Lembro-me da minha inclusão precária no acesso ao ensino superior, sendo a primeira de uma família à época com quatro gerações vivas a chegar a esse lugar, mas, ao mesmo tempo, deparar-me com a situação de ter que fazer faxinas para me sustentar economicamente já na universidade.

O ingresso no mestrado, por sua vez, foi, sem dúvidas, um momento de muitas reafirmações e contradições e até mesmo a mudança de Minas

Gerais para Bahia, sem muitas certezas naquele momento, foi colocada em segundo plano pela euforia de ocupar aquele não lugar. Felizmente, essa euforia durou pouco tempo, pois, as dificuldades materiais para a permanência no curso e o encontro com bell hooks – através do texto “Intelectuais Negras” – me fizeram entender de perto as dificuldades que uma mulher negra enfrenta quando ousa trilhar os caminhos da intelectualidade.

Por outro lado, nem mesmo os cinco longos meses em que trabalhei na operação de telemarketing, enquanto cursava as matérias do mestrado, foram suficientes para me fazerem desistir de pensar acerca da relação entre políticas públicas de gênero e mulheres negras. Acredito fortemente nos encontros permitidos no trilhar desse caminho, por isso reconheço que a saída do telemarketing para atuar como tutora no curso de Educação e Direitos Humanos na FACED-UFBA, a convite da professora Rosângela Araújo, foi de extrema importância, naquele momento, visto que, o processo de fomentar a discussão de gênero e raça com os professores da rede estadual no município de Madre de Deus, me proporcionou um acúmulo teórico aplicável para além desse trabalho.

O tema desta dissertação foi por mim escolhido, desde a graduação até esse momento, como foco de pesquisa e nasce, em primeiro lugar, de um desejo de articular, em termos de conteúdo, aquilo que estudei em um curso essencialmente elitista e racista com o meu ativismo enquanto mulher negra, fazendo disso minha nova linha de pesquisa. Já em vias de terminar a graduação, ingressei como bolsista no NEPEM-UFMG (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher), onde participei de uma pesquisa sobre gênero e Bolsa Família e percebi muito rapidamente que, apesar do arcabouço teórico ali presente sobre o feminismo, a questão racial continuava a ser apenas um recorte.

Foi nesse momento que compreendi que era necessário repensar a relação entre Estado e Movimentos Feministas e Negros e minha inserção no CEN-UFMG (Coletivos de Estudantes Negros da UFMG) e no Bloco das Pretas (corrente feminista dentro desse coletivo) me propiciaram, juntamente com minha própria existência enquanto mulher negra, a todo um lastro de discussão racial sobre esse debate.

Dessa forma, fui dando continuidade a esse tema, pensado através das categorias de Intersetorialidade, Interseccionalidade e Transversalidade nas políticas públicas de gênero e raça, que ingressei no PPGNEIM-UFBA e, já no primeiro semestre, com uma maior maturidade acadêmica nos estudos de gênero e raça, que refleti, juntamente com minha orientadora, a possibilidade de pensar o recorte das conferências de políticas públicas através do olhar das mulheres negras. Confesso que, além de ousado, o tema é dolorido quando se percebe que a mulher negra ainda é por vezes o resultado da ausência de todas as políticas públicas e que isso me inclui.

Para materializar esse objetivo, gostaria de poder ter ouvido mulheres negras de todo o Brasil sobre suas experiências, porém, isso seria no mínimo megalomaniaco em um trabalho de Mestrado; por isso, escolhi como campo para minha pesquisa as cidades de Belo Horizonte e Salvador pela minha possibilidade de diálogo e inserção nos movimentos de mulheres negras nesses locais e, no meio do caminho, descobri que esses lugares tinham mais a me oferecer do que imaginei.

As dificuldades de (re) contar uma história como essa é que, apesar de o tempo histórico em que ela acontece ser recente, o fato das informações não estarem sistematizadas me obrigou a ter como um primeiro trabalho a tarefa de escavar, atrás de dados, o mais fundo que pude e, obviamente que, usando minha criatividade de mulher preta, consegui converter essa dificuldade em insumo para a pesquisa.

Durante essa trajetória, procurei relacionar os conteúdos produzidos nas matérias cursadas com a pesquisa do tema. Na matéria **Seminários de Teoria Feminista I**, ministrada pela professora Márcia Macedo, foi possível ter uma visão bastante ampla sobre as diversas correntes teóricas do feminismo, perpassando por todas elas, entendendo seus pontos centrais e também as críticas que ali poderiam ser feitas. Ao final dessa disciplina, meus conhecimentos sobre as bases teóricas do feminismo negro foram ampliadas e serviram como base para o primeiro capítulo dessa dissertação.

Em **Gênero e História**, lecionada pela professora Ana Alice Costa, a discussão foi conduzida no intuito de entender a ausência da mulher na história,

bem como suas representações estereotipadas. Além disso, foi-me proposto pensar quais eram as estratégias feministas possíveis a serem utilizadas para reverter esse quadro, sobretudo pensando a corrente teórica da História das Mulheres e a possibilidade da existência de uma epistemologia feminista. Infelizmente, essas discussões centraram-se em uma perspectiva universalizante sobre a mulher tendo pouco ou quando não nenhum recorte de raça e classe, como reflexões sobre o tema foi produzido um trabalho sobre o histórico de políticas públicas de gênero no Brasil, que auxiliaram na escrita do segundo capítulo.

Nas disciplinas de **Metodologia Científica e Seminários Multidisciplinares de Pesquisa**, lecionadas respectivamente pelas professoras Lindamir Casagrande/Lina Aras e Iole Vanin, foram discutidos temas como sexismo na produção da ciência, perspectivas feministas na produção dos saberes, bem como questões pontuais de cada projeto de pesquisa, o que culminou em um esboço metodológico para o trabalho e produção do roteiro para o trabalho de campo.

A disciplina **Dinâmicas de Gênero, Raça e Classe**, ministrada pelos docentes Rosângela Araújo e Cristiano Rodrigues, foi de extrema importância para a consolidação dessa trajetória, além de trazer conteúdos diversos ligados à temática; considero esta matéria como a única disciplina, ao longo do caminho, onde a discussão racial passou de um mero recorte para um lugar central para se pensar gênero.

Fora do PPGNEIM, cursei as disciplinas **Iconografias da Diáspora**, com o professor Marcelo Cunha, na Pós-Afro (UFBA), onde as discussões sobre raça foram extremamente importantes para o desenvolvimento desse trabalho e **Políticas Públicas e Estado de Bem-Estar**, com o professor Clóvis Zimmermann no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFBA).

O tirocínio docente no Bacharelado de Gênero e Diversidade, também com a professora Rosângela Araújo, permitiu que, através da disciplina **Gênero e Relações Raciais**, as percepções sobre o exercício da docência pudessem ocorrer de maneira autônoma, além disso, as discussões com os/as alunos/as

da graduação sobre suas intenções de pesquisa, bem como suas intenções acadêmicas, foram de suma importância para o andamento desse trabalho.

Nesse período, dediquei-me ainda em participar em eventos que pudessem contribuir para o amadurecimento desse trabalho e, entre eles, ressalto o **CANDACES-UNEB, ENLAÇANDO SEXUALIDADES-UNEB, II SEMANA DE HISTÓRIA – CONCEIÇÃO DO COITÉ, CONGRESSO BAIANO DE PESQUISADORES NEGROS – JEQUIÉ** e o **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PENSAMENTO DE MULHERES NEGRAS**.

Em se tratando de falar sobre mulheres negras, utilizar-me-ei de forma exaustiva das fontes orais, passeando pelo fio da memória e combinando esses relatos orais com fontes documentais de natureza diversa. É preciso que se resgate, através de uma ideia da história das mulheres, como a subjugação através do racismo e do sexismo relegaram a mulher negra a não ser considerada um sujeito político e por isso, conseqüentemente, sem história.

Este trabalho possui como objetivo dizer sobre uma versão da história, a partir de lugares definidos. Com isso, o que quero propor como intenção de pesquisa: analisar a dinâmica estabelecida entre entidades de mulheres negras, movimento feminista hegemônico e Estado no processo de construção dos planos nacionais de políticas públicas para mulheres no Brasil, compreendendo a ocorrência de possíveis embates e negociações na definição de uma agenda de políticas públicas sintonizada com a luta do feminismo antirracista e anti-heteronormativa.

Como instrumentos metodológicos foram utilizadas fontes orais, através da realização de seis entrevistas com mulheres negras envolvidas como participantes nas Conferências Nacionais de Políticas -para Mulheres – sendo três em cada uma das duas cidades citadas. Na construção do roteiro de entrevistas buscou-se mesclar as informações contidas nas fontes governamentais com os materiais produzidos pelos movimentos de mulheres, sobre as conferências analisadas e seus produtos.

A escolha do uso de fontes orais não poderia ser mais adequada em uma pesquisa onde há a intenção de trazer à tona uma história até então pouco contada no ambiente acadêmico pela ótica das mulheres negras. O que se

pretende nesse caso é, através de uma memória gendrada e racializada, proporcionar um lugar de relevância e protagonismo a essas múltiplas vozes, e as fontes documentais escritas, por sua vez, desempenham o papel de oferecer dados e estatísticas “oficiais” que servem como contraponto aos relatos.

É partindo desse caminho que sugiro uma proposta de reflexão sobre a participação política das mulheres negras no Brasil tendo como base as três primeiras Conferências de Políticas para Mulheres no Brasil, considerando como, historicamente, a intenção de enegrecer a concepção do conceito de gênero leva a desafios e potencialidades na construção dos feminismos.

Para o entendimento do recorte local que esse trabalho possui, se faz necessário ter um breve panorama do vasto histórico da luta das mulheres negras em Belo Horizonte e Salvador, embora o presente trabalho busque analisar as conferências nacionais de políticas para as mulheres a partir das experiências de participação social de mulheres negras destes lugares. Assim, reservadas suas diferenças significativas, as duas capitais possuem um histórico de luta e resistência de mulheres negras que se tornaram militantes amplamente reconhecidas no cenário nacional – cabe destacar que, analisando o histórico de consolidação do movimento negro, representado sobretudo pelo MNU (Movimento Negro Unificado), este contou incisivamente com a participação dessas mulheres negras que pautavam a invisibilidade de gênero nessas organizações. Nesse caso, Salvador, em particular, foi uma cidade onde, desde o início, a militância dessas mulheres negras se deu de maneira ampla dentro das organizações mistas, como analisa Silvana Bispo (2011)

Pensando na experiência da cidade de Salvador, pela iminência da dificuldade da maior parte dessas mulheres estarem se colocando nas discussões conjuntas com os homens, mesmo no seio de um movimento político/histórico de experiências compartilhadas como a escravização, o racismo e a discriminação, existia o entrave da perspectiva política que desse conta da prerrogativa da inserção da discussão de gênero, por exemplo. (BISPO, 2011, p.7)

A constatação acima também foi uma realidade em Belo Horizonte, visto que compartilha com Salvador a experiência de um movimento de mulheres negras que apostou no trabalho de base nos bairros e comunidades periféricas, não seguindo a tendência da época de atuação tão forte através de ONG’S;

como ocorreu no Rio de Janeiro e São Paulo – embora também tenha ocorrido o estabelecimento de algumas dessas organizações nesses lugares, destacando-se o Coletivo de Mulheres Negras *N'zinga* na capital mineira.

Enquanto estrutura formal para os assuntos de gênero, Salvador conta hoje com uma Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, bem como um Conselho Municipal e uma Superintendência de Políticas para as Mulheres, organismos que possuem um histórico de ocupação por parte das mulheres negras que entendem as contradições de ocupar os lugares formais de poder. Já em Belo Horizonte, encontra-se estabelecida a estrutura de uma Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, ligada à pasta dos Direitos Humanos, que em sua recente existência também contou com mulheres negras ocupando cadeiras de dirigentes, entre elas, duas de minhas interlocutoras – que revelaram, nas entrelinhas e fora delas, os reais ganhos e desafios que esses lugares reservam às mulheres negras.

Importa esboçar o lugar de onde fala essas mulheres para entendermos as narrativas por elas expostas e compreender que o olhar das mesmas sobre as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, é atravessado por suas experiências de participação social e vivências nessas cidades, não representando, portanto, uma tentativa de homogeneização do pensamento das mulheres negras que, não podemos esquecer, são diversas nesse país. É por esse motivo que cabe situar a abrangência desse olhar e o foco deste trabalho: que parte do pressuposto de que é possível construir olhares sobre um exercício político no plano macro através das experiências locais dessas mulheres.

No primeiro capítulo será discutido a trajetória política das mulheres negras no Brasil partindo da desconstrução das imagens produzidas desde às épocas coloniais, situando-as como produtoras de ações políticas e construção de direitos. Já no segundo capítulo a discussão sobre participação política busca resgatar conceitos como as noções básicas de políticas públicas, a aproximação do Estado com a temática de gênero; é ainda nesse capítulo que se descreve a maneira como se estruturou a arena política pré-conferências, durante o processo e pós deliberações em cada uma delas.

É no terceiro capítulo onde as entrevistas trazem ao trabalho de forma mais estruturada o olhar das mulheres negras sobre a temática onde inter cruzada as suas narrativas pessoais e exemplos de militância é possível analisar o que pensam essas mulheres sobre a participação das mulheres negras nas Conferências de Políticas para as Mulheres. Por fim uma breve conclusão do que a mim foi oferecido no decorrer da pesquisa e indicações de possíveis continuidades de pensamentos sobre o tema.

1. “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Fomos socializadas para respeitar mais ao medo que às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando.

Audre Geraldine Lorde

Nada do que escrevo é novo e, ainda assim, nada do que escrevo é velho. Minha escrita busca contribuir para a consolidação de uma tradição acadêmica relativamente nova e que possui seus argumentos teóricos assentados em histórias de vida e práticas cotidianas que atravessaram a grande Kalunga¹, sobrevivendo à mudança forçada de continente. Buscar uma definição de quem somos, ou ainda do que podemos ser como mulheres negras, faz parte de uma tarefa inconclusa que requer o enfrentamento de estruturas sociais profundamente marcadas por uma ordem de gênero patriarcal que é, em sua essência, sexista, racista, heteronormativa e lesbo-transfóbica, onde são assegurados privilégios a grupos sociais que se encontram numa relação hierárquica que permite executar as opressões aqui definidas.

Obviamente que por sermos mulheres negras por si só já não nos encontramos em posição de usufruir desses privilégios e, sem dúvidas, as intersecções com outros marcadores sociais como sexualidade, classe e geração afastam ainda mais a possibilidade de pertencermos a tal grupo, ao mesmo tempo em que nos coloca ainda mais na marginalidade e invisibilidade social. E sobre invisibilidade convém dizer que essa é uma barreira que devemos ultrapassar como mulheres negras para afirmar quem somos e que aqui estamos há muito tempo – isso porque, travestida de uma ausência de história sobre nós,

¹ Termo usado para fazer referência, entre outras conotações, ao grande mar.

essa invisibilidade social acaba por dar lugar a uma história onde os personagens principais já estão previamente definidos.

Lélia Gonzalez, como mulher negra ciosa de sua missão de contar uma outra história, afirmou que “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido ao gosto deles” (GONZALEZ, 1991, p. 8-9) e acredito que até mesmo descobrir nossos nomes e sobrenomes faz parte do resgate de uma voz que, quando não é silenciada, grita, mas não é ouvida.

A organização e resistência das mulheres negras no Brasil tem sido parte constitutiva do seu próprio processo de sobrevivência e, longe de querer datá-la, se inicia antes mesmo da chegada forçada neste continente, no qual, de diversas formas, resistiu à separação e desintegração de suas famílias, ao nascimento de um filho nas condições de escravizado, ou a garantia de “liberdade” a um dos seus mesmo quando essas permaneciam em cativeiro., - Não é a toa que, face à complexa situação de opressão em que os negros se encontravam no Brasil, nossa sociabilidade e inserção nos espaços públicos e privados, enquanto mulheres negras, deu-se forçosamente de modo diferente se comparada a forma como viviam as mulheres não negras naquela época. Dirá Nepomuceno (2012) que:

As mulheres negras não couberam experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até o início do século XX. Tão pouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos. Com a chegada do novo século encontrou-se trabalhando como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para as famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar rede de solidariedades e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a sua presença no espaço público. (NEPOMUCENO, 2012; p.383).

É circulando nesses espaços que vai se desenhando a trajetória de criatividade e resistência dessas mulheres que, inseridas ainda que de forma desumana e precária no mercado de trabalho, assumem chefia familiar, cargos

nas religiões de matriz africana, lideranças nas formações de irmandades religiosas e, ainda assim, permanecem na invisibilidade histórica.

Escondida nos bastidores da história “oficial”, essas práticas de resistência das mulheres negras no Brasil formam um complexo quadro composto de uma gama de ações produzidas pela população negra e que são dadas como inexistentes, levando a crer que os negros não possuem história – a não ser aquela referente ao período escravocrata – e ainda assim permanece a ideia de que aceitamos de forma passiva as atrocidades que nos foram impostas.

Nesse processo, podemos dizer que a mulher negra se encontra marcada por feridas ainda mais profundas, pois, para além do racismo, sua condição de mulher permitiu que o sexismo também perpassasse a sua existência e mais que isso, viveu profundamente a perversa interação desses dois elementos. Sobre isso Carneiro (1995) escreve que: “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 1995, p.3). Assim, entender os efeitos dessas relações hierárquicas nos faz compreender de que forma foram produzidos os estereótipos negativos atribuídos historicamente às mulheres negras, que nos faz sermos lembradas como mucamas e não como aquelas vindas de Dandara de Palmares, Luiza Mahin, Aquatune, Zeferina, Teresa de Benguela, Nzinga Mbandi, entre outras.

Importa dizer ainda que toda essa produção de marginalidade serve para manter estável uma ordem hierárquica que, como já comecei a desenhar, opera de maneira extremamente articulada, intercruzando diversos marcadores sociais que, quando tomam conotação dentro de uma estrutura de poder, possuem efeitos nefastos sobre a população negra e, em particular, sobre as mulheres negras.

Responder à provocação que se coloca no início desse capítulo, sobre quem são essas mulheres negras, significa entender indubitavelmente sobre o processo de produção do racismo e sexismo presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, comecemos então por desenvolver uma análise sobre a

conceituação das relações de gênero – que aqui trabalharemos não apenas como uma categoria analítica, mas como um dos motores das múltiplas opressões sofridas por todas nós, mulheres negras.

1.1 Teorias feministas e o conceito de gênero

Entender o modo como são vivenciadas as mais simples experiências sociais por homens e mulheres em nossa sociedade é trazer à tona a discussão sobre em que medida diferenciações que são dadas como naturais, ou atribuídas a categorias biológicas em uma definição binária de gênero, tratam-se, na verdade, de uma construção de papéis sociais de gênero que serão definidores do funcionamento de um esquema de opressão e denominação social. Aqui, obviamente, não entendemos gênero como sinônimo do conceito de mulher, como às vezes é usado inapropriadamente. Gênero, para essa discussão, trata-se de uma categoria relacional de poder, construída socialmente e que caminha para além de uma expressão corporal biológica.

Ainda sobre o conceito de gênero, utilizando-se do termo sistema sexo-gênero, originalmente cunhado por Gayle Rubin (1975), Lauretis (1994) apresenta uma discussão que convém ser retomada nesse trabalho:

Sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. (LAURETIS, 1994, p.212)

A definição de homem ou mulher em nossa sociedade está atrelada, dessa maneira, para além das representações, também ao modo como se acessará educação, saúde, mercado de trabalho, entre outras coisas, como índices de mortalidade e a expectativa de vida. Essa hierarquização de gênero tem estruturado diversas sociedades ao longo da história e, por isso, tende a naturalizar-se em meio às estruturas sociais, trazendo a falsa impressão de que

tais comportamentos são inatos a homens e mulheres e, portanto, não podem ser modificados.

Interessa-nos aqui perceber, como desenhou SCOTT (1989), que uma das dimensões mais básicas do conceito de gênero refere-se justamente a sua condição primária de organização das relações de poder, sendo dessa maneira a sua percepção social um elemento considerado determinante para entender as opressões vivenciadas a partir dessa categoria.

Sem dúvidas, o conceito de gênero seguiu se reinventando, sobretudo pelos movimentos feministas que, através da luta pela equidade, buscaram desassociar a recorrente correspondência deste conceito ao conceito de sexo, caminhando para além do determinismo biológico e evidenciando os mecanismos de dominação estabelecidos através da construção de papéis estereotipados como exclusivamente femininos ou masculinos nas práticas e representações sociais.

Sobre os Movimentos Feministas e sua relação política com a transformação do conceito de gênero, pode-se dizer que será na fase tardia da denominada “Segunda Onda Feminista” o momento em que se torna possível observar uma profunda transformação e utilização desse conceito de forma especial no meio acadêmico. Essas transformações se darão, principalmente, através do aumento da produção de conhecimentos sobre o tema, seguido pela introdução de novos termos que até então permaneciam inquestionáveis na produção acadêmica, essencialmente marcada pelo olhar masculino.

As mudanças de paradigmas no meio científico levaram a transformações no cenário político que se materializaram de forma dialética com os movimentos políticos voltados para tentativas de garantia de direitos, tanto internacionais quanto nacionais, que buscaram em sua essência reafirmar temas como a igualdade entre homens e mulheres. Com essa mudança nos movimentos feministas e na sua relação com o conceito de gênero, fica evidente a ampliação da abrangência desse conceito e o que dele fundamentalmente aqui nos importa, nas palavras de MEYER (2004) em seus escritos *Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais*:

Por último, e de forma importante, essa abordagem do gênero implica considerar que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação. Dessa forma, deixa-se de focar, de forma isolada, aquilo que mulheres ou homens fazem ou podem fazer ou os processos educativos pelos quais seres humanos se constituem como mulheres ou homens e se enfatiza a necessidade de compreender esses aspectos e processos, articulando-os aos diferentes modos pelo quais o gênero opera estruturando esse social que os torna possíveis e necessários (MEYER, 2004, p.16).

Mesmo a reinvenção do conceito de gênero e a contestação das ideias fortemente impregnadas por bases sexistas em nossa sociedade não estiveram isentas dos atravessamentos dos marcadores sociais como classe e raça que, quando não analisados de maneira conjunta, levam a criação de um mito da mulher universal – deixando de levar em conta as diversidades do que é ser mulher em todas as suas dimensões. Dessa maneira, mulheres negras contestam vários pressupostos atribuídos a essa categoria mulher que não nos contempla em razão das intersecções de raça e classe com a categoria gênero.

No Brasil, de maneira especial, o modo como o racismo se estabelece em nossa sociedade reposiciona a mulher negra em uma encruzilhada de opressões que merece ser discutida nesse trabalho. A herança escravocrata presente até os dias atuais redimensiona o negro e tudo pertencente a sua cultura para a margem daquilo que foi construído como nação, ao mesmo tempo em que assimila características que interessam ao projeto de identidade nacional, criando uma espécie de racismo que, muitas vezes, toma forma através da negação. GOMES (2005), ao discutir o modo como se constrói o racismo, aponta que:

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda

desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p.46)

Essa negação do racismo constitui-se como um dos pilares do chamado “mito da democracia racial” e que desenhou um falso projeto de sociedade brasileira, no qual as raças conviviam de forma pacífica e harmoniosa, apontando dessa maneira para a inexistência de conflitos raciais no Brasil – mito esse que perpassa diversas relações ainda hoje. É importante perceber que o modo como se constroem as relações raciais no cotidiano é fundamental para discutir os impactos do sexismo e do racismo na construção do sujeito que se estabelece a partir da identidade de mulher negra. Para um melhor entendimento desse panorama, comecemos pelo uso do conceito de raça e sua importância em termos políticos.

É por essa razão que embora seja necessário olhar com especial atenção ao conceito de gênero e seus contributos para se repensar a ordem patriarcal, é importante que não se perca de vista a impossibilidade de se analisar realidades tão complexas como a de uma mulher negra sem que esse conceito esteja inter cruzado com outros. É nessa perspectiva que as mulheres negras, sobretudo as latinas, reafirmam a impossibilidade de se pensar gênero e as condições em que vivem as mulheres, se não for este conceito ressignificado a partir de diversos lugares de fala.

Concordo com Lélia Gonzalez (1988) quando propõe pensar as questões de gênero e raça no Brasil a partir da categoria *Amefricanidade*. O pensamento de Lélia nesse campo de estudo, caminha no sentido de trazer à tona uma discussão que transpassa as questões de gênero: o entendimento da colonialidade presente no conceito de gênero. Outras autoras negras como Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento – com a ideia de “Ser Atlântida” –, Matilde Ribeiro, Jurema Werneck, entre tantas outras, também apontam a necessidade de um olhar racializado sobre a categoria gênero para ilustrar as realidades vividas pelas mulheres negras brasileiras.

Em toda América Latina, e também fora dela, diversas mulheres propõem maneiras de aliar aos estudos de gênero e às teorias feministas uma possibilidade de pensar a realidade pós-colonial, ou seja, defendem que afirmar

que existem percepções diferenciadas da realidade social não é o suficiente. Essas realidades possuem além do gênero, a raça, classe, sexualidade, geração, nacionalidades, religiosidade que não se esgotam em uma única categoria analítica.

É por essa razão que a luta das mulheres negras, apesar de se utilizar da categoria gênero, vai além dela na intenção de compreender minimamente realidades tão diversas.

1.2 Racismos, interseccionalidades e a luta das mulheres negras.

Poderíamos aqui apresentar as discussões que giram em torno do uso ou não do conceito de raça e suas ressignificações ao longo do tempo, mas aqui nos interessa seu significado político fundamental para o “Tornar-se Negra” (SANTOS, 1983). O sentido proposto por Neusa Santos Souza sobre o racismo brasileiro advoga a necessidade do *entender-se como negro* vivido por cada indivíduo, e qual a relação desse posicionamento político com a ascensão social no Brasil. Pode-se dizer que a adoção do termo raça pelo movimento negro no Brasil significou, antes de tudo, a racialização do próprio indivíduo perante o outro, sendo, desta maneira, não apenas um instrumento de agregação ou de identificação do movimento, mas, principalmente, o meio através do qual suas reivindicações ganharam espaço no cenário político de nosso país.

Tomado por um discurso que buscava desmistificar a ideia de “democracia racial” acima explicitada, o campo majoritário do movimento negro no Brasil na década de 1970, sobretudo o Movimento Negro Unificado – MNU, buscou, em particular através do campo das artes e com destaque para a escrita, criar aquilo que se chamou de “consciência negra”, valendo-se das especificidades das características tanto biológicas como culturais dos indivíduos negros, enxergando-as de forma positiva.²

² Amílcar Pereira de Araújo (2010) em seu trabalho “O Mundo Negro”: A constituição do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-1975) aponta a ideia de que a carta de princípios do MNU foi definidora naquele momento para nortear uma parte expressiva do movimento negro Brasileiro e seus ideais.

Vale destacar que os movimentos negros no Brasil do século XX foram marcados por uma diversidade de pensamentos sobre o que significava “ser negro” no país naquele momento. Contudo, a denúncia da invisibilidade da questão racial sempre teve papel central dentro desse movimento, que se utilizou de diversas ferramentas para reivindicar o fim das desigualdades sociais marcadas pela cor da pele e pela injusta distribuição das recompensas sociais.

Assim, discutir raça a partir desse ponto de vista requer, como se faz com o conceito de gênero, uma desnaturalização desse conceito bem como o aguçar de um olhar que evidencie a maneira relacional como se autodeclarar ou ser declarado negro em nossa sociedade traz consigo uma série de desvantagens e opressões, ao passo que ser considerado branco, nesta mesma sociedade com valores tendencialmente eurocêntricos, traz consigo privilégios atrelados a essa condição. Sobre o assunto Kabenguele Munanga (2000) analisa de forma contundente a profundidade desse paradigma, criado por meio do racismo em nossa sociedade:

Podemos observar que o conceito de raça, tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etnossemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Inglaterra, etc. Por isso o conteúdo dessas palavras é etnossemântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas com a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2000, p. 22)

É nesse sentido que o racismo não se restringe a uma única dimensão em nossa sociedade. Ele se manifesta desde o preconceito mais imediato ligado à cor da pele e se desenvolve a partir de características que se afastam do padrão branco europeu. Ou seja: há um racismo que se esconde através de julgamentos qualitativos de características fenotípicas que denominam a textura

do cabelo crespo como “ruim”, o nariz largo como desvantagem, e por fim, o “modo de viver negro” como passível de suspeita. Desse modo, construíram-se, no imaginário social, representações ligadas aos negros que os colocam associados a questões tais como pobreza, sujeira, natureza animalesca, vadiagem, entre outros valores morais que são considerados indesejáveis no convívio social.

Mais do que criar esse imaginário, os grupos hegemônicos detentores dos privilégios raciais trataram de naturalizar tal entendimento, fazendo com que pareça que tais caracterizações são inatas ao negro e, portanto, não podendo ser modificadas. Ao estudar a lógica do funcionamento dos insultos raciais, GUIMARÃES (2000, p.4) escreve que o “bom” funcionamento de tais insultos reside no fato de que os grupos dominantes tanto criam como reiteram certos aspectos que culminam em uma convivência social onde insultados se afastam cada vez mais dos privilégios concedidos ao outro grupo, nas palavras do autor: “[...] como instrumentos de humilhação, sua eficácia reside justamente em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado, remetendo este último para o terreno da pobreza, da anomia social, da sujeira e da animalidade.”

O mito da democracia racial segue produzindo efeitos nefastos sobre a população negra no Brasil. A negação do negro, se é que assim podemos chamar, faz com que todas as características ou lembranças que remetem a aquilo que se convencionou chamar de “cultura negra” nesse país não sejam desejáveis e devam ser expurgadas a qualquer custo. Em muitos casos, esse custo acaba por ser alto demais e os efeitos perversos do racismo levam a um processo de aniquilação do ser, pois, quer seja na luta por afirmação ou mesmo pela própria necessidade de sobrevivência, esbarra em uma versão muito mais sofisticada de reprodução das relações raciais cotidianas – a qual podemos chamar de racismo estrutural.

Esse racismo estrutural será definidor de barreiras no acesso a direitos básicos como educação, saúde e mercado de trabalho para a população negra, reservando-lhe, nesse caso, um lugar à margem das estruturas sociais. Ocorre que isso não será tão facilmente percebido, já que a negação da existência do racismo aliada à valorização de ideais tidos como meritocráticos transferem para

a esfera do indivíduo o acesso (ou não) a essas conquistas como se fosse baseado unicamente em seu esforço pessoal.

O fato é que as lutas antirracistas e a trajetória dos movimentos negros no Brasil têm sido fundamentais para escancarar a face perversa da realidade acima exposta e propor, nesse caso, estratégias de superação de uma realidade tão complexa. A busca por ações afirmativas e demais estratégias que levem ao entendimento da população negra no Brasil como detentora de direitos, e que reconheça suas culturas e modos de vida como legítimos, tem sido de extrema importância para a inclusão, ainda que com ressalvas sobre a forma como essa vem se dando nas instituições e na ordem social vigente.

Demonstrado de forma breve o panorama no qual estão inscritas as questões de gênero e raça, a pergunta que se faz é: “E a mulher negra, onde está inserida nessa discussão?”. E o que se pode dizer é que nos encontramos na intersecção de, no mínimo, dois desses marcadores sociais tão definidores e complexos. Assim, retomando a pergunta inicial desse capítulo e a trajetória que até aqui vem sendo traçada para respondê-la, o que é possível perceber é que ao se tentar dizer *quem é a mulher negra*, ou *o que é ser uma mulher negra* é, antes de mais nada, expor as marcas do ferro na carne. E, por falar em carne, início essa discussão reafirmando que, sem dúvida, a “carne” da mulher negra representa ainda hoje a carne mais barata do mercado, como já cantado por Elza Soares. E é por esse motivo que se pode afirmar, sem equívoco, que a interseccionalidade de gênero e raça significa nesse caso o acúmulo sem sobreposições de opressões sociais derivadas desses marcadores sociais.

Entender o lugar reservado à mulher negra na sociedade só se torna possível quando analisamos de forma conjunta as estruturas sexistas e racistas às quais estamos submetidas e avançamos na compreensão de que o estigma e o distanciamento dos privilégios se estruturam através da atuação inter cruzada dessas estruturas de poder. Para o entendimento das questões acima enunciadas observemos o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e

outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Partindo dessa noção, ao menos duas perspectivas possíveis podem ser colocadas: a primeira delas é que os eixos de subordinação do patriarcalismo e do racismo nos reservaram no escopo social, e em termos representativos, os lugares de menor prestígio social, expressos nas figuras de controle da Mãe Preta, da mucama que, no decorrer do tempo, transformou-se na figura da empregada doméstica; essas representações nos são demonstradas por Sueli Carneiro (1995) ao dissertar sobre gênero, raça e ascensão social na sociedade brasileira. Se, por um lado, esses papéis estão colocados na esfera da representação, por outro, esses mesmos eixos de subordinação possuem efeitos ainda mais objetivos sobre o que significa ser mulher negra em uma sociedade com suas bases assentadas no sexismo e racismo. Com isso quero dizer que os efeitos são práticos e influem no acesso à educação, conseqüentemente nos postos de trabalho, no tratamento que lhe é direcionado na saúde pública e ainda em algumas esferas mais profundas como rituais torturantes em busca do ideal de beleza branco, o corpo hipersexualizado, o celibato e a solidão afetiva. (CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 2006; PACHECO, 2008).

Aqui, mais uma vez, quero retomar o pensamento de Lélia Gonzalez para falar sobre a noção de interseccionalidade e a necessidade de uma análise das opressões sofridas pelas mulheres negras a partir de um feminismo latino-americano – aspectos estes sempre pontos centrais de sua reflexão. Ao discutir o papel da mulher negra latino-americana na luta contra o sexismo essa pioneira nos dizia:

(...) para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região assim como para as ameríndias a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZÁLEZ, 1989, p.9).

Vale acrescentar que autoras como Brah (1992), Azeredo (1994) e Caldwell (2000), entre muitas outras, seguem pensando, em termos acadêmicos,

na necessidade de problematizar e discutir o conceito de gênero, de maneira transversalizada com os demais marcadores sociais, mas, é nos movimentos de mulheres negras onde elas já fazem desse pensamento uma prática.

1.3 Teorias feministas e o pensamento das mulheres negras

O debate sobre a condição da mulher negra na sociedade vem sendo feito de diversas maneiras ao longo do tempo e encontra, de forma recorrente, barreiras a serem rompidas, visto que desafia uma ordem hierárquica historicamente estabelecida na qual nos encontramos em completa desvantagem em relação aos demais grupos. Para esse trabalho, convém destacar que a análise desse contexto se dará através da perspectiva dos Feminismos Negros, uma vez que são perspectivas teóricas que, em suas análises, levam em conta essa intersecção entre as questões de gênero e raça para entender a origem das opressões vividas por essas mulheres.

Trabalhos recentes vêm buscando evidenciar a diversidade e pluralidade dos movimentos feministas e seu exercício para desconstruir a categoria mulher como uma categoria universal. Porém, é preciso lembrar que nem sempre foi assim, pois, ao recuperarmos a história dos feminismos enquanto movimento social é possível perceber que durante algum tempo um universalismo foi amplamente sustentado dentro das diversas correntes feministas na tentativa frustrada de se construir uma irmandade entre todas as mulheres e, assim, outros elementos como classe, raça, geração e sexualidade foram desconsiderados e, com o passar do tempo, outras vozes passaram a ecoar.

No entanto, por se tratar de um espaço de poder onde o movimento como um todo buscava seu reconhecimento e inserção social, esse ecoar de outras vozes não se deu forma harmônica ou concedida pelos grupos hegemônicos. Para as representações minoritárias foi preciso travar verdadeiras batalhas para encontrarem espaço e em alguns casos em que isso não ocorreu, alternativas precisaram ser criadas para que essas questões fossem ouvidas, especialmente em alguns momentos conflitantes.

Longe de representar um problema ou enfraquecimento do movimento feminista, essas vozes plurais evidenciaram a impossibilidade de todas serem tratadas apenas na especificidade de “ser mulher” sem considerar os demais marcadores sociais que se inter cruzam nas nossas trajetórias. Assim, tornou-se necessário, desse modo, não falarmos mais em feminismo e sim de feminismos como um movimento que mais do que nunca habita espaços hifenizados (OLIVEIRA, 2010) e que necessita compreender dessa maneira essas mudanças significativas para as “outras” mulheres.

É nesse contexto que, em meio a tantas outras vozes minoritárias, as mulheres negras propõem uma revisão da categoria mulher até então difundida, evidenciando de que maneira o recorte racial e o lugar social pelos quais essas dimensões as posicionavam na sociedade, impediam que as mesmas se encaixassem nessa categoria universalizante do que era tido como “ser mulher”. Partindo dessa análise, as mulheres negras defendiam que negar essas diferenças é o que impedia o fortalecimento da luta entre essas mulheres e não a existência da diferença propriamente dita:

Entre nós existem diferenças muito reais quanto à raça, idade e sexo. Mas não são essas diferenças que nos separam. O que nos separa é, ao contrário, nossa negativa para reconhecer a diferença e a analisar as distorções que derivam de dar nomes falsos tanto a ela quanto a seus efeitos na conduta e nas expectativas humanas. Racismo, crença na superioridade inerente de uma raça em relação às demais e, portanto, em seu direito de domínio. Heterossexismo, Elitismo, Classismo, Discriminação pela idade. (LORDE, 1984, p.17)

É nessa perspectiva que as mulheres negras inauguram uma dupla jornada de luta pelo reconhecimento de suas demandas: uma primeira no interior do movimento feminista hegemônico, na tentativa de enegrecer a categoria mulher, e uma segunda jornada dentro do movimento negro, na tentativa de “gendrar”/generificar tal movimento que, nas lutas contra as opressões raciais, também não evidenciava as especificidades de gênero.

De um modo geral, os feminismos negros enquanto corrente teórica possui alguns pontos comuns, mas não se constitui como movimento unitário uma vez que as diferenças entre as mulheres negras levaram a discussões

diversas, sobretudo em função das questões relativas à sexualidade e também das diferentes experiências vividas pelas Afroamericanas e as mulheres negras na América Latina.

Partindo das experiências das afroamericanas com o *Black Feminism* e também as principais características desse movimento no Brasil, pode-se afirmar a existência de pontos centrais nessas teorias e aplicações práticas, onde questões como família, comunidade, trabalho, religiosidade, afirmação estética, entre outras, adquirem diferentes sentidos para essas mulheres tornando-se colocações fundamentais para essa corrente teórica do pensamento feminista.

Uma das grandes expressões do movimento de mulheres negras refere-se ao movimento negro norte-americano. Esse destaque deve-se, entre outras questões, ao contexto político de lutas pelos direitos civis dos negros nos EUA onde uma forte segregação racial e social dos negros e negras tornou possível um qualificado debate sobre as questões raciais. Convém lembrar que Sojourner Truth com seu discurso “*Ain’t I a Woman?*”³ já no século XIX; apresentava importante discussão sobre o universalismo que girava em torno do pensamento feminista, e de como a mulher negra não poderia se apropriar dessa categoria.

Contudo, foi nas décadas de 1970 e 1980 que o pensamento feminista negro se consolida de fato enquanto momento de sistematização de conceitos. Isso se deu através da inserção de militantes históricas desse movimento no meio acadêmico, escrevendo e difundindo seus ideais e se contrapondo às proposições do feminismo hegemônico. As produções intelectuais dessas mulheres negras demonstravam, desde então, alguns pressupostos desse pensamento: além da crítica a um feminismo baseado na lógica liberal e individualista, nota-se nesses trabalhos a importância e valorização das experiências pessoais, onde evidenciar o “lugar de fala” dessas autoras transforma-se em uma forma de ativismo acadêmico, além de pretender tornar tais pensamentos o mais acessível possível a outras mulheres negras.

³ Esse discurso foi proferido como uma intervenção na *National Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851.

Um dos pontos centrais da discussão do feminismo negro nos EUA, e que se expande nessa corrente de pensamento em outros locais, é a ideia de que a “raça” é vista como uma categoria social inserida em uma relação de poder, onde, assim como gênero e classe, leva a subordinação de um grupo em relação ao outro em razão de suas características fenotípicas e às ideologias a isso associadas.

O uso da categoria “raça”, no entanto não sugere uma sobreposição desta em relação às demais categorias sociais (gênero, geração, classe); pelo contrário, sua intersecção com as demais categorias faz com que as mulheres negras experimentem as opressões de forma diferenciada das não negras, partindo dessa análise o próprio conceito de patriarcado, central para a discussão feminista e colocado de forma atemporal e comum a todas as mulheres, começa a ser questionado pelas feministas negras. Situada no cerne desse pensamento, Patricia Hill Collins, citada por Ochy Curiel, escreve:

Para desarrollar definiciones adecuadas del pensamiento feminista negro es preciso enfrentarse al complejo nudo de las relaciones que une la clasificación biológica, la construcción social de la raza y el género como categorías de análisis, las condiciones materiales que acompañan estas construcciones sociales cambiantes y la conciencia de las mujeres negras acerca de estos temas. Una manera de ubicarse frente a las tensiones de definición en el pensamiento feminista negro es especificado en la relación entre la ubicación de las mujeres negras -aquellas experiencias e ideas compartidas por las afroamericanas y que les proporciona un enfoque singular de sí mismas, de la comunidad y de la sociedad – y las teorías que interpretan esas experiencias (...) el pensamiento feminista negro comprende interpretaciones de la realidad de las mujeres negras hechas por las mujeres negras. (COLLINS *apud* CURIEL 2007, p.4)

Propondo tal definição, Collins defende um ponto crucial dessa corrente teórica feminista, que é entender as questões propostas pelo feminismo hegemônico através da ótica das mulheres negras e de suas experiências. Partindo da ideia clássica de esfera pública e privada, o feminismo negro norte-americano propõe a desconstrução de tal ideia, uma vez que o processo de socialização de “mulheres de cor” teria ocorrido de maneira distinta, não cabendo, como exemplo, pautar a discussão de sua inserção no mercado de trabalho uma vez que os processos de escravização do povo negro já haviam,

de forma automática, inserido tais mulheres nesse mercado ainda que com vínculos empregatícios não privilegiados. Cabia, portanto, uma discussão de quais lugares eram por essas mulheres ocupados – o que chocava com a questão de classe uma vez que, em sua maioria, as mulheres negras ocupavam cargos de empregadas ou cuidadoras de crianças de outras mulheres brancas, algumas delas feministas (GONZALEZ,1993; BAIROS,1995; BENTO,1995).

Já na discussão acerca da família, tal instituição aparece como tendo grande importância na vida das mulheres negras, uma vez que, na ausência do aparato do Estatal e de outras instituições sociais, é nesse espaço onde se encontra a possibilidade de fortalecimento e apoio. A mulher negra, nesse sentido, coloca como de extrema importância o pertencimento a sua comunidade e aos valores ancestrais a ela pertencentes, o que por vezes torna ainda mais difícil sua inserção em alguns espaços centrados em uma lógica que, além de heteronormativa, é branca e burguesa. Ao descrever os dilemas das intelectuais negras, bell hooks (1995) exemplifica o acima descrito:

A política do patriarcado torna a situação dos intelectuais negros diferente da das negras, embora eles enfrentem o racismo não enfrentam os preconceitos de gênero e como já se disse; como são encarados como membros legítimos de uma tradição intelectual estabelecida seu trabalho é menos suspeito e muitas vezes mais recompensado que o das negras. Em consequência as intelectuais negras necessitam do apoio e estímulo de seus pares homens com muita frequência o sexismo atrapalha os negros que dão esse apoio, ao mesmo tempo a competitividade acadêmica milita contra a formação de comunidades intelectuais negras que cruzem fronteiras de instituições e disciplinas. Essas comunidades surgem das tentativas de resistência de negras e negros que reconhecem que fortalecemos nossas posições apoiando uns aos outros. (HOOKS, 1995, p.12.)

A discussão em torno da legalização dos corpos ganha outra tônica na discussão do feminismo negro – já que, historicamente, construiu-se o imaginário de que a mulher negra - ligada ao animalesco, possuía um corpo passível de ser hipersexualizado em razão da sua tonalidade de pele, sendo referida muitas vezes no lugar do exótico. A questão da estética no pensamento feminista negro se apresenta como um ato político onde a mulher negra pode auto afirmar-se através da valorização de sua beleza natural que se encontra desvalorizada pelos padrões de embaquecimento.

No caso norte americano, esse pensamento torna-se visível no movimento *Black Power* que, mais tarde, se espalharia para outros lugares do mundo, sobretudo, no Brasil. Ainda sobre esse ponto, é possível refletir que o lugar de exposição dos corpos, por vezes defendidos em um feminismo burguês e branco, não nos cabe enquanto mulher negra, uma vez que somos, *a priori*, colocadas nesse lugar de forma involuntária em função da questão racial.

Um importante debate dentro do diverso movimento feminista negro norte-americano é a discussão colocada pelas afro-lesbianas que, apoiadas no princípio de intersecção de categorias sociais, defendem que o “lesbianismo político” pode atuar como um importante posicionamento político, defendendo as mulheres dos princípios heteronormativos, responsáveis por parte das opressões sofridas por estas.

Esse lesbianismo, sem dúvida, deve encontrar-se em intersecção com as questões de classe e raça e possui um poder transgressor, uma vez que rompe com a lógica de reprodução. Esse posicionamento encontra, inclusive, forte resistência dentro da comunidade negra ainda muito arraigada nas concepções heteronormativas e, por vezes, delega às mulheres negras a responsabilidade de manutenção do povo negro, através da maternidade entre outros mecanismos “ameaçados” por essa lesbianidade.

Entre as afro-lesbianas convém citar Audre Lorde (1984) que, entre outros aspectos, defende o uso daquilo que a mesma define como “erótico como insumo para o debate político”, evidenciando, dessa forma, como o constante medo da hipersexualização das mulheres negras pode levar a um abandono do uso do erótico e, conseqüentemente, a uma despolitização do mesmo. Sobre isso, Audre Lorde escreve:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão. (LORDE, 1984, p.7)

A principal contribuição proposta pelo *Black Feminism* é a ideia de intersecção, ao invés de sobreposição das categorias sociais, como fundamental para o entendimento da constituição da mulher, aqui não mais como sujeito universal. Essa premissa é uma constante e aparece desde o início da sistematização do pensamento feminista negro, sendo conceitualizada de forma diferente por cada autora; Patricia Hill Collins, por exemplo, ao utilizar o termo “matriz de dominação” pretende como afirma Curriel:

La consideración de las múltiples opresiones de las mujeres en la que la raza, la clase, el género y la sexualidad son variables interdependientes, y que constituye lo que Patricia Hill Collins llama “matriz de dominación” (Ibíd.) es lo que ha otorgado una visión radical a esta propuesta feminista. En este pensamiento político el concepto de diferencia más que ser concebido como esencialista, es visto como fruto de experiencias históricas enmarcadas en relaciones sociales de poder y dominación consecuencia del colonialismo y la esclavitud. (CURRIEL, 2007, p.4)

O conceito de “matriz de dominação” de Collins (1990) e o de interseccionalidade de Crenshaw (2002) trabalham com a ideia de interação entre o que as autoras definem como eixos de subordinação e, mais do que isso, de que forma essa interação se torna estruturante das desigualdades vividas nas diversas relações de poder na sociedade. Para combater o “desempoderamento” não podemos utilizar, portanto medidas universais, ou medidas ditas como emancipatórias sem levar em conta essas dimensões; em outras palavras: não se trata de quem é mais ou menos oprimido e sim de como cada pessoa experimenta, de forma distinta, tais opressões, de acordo como se está inscrito nos marcadores sociais em sua formação.

A estruturação do pensamento feminista negro nos EUA acima descrita, sem dúvida, é de extrema importância para a difusão dessa corrente enquanto teoria feminista produzida por mulheres negras, contudo conforme iremos perceber, embora se conserve pontos basilares, o pensamento feminista negro receberá diferentes contornos em contextos sociais diversos daquele vivido pelas norte-americanas.

Na Inglaterra, por exemplo, a própria definição do quesito “raça” e o que seria nesse caso entendido como mulher negra se dá de maneira diversa devido

à formação histórica populacional; nesse caso, a categoria negra não se refere de forma direta à ausência de branquura, incorporando a si a luta das diversas etnicidades, fruto da diversidade vinda da diáspora. Essa realidade será ainda mais complexa ao discutirmos o contexto latino-americano, ressaltando aqui o que afirma Collins sobre os pontos comuns das experiências vividas pelas mulheres negras.

La versión del feminismo negro que han desarrollado las mujeres negras estadounidenses debe ser, sin duda, entendida en el contexto del Estado-nación estadounidense. Al mismo tiempo, el feminismo negro estadounidense como proyecto de justicia social tiene mucho en común con otros proyectos semejantes de justicia social, alimentados no sólo por otros grupos raciales /étnicos estadounidenses, sino también por mujeres de ascendencia africana en sociedades diversas. En el contexto de un «movimiento intercontinental de conciencia de mujeres negras, las mujeres de ascendencia africana estamos dispersas globalmente, pero las cuestiones con las que nos topamos pueden ser parecidas. Transnacionalmente, las mujeres se encuentran con cuestiones sociales recurrentes como la pobreza, la violencia, los asuntos reproductivos, la falta de educación, el trabajo sexual y la vulnerabilidad a la enfermedad (Rights of Women [Derechos de las mujeres], 1998). Colocar las experiencias, el pensamiento y la práctica de las mujeres afroamericanas en un contexto diaspóricas negro transnacional revela estos y otros puntos en común de las mujeres de ascendencia africana a la vez que especifica lo que es particular. (COLLINS, 2012, p.114)

O contexto latino-americano – e aqui nos interessa, de forma específica, o caso brasileiro – mostrará ser um campo fértil para o desenvolvimento do pensamento feminista negro. Em uma tentativa de ser também um pensamento pós-colonial, esse movimento se desenvolverá no interior dos movimentos feministas e negros imprimindo sua marca ao longo do tempo como um movimento social de forte expressão como entenderemos a seguir.

O movimento feminista brasileiro sem dúvida é reconhecido como um movimento fortemente estruturado. Assim como os movimentos tradicionais em outros lugares, possui bases fortemente marcadas por um viés de classe média branca como voz hegemônica dada à própria estruturação da sociedade. Longe aqui de invocarmos um mito de fundação do feminismo no Brasil, ainda que as vozes hegemônicas fossem de fato expressivas, movimentos minimizados naquele momento político como as mulheres do campo, as mulheres negras e

periféricas sempre estiveram organizadas ao seu modo (por vezes não legitimados) em torno das questões de interesse de cada grupo.

A expressividade do feminismo negro no Brasil acompanha a expansão do próprio movimento feminista hegemônico que, conforme foi evidenciando suas inevitáveis contradições internas, foi também expondo as diversas facetas desse movimento. Importante ressaltar a efervescência que os movimentos sociais, em geral, vivenciaram na década de 70 em razão do contexto político de restrição de direitos e isso também não foi diferente para o movimento feminista negro.

O exercício de dupla afirmação em relação tanto ao movimento feminista quanto ao movimento negro não foi diferente para as mulheres negras brasileiras, a perspectiva do conceito de raça do movimento negro e as formas de combate ao racismo foram de extrema importância para o crescimento desse movimento.

Esse “mito da democracia racial” criado pelo Estado de forma proposital e sustentado na malha social revela que a relação desse mesmo Estado brasileiro com os problemas de cunho racial, por muito tempo e de alguma maneira até o presente momento, consistiu: (a) na negação do racismo brasileiro como um problema existente e; (b) na tentativa de elaboração de políticas universais que não levam em conta as diferenças encontradas pelos negros em razão da cor da pele e das características fenotípicas, o que os/as leva, por exemplo, a ocupar cargos de menor prestígio social e com menor remuneração, a terem baixa escolaridade, sofrerem mais de vulnerabilidade econômica, além da própria violência referente ao preconceito racial já praticamente naturalizado na sociedade, que tem no padrão branco um fundamento de toda a sua organização social, sendo tal situação vivenciada de forma ainda mais dramática para as mulheres negras em razão das questões de gênero.

A trajetória do movimento feminista negro no Brasil até os dias atuais traz consigo algumas marcas que foram constantes na pauta do movimento em questão, entre elas vale a pena citar a constante preocupação em agregar negros e mestiços de forma estratégica em torno do debate racial e, aliado a

isso, investir na educação dos negros como um canal de emancipação desses indivíduos em relação à ordem vigente.

Assim como no movimento estadunidense as mulheres negras brasileiras pautam suas questões através da profunda reflexão sobre a dimensão da intersecção do racismo e sexismo em nossa sociedade, denunciando cotidianamente o silenciamento sofrido tanto no interior dos movimentos feministas quanto dos movimentos negros.

Sendo força motriz desses movimentos, as mulheres negras perceberam a necessidade de gendrar/generificar a raça e enegrecer os feminismos para que as opressões por elas sofridas se tornassem pauta nos movimentos sociais – certamente uma tarefa árdua e inconclusa, mas que deu origem como denomina Luiza Bairros (1995) a um feminismo revisitado.

Um dos pontos em que o feminismo negro se fortalece no Brasil é na discussão sobre a questão identitária; em um país onde essa construção do que é ser uma mulher negra parte de estereótipos que criam corpos hipersexualizados, passíveis de serem violentados e o mais próximo do animalesco e exótico, impondo de forma cruel e invasiva um embraquecimento dessas mulheres que, sem conhecerem sua própria história, desconhecem sua identidade.

E entendendo que todo ato estético é também um ato político, é que o feminismo negro brasileiro tem pautado, de forma cada vez mais incisiva, a quebra da fabricação dos estereótipos das mulheres negras como mulatas, domésticas, mãe preta e, mesmo em meio a uma crise de representatividade ainda muito grande no país, os avanços já são notáveis.

Ainda sobre o que diz respeito à legalização dos corpos, a pauta em torno debate sobre o aborto, no feminismo negro brasileiro, não aparece com tanta força quanto nos feminismos hegemônicos, uma vez que as mulheres negras ainda lutam contra a esterilização forçada a que são submetidas, sobretudo nos sistemas públicos de saúde. Vale ainda destacar, nesse contexto, a luta contra a violência obstétrica que tem, ainda hoje, como maiores vítimas as mulheres negras – e tal violência se encontra ainda sustentada no mito de que as mulheres

negras seriam “mais fortes” e, por isso, necessitariam de menor cuidado e atenção.

Quanto ao mercado de trabalho, diante da persistência das condições de ocupação de cargos mal remunerados ou menos prestigiados na sociedade, novamente a mulher negra sente a interação dos marcadores sociais que as mantém nessa posição subalterna. O emprego doméstico por exemplo, formado majoritariamente por essas mulheres é uma das grandes denúncias do movimento feminista negro, que assim como nos EUA coloca a pergunta ao feminismo hegemônico: Se formos emancipadas quem cuidará de suas casas e seus filhos? A discussão sobre o papel da família e da comunidade continua como um ponto central, sobretudo para as mulheres negras e periféricas que, em sua maioria, são chefes de famílias monoparentais.

Ainda nessa temática de múltiplas desvantagens sociais, um debate atual e que vem ganhando força dentro do movimento é a denúncia do genocídio da população negra e que vem atingindo números alarmantes no Brasil. Mas, a priori, o que o feminismo negro teria a ver com isso? Parece evidente que quando falamos do genocídio da população negra no Brasil, muitas vezes, o assunto pode parecer uma pauta “geral” da sociedade, mas a verdade é que a luta pela preservação da vida e manutenção do povo negro, mais do que nunca, tem sido uma pauta das feministas negras. Quando se diz que o genocídio é da população negra, não se coloca de forma mais restrita apenas a juventude; mas importa que reconheçamos que essa faixa etária é a mais atingida por essa tragédia e não podemos esquecer que, cada vez que um jovem negro é morto pelo aparato social do Estado e seu braço armado, uma mãe, uma irmã, uma companheira, uma comunidade morre também por dentro.

Quanto ao feminismo negro, creio que este não pode perder a dimensão da importância da família, da vida em comunidade como pontos extremamente importantes para a população negra, já que é nesses espaços onde muitas vezes se encontra o único refúgio para almas e corações negros feridos pela total exclusão de outros setores da sociedade.

É com essa perspectiva que se afirma aqui que genocídio da população negra é sim uma pauta indispensável ao feminismo negro. Embora o

protagonismo dessa luta seja das e para as mulheres negras, é preciso ressaltar que essa luta não exclui a luta defesa da vida dos homens negros, pois, enxerga que é preciso tentar incorporá-los na tentativa de juntos combater o machismo também reproduzido por estes últimos.

Ainda sobre o genocídio, enxergo esse fenômeno como um último ponto de uma escala de dor que atinge mais diretamente os homens negros e, digo que, de forma estratégica, influi de forma direta nas vidas das mulheres negras – já que a probabilidade de estar em uma fila de visita no presídio ou reconhecendo o corpo assassinado de um irmão, amigo, pai, companheiro ou filho é aterrorizante e ao mesmo tempo real, a cada dia que em que o sol nasce, para uma mulher negra no Brasil. Precisamos entender que mulheres negras são irmãs, mães, companheiras de homens e mulheres de um povo que nasce em uma sociedade que faz com que uma marca na pele aumente as chances de morrer precocemente.

Quando se defende que o feminismo negro deve adotar como pauta o genocídio da população negra acredita-se que, desse modo, se faz urgente o companheirismo e solidariedade crescentes entre negras e negros para o fortalecimento dessa luta diária. Nesse caso, a defesa de uma posição de que esse genocídio é uma pauta geral da sociedade e não do feminismo negro e que assim deve ser tratada visa retirar do assunto a dimensão política dessa tragédia histórica e reduzir o foco de quem ela possa interessar. Enfim: o genocídio da população negra no Brasil tem gênero, raça e classe e, se assim não for percebido, não se reunirá força contra o grande aparato estatal criado para o extermínio.

Em termos acadêmicos, o feminismo negro brasileiro materializa uma tradição de estudos relativamente recente mas que conta com grandes representantes e com trabalhos de extrema importância; porém, é preciso ressaltar que o contexto social latino-americano tem trazido outra tônica às questões propostas por essas mulheres negras à medida em que se percebe uma grande preocupação com situações emergentes que norteiam suas teorias na América Latina.

Ademais, a inclusão dessas mulheres no meio acadêmico ocorre ainda de maneira muito lenta e esse pouco acesso à educação reflete-se na pouca divulgação teórica desses ideais. Além da entrada tardia em relação as mulheres brancas no meio acadêmico, a validação do conhecimento produzido pelas mulheres negras ainda enfrenta as barreiras institucionais do racismo científico. A institucionalização do movimento tem se dado cada vez com tendências a um movimento de fato bastante autônomo, seja em relação aos movimentos feministas ou aos movimentos negros sendo que esse rompimento com essas organizações se dá com diferentes intensidades em diferentes momentos.

A consolidação de um forte movimento de mulheres negras no Brasil não é de fato uma surpresa, se for levada em conta a história não contada dessas mulheres que, desde os tempos de resistência à escravidão e ao longo da história do povo negro, foram muitas vezes (e continuam sendo) protagonistas de lutas e organização contra a ordem social a elas imposta. Parte do pressuposto da necessidade da existência consolidada de um feminismo negro vem do resgate da memória ancestral dessas mulheres que precisam recorrer ao seu passado para se manterem firmes diante desse deságua de opressões e retomar a voz; é por esse motivo que a reescrita de uma história das mulheres que reposicione a mulher negra no curso das lutas políticas, torna-se fidedigna dos feitos dessas mulheres ainda hoje.

Sobre as mulheres negras vale refazer a pergunta de Lélia González “Cumé que a gente fica?”. Buscando resposta às questões não respondidas tanto no movimento negro, como no movimento feminista hegemônico; as mulheres negras brasileiras foram constantemente apontadas como preocupadas com as “questões das bicas” como afirma Bairros (1995, P.3). É partindo então desse cenário que essas mulheres buscam organizar-se de forma autônoma e garantir suas pautas tendendo a construir organizações autônomas de mulheres negras voltadas para aquilo que por elas vem sendo definido como prioridade.

1.4 Organizações de mulheres negras no Brasil

Acusadas de olharem o próprio umbigo, as mulheres negras responderam que esta é uma boa maneira de começar a olhar o próprio corpo...
Sueli Carneiro

A capacidade de auto-organização das mulheres negras ao longo da história é de fato incontestável, seja na dupla tentativa de ser ouvida tanto nos movimentos feministas hegemônicos e movimentos negros, ou até mesmo, mais tardiamente, no rompimento com esses movimentos e prosseguindo em um percurso próprio. As recusas de solidariedade ao movimento de consolidação das organizações de mulheres negras, resultou, entre outros motivos na construção de uma certeza de que, ao trilharem o próprio caminho, estes outros movimentos perderam um contingente de mulheres que sempre serviram de base para diversos movimentos sociais até aquele momento – por esse motivo, as mulheres negras foram acusadas, tanto por mulheres brancas como por homens negros, de “dividirem o movimento”.

Como apontado anteriormente, a consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras deu-se por duas vias principais: a primeira delas, o denunciamento do duplo silenciamento no interior dos movimentos feministas e negros e, a segunda, a incorporação de demandas através de um olhar inseparavelmente racializado e de gênero. Vale lembrar, contudo, que o silenciamento imposto não era a única forma de invisibilizar as pautas das mulheres negras pois a deslegitimação dessas mesmas pautas foram uma constante e, quando muito, suas demandas eram entendidas como pautas gerais da sociedade.

Assim, as décadas de 1970 e 1980 foram politicamente o momento de grande efervescência para a organização dessas mulheres enquanto movimento, bem como para os demais movimentos sociais. Aliado a isso, a busca por parte desses movimentos de assegurar redemocratização do país tornou ainda mais possível a discussão das questões das mulheres e dos negros de forma geral nas plataformas políticas.

Somado a isso, a definição de 1975 a 1985 como a “década da mulher”, pela ONU, a partir das diretrizes da Conferência Internacional da Mulher

realizada no México, foi fundamental para uma mudança na imagem do feminismo no Brasil – um movimento que, até aquele momento, seguia representado por mulheres brancas, universitárias e de classe média e que começava a demonstrar suas fissuras e dar lugar para outras vozes: as vozes de mulheres negras, indígenas, camponesas e outras mulheres que foram minorizadas ao longo do tempo. Evidentemente que essas mudanças de paradigmas não se deram de forma harmoniosa com os movimentos hegemônicos, as mulheres negras ainda que “chutando a porta” foram entrando gradualmente nesses espaços. (RIBEIRO,1995)

Obviamente que tal autonomia almejada pelas mulheres negras causou descontentamento e conflito com os demais movimentos sociais, nos quais essas mulheres sempre foram suporte, nas organizações mistas e partidos políticos de esquerda, as táticas de deslegitimação das pautas e ataques sistemáticos aos movimentos de mulheres negras eram uma realidade. Sobre essa legitimação do lugar marginalizado da mulher negra, reforçado dentro dos movimentos sociais pelas visões racistas e sexistas vale a pena lembrar o que Sueli Carneiro diz a respeito:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.4)

Em termos históricos, a presença das mulheres negras nas lutas sociais não é nenhuma novidade; pelo contrário, tais mulheres sempre mostraram ter uma participação massiva em tais grupos, mesmo que permanecendo invisibilizadas. Resgatando alguns momentos históricos, ao pensarmos no papel das mulheres negras na Frente Negra Brasileira (1931-1937), alguns apontamentos podem ser feitos sobre sua colaboração, na constituição e manutenção dessa importante organização do Movimento Negro Brasileiro.

*As Rosas Negras e a Cruzada Feminina*⁴ representavam os núcleos onde a discussão sobre a questão da mulher se fazia presente na FNB, contudo mesmo essa expressiva participação em termos numéricos não garantiu, para essas mulheres, um papel para além da subalternidade. Nas palavras de Petrônio Domingues (2007, p.370):

[...] não se pode superestimar os fatos: as mulheres negras ocupavam um papel tido como periférico na FNB. Os dois organismos que lhes eram destinados realizavam, apenas, atividades que os homens consideravam de menor importância: as recreativas e as de assistência social.

Caminhando para o cenário dos movimentos sociais ligados a questões de gênero e raça após esse período, é possível afirmar que a década de 80 representa o momento de maturação e consolidação das organizações de mulheres negras no Brasil. Isso porque a compreensão da necessidade de entender os efeitos do racismo e do sexismo de forma intercruzada se fazia mais visível nas pautas desses movimentos, ao mesmo tempo em que a força e atuação das mulheres negras ancestrais eram resgatadas apontava-se para a persistência do lugar de subalternidade da mulher negra na atualidade.

É desse modo que se observa na década de 1980 o surgimento, de forma significativa, de organizações de mulheres negras. Sobre o assunto vale a pena citar algumas organizações que ganharam destaque no cenário nacional entre elas Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (RJ, 1983) Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (RJ, 1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (MA, 1986), Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte - N'zinga (MG, 1986), Maria Mulher (RS, 1987), Géledes (SP, 1988), Casa de Cultura da Mulher Negra (SP, 1990), Fala Preta (SP, 1997), Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (BA, 1988), entre muitas outras.

Com diferentes estruturas organizacionais, esses grupos tinham como contexto histórico um cenário de redemocratização do país onde os movimentos sociais procuravam dialogar de maneira que suas pautas fizessem parte dessa

⁴ Trata-se da Frente Negra Brasileira importante frente da luta antirracista no Brasil, que possuía os dois grupos de mulheres em sua organização central e que nas palavras de Petrônio Domingues exerciam nesse ambiente os mesmos papéis estereotipados da mulher na sociedade.

abertura democrática. De modo geral, pode-se dizer que o incentivo das agências financiadoras, tanto nacionais quanto internacionais, naquele momento, foi fundamental para o financiamento dessas organizações, a criação de coordenadorias, fundos específicos para as questões de gênero e raça, o que permitiu, em certa medida, a sustentabilidade dessas organizações (*Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ GPP-GeR, 2010*). Analisando de forma contundente a importância dessas articulações políticas e econômicas à época, se diz que:

Esses novos sujeitos coletivos são fortalecidos a partir de incentivos e experiências adquiridas tanto no âmbito nacional como internacional. No primeiro, inscreve-se uma disputa por participação política em esferas civil e estatais, ampliadas no contexto de abertura institucional. O segundo este atrelado aos processos de mobilização em conferências internacionais, várias delas estudadas neste Curso e, posteriormente, por intermédio de agências financiadoras estrangeiras. (ROLLAND, 2000 *apud* BRASIL, *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR, 2010, p.5*)

A partir da multiplicação dessas fontes de financiamento e do crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos reivindicando seu lugar de fala é que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais começam a ser apontados concomitantemente nos espaços de militâncias, e assim também combatido de forma conjuntural. Um fato histórico marcante nesse processo é a formação do Conselho da Condição Feminina em São Paulo (1983): fruto de reivindicações dos movimentos feministas, o Conselho em sua composição não possuía como integrante nenhuma mulher negra e, sem dúvida, esse fato naquele momento demonstrava, na prática, a veracidade das denúncias que já vinham sendo feitas pelas mulheres negras sobre a questão da representatividade. A reação imediata dos movimentos de mulheres negras criou naquele momento a resposta necessária ao ocorrido nessa ocasião e culminou na conquista de representação não só no Conselho Estadual como também no Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em 1988.

Esse posicionamento diante ação da criação do Conselho, entre outros enfrentamentos, impulsionou o fortalecimento dos grupos de mulheres negras já existentes em diversos estados e estimulou a criação de novos. Como fruto imediato dessas movimentações, vale registrar a realização em 1984 do /

Encontro Estadual de Mulheres Negras – encontro esse que serviu de base para traçar, naquele momento, as diretrizes e a identidade do movimento de mulheres negras em diversos estados. (CARDOSO, 2012). Quatro anos depois, a ressonância da militância das mulheres negras continuou sendo ouvida na realização do *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* que contou com cerca de 400 mulheres negras de 19 Estados do Brasil, encontro esse que foi precedido de encontros estaduais onde discussões como saúde da população negra, mercado de trabalho, creches, racismo entre outros assuntos puderam ser discutidas a partir de vozes femininas e negras (RIBEIRO, 2008). A estruturação do movimento de mulheres negras neste formato foi nesse sentido fundamental para garantir as demandas das mulheres negras como as mesmas desejavam, sobre isso escreve Sueli Carneiro:

Assim, o Movimento de Mulheres Negras nasce marcado pela contradição que advém da necessidade de demarcar uma identidade política em relação a esses dois movimentos sociais de cujas temáticas e propostas gerais também partilha e que, em última instância, determinam a sua existência e ambiguidades. Estas condições impõem a discussão sobre os fatores que justificam a necessidade de organização política das mulheres negras, a partir de suas especificidades, e ainda investigar no que estas especificidades consistem. (CARNEIRO, 1993, p.14)

Outros momentos podem ser citados como de relevância para a construção do movimento contemporâneo de mulheres negras, entre eles o *I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe* (República Dominicana, 1992). Esse encontro fortaleceu as organizações de mulheres negras nas diferentes sociedades latino-americanas e proclamou o dia 25 de julho como o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. A participação expressiva das mulheres negras nos encontros feministas de Bertioga (1985) e Beijing (1995) promoveu embates necessários à formação do movimento de mulheres negras naquela época. Além desses espaços, é importante frisar a importância da participação das mulheres negras, de maneira organizada, na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* (Durban, 2001); assim, como já vinha sendo feito, as mulheres negras se colocaram no debate sobre políticas públicas e racismo, entendendo de maneira mais madura as consequências desse racismo para as mulheres (CARNEIRO, 2002).

A conferência de Durban representou um marco para os Movimentos Negros de maneira geral no Brasil denunciando, sobretudo a urgência da reparação através de políticas públicas para a população negra, que se encontrava em desvantagem social em decorrência da histórica escravização à qual foi submetida e a persistência da posição social subordinada que vinha ocupando até os dias atuais. Nas palavras de Carneiro (2002, p.1): “Durban representou uma batalha já que discutir o racismo de forma tão ampla e em instancias internacionais há tempos era intenção do movimento negro, para as mulheres negras”. Como a autora aponta, Durban foi um “Show à parte”; além dos embates já ditos nas esferas internacionais uma grande conferência como essa demandou uma preparação interna nas próprias organizações de mulheres negras e a disputa de espaço no interior de um movimento negro ainda sexista.

Em um cenário mais atual, destaca-se a criação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, 2000) que, agregando diversas organizações de mulheres negras, teve um papel fundamental na expressiva participação de mulheres negras na I Conferência Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2003). Esses são alguns dos momentos que, em minha leitura, se deve destacar já que se pretende resgatar uma história das organizações de mulheres negras no Brasil – organizações essas que, cabe aqui reforçar, não são homogêneas, possuindo características que divergem desde o organograma institucional, até mesmo a características regionais e a debates mais amplos e contraditórios como questões reprodutivas e sexualidade da mulher negra.

Como afirma Werneck (2009, p.153): “estamos diante de diferentes agendas históricas e políticas para as mulheres negras, intensas como toda diversidade.” Essa diversidade de organizações de mulheres negras que surge nesse contexto, converge com a urgência de que as vozes das mulheres negras ecoassem na arena política, e de fato essa ressonância vem acontecendo mesmo contra todos os impedimentos e falta de reconhecimento aos embates que são travados.

Conforme pode ser observado no relatório dos primeiros encontros de mulheres negras, havia uma percepção dialógica entre identidade e pluralidade:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho. (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, 1991, p. 4).

O que é possível refletir sobre a história política das mulheres negras é que a mesma é recente, inconclusa e ainda bastante silenciada. Explorando as memórias do movimento de mulheres negras moderno, isso é a partir da década de 1970, a dificuldade de se reunir e acessar essas memórias, sem dúvida, é um indicativo de qual o lugar que as mulheres negras e suas ações políticas ainda ocupam na sociedade brasileira.

A existência dessa história se encontra pouco sistematizada e ainda menos divulgada nos canais oficiais de comunicação, terminando por passar a errada impressão de que as mulheres negras não possuem história. Como sinalizado anteriormente, isso se deve, entre outros fatores, à baixa inserção dessas mulheres negras no meio acadêmico e à esmagadora força do racismo científico sobre aquelas que ao conseguirem ingressar no meio acadêmico, travam a luta por terem seus trabalhos reconhecidos e divulgados.

A história dos feminismos no Brasil que se tem contado até hoje é, sem dúvida, a de um feminismo hegemonicamente branco e classista onde não há espaço para as mulheres negras como sujeito político de sua própria história. As páginas “oficiais” do feminismo no Brasil não dão espaço para evidenciar os embates existentes dentro desse movimento.

Tão pouco a história do movimento negro o faz. Isso porque, ambos os movimentos, durante muito tempo e de alguma forma até hoje, pretenderam sustentar uma ideia de irmandade entre mulheres negras e mulheres brancas/homens negros que se daria por meio do compartilhamento de opressões de gênero e raça. Contudo, o que foi exposto pelas mulheres negras na sua trajetória de organização política, é que uma análise superficial e separada desses marcadores sociais não é suficiente para compreender as experiências das mulheres negras.

Enquanto movimento social, o movimento de mulheres negras pode ser visto como um movimento social que tem como base questões culturais-identitárias e se insere na perspectiva dos chamados novos movimentos sociais (GOHN, 2009) – nos quais grupos sociais lidos como minoritários trazem para o cenário político novas pautas e novas formas de reivindicação política.

Embora os novos movimentos sociais tenham conseguido ampliar de maneira significativa a participação desses grupos marginalizados na esfera política, através da criação de novos mecanismos participativos e mudando a dinâmica de funcionamento da arena política, um olhar racializado sobre as questões de gênero demonstra que as mulheres negras ainda se encontram distantes daquilo que é considerado realmente como poder decisório.

A interlocução dos movimentos de mulheres negras com o Estado brasileiro tem sido feita no sentido de garantir o acesso as políticas públicas de forma plena e, mais do que isso, que essas políticas sejam formuladas atentas às discriminações de gênero e raça para que, em último caso, não sigam reproduzindo padrões sexistas e racistas.

Uma discussão muito presente no discurso das mulheres negras é a necessidade da construção de uma agenda de políticas públicas que busque eliminar o sexismo, o racismo e promova o bem-viver, por acreditarem que, mais do que estar inseridas no mercado de trabalho ou nos espaços de escolarização, as mulheres negras exigem que tal inclusão seja feita com qualidade observando suas especificidades.

Não há dúvida que o movimento de mulheres negras contemporâneo segue se reinventando e assumindo diferentes formas de se colocar no cenário político, de institutos a ONG's ou mesmo na forma de coletivos autogestionados, com maneiras de reivindicar que combinam as memórias das lutas coletivas; e as visões e estratégias de outras mulheres negras que também falam de outros lugares, esse feminismo dissidente continua provocando embates na arena política para garantir suas demandas. Recentemente, novos meios de ativismo político vêm sendo produzidos nesse processo e, utilizando-se dos recursos da internet, vêm promovendo a difusão do conhecimento através da expansão de um feminismo negro na esfera virtual, caracterizado pelo aumento

de blogueiras negras, que discutem os mais variados temas envolvendo a realidade e interesses das mulheres negras. Nesse contexto, as discussões sobre estética negra, solidão afetiva, genocídio da população negra, entre outras temáticas, ganharam significativa importância e promovem impacto na sociedade brasileira no intuito da construção de uma nova imagem e representação das mulheres negras.

No meio acadêmico, intelectuais como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, juntamente com outras mulheres negras, são inseridas como referências teóricas e políticas sobre a questão da mulher negra na sociedade brasileira e na diáspora. Sem dúvida, o feminismo negro tem ganhado maior reconhecimento como corrente teórica, sobretudo em função da inserção de mais mulheres negras no ensino superior. Essa inserção faz com que haja aumentos de trabalhos que versem sobre a trajetória das mulheres negras no Brasil, criando dessa maneira a possibilidade de escrita de uma nova história das mulheres negras.

Na área de políticas públicas, que é o foco de nosso interesse nesse trabalho, a inserção dessas mulheres como protagonistas sociais e políticas segue se configurando de maneira conflituosa; mas a cada dia com estratégias de combate conjunto ao sexismo e ao racismo. O caminho tem sido de avanços e retrocessos típicos de movimentos que pretendem promover uma mudança institucional e comportamental em estruturas tão rígidas quanto o Estado.

Além da invisibilidade enquanto movimento social, as organizações de mulheres negras insistem, prioritariamente, em travar embates com a própria estrutura estatal – e por vários caminhos. Por outro lado, sabe-se que a luta por estabelecer uma agenda governamental antissexista, antirracista e antilesbostransfóbica é um alvo político de longo alcance e, talvez, até impossível, já que a própria estrutura desse mesmo Estado se mantém sobre esses pilares de opressão.

É necessário proceder a análise das diferenças e similitudes presentes na maneira como se consolidou os feminismos no Brasil e, dessa maneira, situar as práticas promovidas pelas organizações de mulheres negras no contexto de aproximação com o Estado. Chamo atenção aqui para o modo que Alvarez

(2014) propõe entender os feminismos no Brasil e na América Latina: a partir de um olhar que define como “além da sociedade civil”, a autora entende que os movimentos sociais como os de mulheres negras ocupam um papel que está para além da visão simplista do que seria a sociedade civil organizada, pelas peculiaridades de forma e conteúdo através das quais se estruturam.

Refletindo sobre o que Alvarez (2014) denomina como *campos discursivos de ação*, é possível deslocar a participação política das mulheres negras no Brasil, de uma visão estanque sobre a dinâmica dos movimentos sociais, e entender que aquilo que se convencionou denominar como feminismos negros situam-se em campos de ação distintos daqueles em que se encontram as movimentações dos feminismos hegemônicos⁵.

Partindo das reflexões acima propostas, é importante ressaltar que os embates políticos entre mulheres brancas/feminismos hegemônicos e mulheres negras/feminismos negros decorre, em grande parte, do fato desses movimentos atuarem a partir de diferentes campos discursivos e, com isso, suas pautas, e mesmo a prioridade de alguns temas, tornam-se divergentes, culminando em disputas para garantias de suas demandas nos diferentes espaços institucionais – entre eles, destacam-se as Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres.

Acredito que, a partir do entendimento da estrutura do Estado brasileiro e da forma como se dá a entrada de alguns temas na agenda política dos governos, é possível perceber como tais embates fazem parte do próprio movimento da participação política. Nesse sentido, o que me interessa explicitar, particularmente, é a necessidade incontornável de racializar o gênero enquanto estratégia política apontada pelas mulheres negras para a formulação de políticas públicas para as mulheres – pois só a partir de adoção da interseccionalidade de gênero com os demais marcadores sociais de fato é possível falar em efetividade nessas políticas voltadas para essas mulheres.

⁵ As ideias aqui mencionadas fazem parte dos pensamentos e reflexões de Sonia E. Alvarez (2014) em seu artigo: *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. A autora propõe uma revisão epistemológica dos movimentos feministas, dividindo seus campos discursivos em três momentos: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos e o “*mainstreaming*” (fluxos verticais) do gênero; e 3) o momento atual de “*sidestreaming*” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas.

Com essa afirmação, ratifico que o marcador social de raça, nesse caso, é determinante no direcionamento do olhar para as reais necessidades dessas mulheres como atrizes políticas e para o entendimento das disputas e alianças para um verdadeiro exercício de participação política tão negado a essas mulheres.

No próximo capítulo, pretende-se resgatar de que forma as chamadas “questões de gênero” têm sido colocadas dentro da discussão sobre funcionamento do Estado e de como isso tem se revertido na formulação e execução de políticas públicas para as mulheres. Entender a dinâmica dessa participação política e quais são os benefícios e os custos de se construir uma estratégia de luta dentro do Estado, ajuda a compreender a necessidade e a intensidade dos embates promovidos pelas mulheres negras nesse processo, bem como permite avaliar em que medida essa agenda, supostamente estabelecida, supre as demandas por elas colocadas.

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL

Entender a construção de uma agenda de políticas públicas de gênero, significa, entre outras coisas, percorrer um caminho na compreensão do funcionamento do Estado, sua maneira de fazer administração pública e o modo como esse ente jurídico se relaciona como os demais atores externos no meio político. Para além da necessidade de compreensão de sua estrutura organizacional, importa perceber o Estado dentro da estrutura social e, portanto, imerso em bases racistas e sexistas – o que leva a ter latente a necessidade de (re)pensar essa estrutura no intuito de ressignificar seu papel na promoção e garantia de direitos.

Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais é premissa fundamental para que haja tensionamento em face ao que é proposto pelo Estado e o esperado dentro da realidade social concreta. A ideia de participação social confere à sociedade civil organizada o respaldo necessário para fiscalizar, questionar, propor e, em alguma instância, dividir a gestão do interesse público. Para tanto tem sido necessário a criação de mecanismos institucionais que garantam essa possibilidade de participação e, com isso, a proposição de novos conceitos que convidem a repensar o papel do Estado na organização da sociedade.

Nesse capítulo proponho o entendimento de como as questões de gênero têm sido abordadas pelo Estado, bem como a respeito do como essa aproximação ocorre e os resultados dela esperados. Pretende-se pensar alguns conceitos fundamentais para esse debate, perpassando a discussão sobre controle social e a aplicabilidade dessa discussão às conferências nacionais de políticas para as mulheres, objeto dessa dissertação.

2.1 – Estado, mulher(es) e trajetória das políticas públicas

O Estado brasileiro é denominado como um Estado Democrático de Direito, isso significa dizer que nessa estrutura há existência de normas jurídicas as quais regem e controlam esse Estado (CANOTILHO, 1999). O século XIX é o momento onde politicamente os Estados de maneira geral passam de um Estado de polícia para um Estado Democrático de Direito. Isso quer dizer, grosso modo, que, a partir desse momento, o Estado passou entre outras coisas a estar submetido, através de sua personalidade jurídica, à lei. Além disso, constitui-se como características do Estado Democrático a ideia de existência de direitos fundamentais e inalienáveis, bem como a separação dos poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo).

Seguindo esse entendimento, é possível afirmar que o Estado nada mais é que um ente com personalidade jurídica de direito público, titular de direitos e deveres. Sua organização interna e a composição de seus agentes públicos se dão por meio dos dispostos na Constituição Federal, que legislam sobre as normas necessárias para a atuação interna e externa do mesmo para o funcionamento da administração pública.

Existe uma qualificada discussão sobre quais seriam as funções do Estado e, de modo geral, os entendimentos caminham para a ideia de que o mesmo, através da administração pública, busque: o bem comum e os interesses da coletividade. Sobre as funções da administração pública convém retomar os escritos do jurista Hely Lopes Meirelles:

Os fins da Administração Pública se resumem num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se ele o administrador se afasta ou desvia, trai o mandato do que está investido, porque a comunidade não instituiu a Administração senão como o meio de atingir o bem-estar social. Ilícito e imoral será todo ato administrativo que não for praticado no interesse da coletividade. (MEIRELLES, 1989, p.35)

Embora existam previsões legais para o não cumprimento dos princípios da administração pública, as próprias definições de bem comum e interesses coletivos soam de maneira muito vaga e no jogo político acabam por representar a ideologia dos grupos dominantes, podendo ser, neste caso, princípios opressores.

Isso porque a arena política define suas pautas de discussão sobre aquilo que os denominados grupos de pressão demandam naquele momento, esses grupos por sua vez podem ser responsáveis tanto pela inclusão de um novo tema na chamada “agenda governamental” como também pela retirada ou manutenção de assuntos que garantam sua permanência no poder (BOBBIO, 1998).

As mudanças de cenário político têm sido favoráveis para a entrada de novos atores/atrizes na arena, fazendo com que temas que anteriormente não se mostravam sensíveis à administração pública sejam vistos com um novo olhar. É nesse campo que se encontra a discussão sobre a necessidade da incorporação da discussão de gênero e raça no âmbito estatal.

É necessário dizer que as bases jurídicas do constitucionalismo moderno se assentam em uma literatura clássica do Direito e da Ciência Política, literatura essa que não reflete na maioria de seus conceitos as necessidades reais das mulheres negras, e nem de qualquer outro grupo que esteja à margem da sociedade. Essa noção do elemento democrático desse Estado, bem como a definição daquilo que é considerado bem público, segue sendo construída por homens brancos, de alta classe, para os seus. Nesse caso, o que procuro destacar é que nossas demandas enquanto mulheres negras esbarram em primeiro lugar na gênese do Estado Democrático de Direito – que é sexista e racista.

A relação entre as questões das mulheres, de gênero e o Estado sempre se deu por meio de aproximações e distanciamento, dinâmica essa que foi fundamental para o contínuo fortalecimento dos movimentos feministas. A percepção da necessidade de incluir as mulheres no desenvolvimento da política passa por diferentes olhares em torno do papel das mesmas em cada momento,

assim como no meio acadêmico – onde o conceito de gênero sofreu intensas modificações de sentido.

Na inclusão dessa perspectiva no âmbito estatal, por diversas vezes gênero se tornou sinônimo de mulher de forma proposital (outras não). Mas, em termos de construção de uma agenda governamental, essa abordagem apresenta diferenças fundamentais, já que falar de relações de gênero significa discutir algo muito mais amplo do que inserir a “questão das mulheres” no Estado e, logicamente, essa última percepção é a que tem prevalecido na arena política, tendo consequências práticas na execução das políticas. (MEYER, 2004)

Na discussão acadêmica sobre o tema, alguns conceitos tornaram-se fundamentais para refletir a relação entre movimentos feministas e o Estado – são eles WID e GAD (*Women in Development* - Mulher no Desenvolvimento e *Gender and Development*- Gênero no Desenvolvimento); essas perspectivas dialogam sobre a mudança de perspectiva do Estado em relação às mulheres no desenvolvimento social (MACHADO, 1999).

Os sentidos que carregam esses conceitos é a necessidade daquilo que se chamou de transversalização de gênero pelo Estado; contudo, é necessário destacar, como propõe Sardenberg (2010), que apesar de difundido amplamente após Beijing (1995) não se definiu ao certo do que se tratava tal proposta e como executá-la de fato. Dessa maneira, muitas são as propostas que versam sobre a transversalidade de gênero; o que incorre no risco de esvaziamento daquilo se espera enquanto um planejamento do Estado em relação à perspectiva de gênero, ressaltando, porém, que a alternativa a esse cenário não se trata de uma receita pronta já que tratamos de realidades distintas.

Ainda sobre o tema Sardenberg (2010) destaca que é necessário “saber o que se quer transversalizar”, apontando para o que se espera como produto final: nesse caso, a equidade de gênero. Para ela:

A noção de *equidade de gênero* reconhece que as *diferenças* entre os sexos são transformadas, na prática social, em *desigualdades de gênero*. Reconhece, assim, a necessidade de programas específicos e políticas compensatórias que possam criar as condições para uma efetiva igualdade de gênero, contribuindo, também, para o *empoderamento* das mulheres. (SARDENBERG, 2010, p.51)

Essas questões começam a ganhar corpo na década de 1970, não coincidentemente com a denominada a *segunda onda* dos movimentos feministas. Será, nesse momento, que se torna possível observar uma profunda transformação desse conceito, de forma especial no meio acadêmico, e essas transformações se darão através do aumento da produção de conhecimentos sobre o tema, seguido pela introdução de novos termos que, até então, permaneciam inquestionáveis na produção acadêmica, essencialmente marcada pelo olhar masculino.

Essas mudanças de paradigma, devido às transformações ocorridas no cenário político, se materializaram em diversos documentos de princípios e de tentativas de garantia de direitos, tanto internacionais quanto nacionais, que buscaram em sua essência reafirmar temas como a igualdade entre homens e mulheres. Cita-se aqui a importância dos Encontros Nacionais Feministas (1987,1989,1991); os encontros Latino Americanos e Caribenhos (1985,1987,1990,1993) e a Plataforma de Beijing (1995), bem como de outros eventos que tiveram como produto documentos que tratavam da erradicação de todas as formas de discriminação. Contudo, faz-se necessário ressaltar que embora as lutas feministas, em sua maioria, buscassem a incorporação da perspectiva de gênero no Estado, na intenção de se estabelecer uma equidade social, segundo MACHADO (1999,)o entendimento desse último foi o de que a ideia de gênero e desenvolvimento significava apenas incluir as mulheres nesse “desenvolvimento”, entendendo estes sujeitos como “uma fonte de recursos valiosos”.

Dessa maneira, a intenção da luta feminista em tornar gênero um “problema estatal” acabou sendo incorporada por este com um viés exclusivamente econômico. Obviamente que, com o passar do tempo, o diagnóstico do quadro acima descrito gerou inúmeras discussões e denúncia evidenciadas nas produções sobre os “custos” do desenvolvimento para as mulheres – temática que não chegará a constituir-se em consenso, nem no meio acadêmico e nem no movimento social.

O que se avalia é que as contradições da incorporação das questões de gênero no Estado são parte da própria transformação da Estrutura da Administração Pública e adquire novos contornos à medida em que se observa,

por exemplo, no caso brasileiro, a reforma do Estado no fim da década de 1980. Os pontos cruciais dessa reformulação, destaca FARAH (2004), eram naquele momento: (i) a descentralização como estratégia de democratização; (ii) o estabelecimento de políticas focais e (iii) a criação de mecanismos de participação social que estreitassem os laços entre Estado e Sociedade.

É, portanto, nessa configuração complexa que é possível assistir o surgimento de uma agenda de políticas públicas de gênero com novas elaborações e com a diversificação dos papéis assumidos pelos atores sociais. Vale destacar, nesse contexto, a emergência das organizações de mulheres negras. Assim, em meio à discussão sobre desenvolvimentismo, gênero e Estado é que nos propomos a colocar em pauta o seguinte questionamento: qual o lugar ocupado pelas mulheres negras nessa mudança de perspectiva ao Estado em relação a gênero? É indispensável que se discuta as noções de custos e benefícios do “desenvolvimento” através da ótica de gênero, mas também de raça, classe, sexualidade, geração, entre outros marcadores sociais – isso porque é preciso compreender que, ao menos inicialmente, as mudanças de perspectivas do Estado em relação a perspectiva de gênero, beneficiou em primeira e última instâncias as mulheres brancas e de altas classes.

Outro aspecto muito presente na aproximação entre Estado e as pautas feministas é a recorrente associação de mulheres como sinônimo de família, levando à construção de políticas públicas tidas como “voltadas para mulheres” cujo foco, em última instância, era a família. Essa discussão sobre o familismo nas políticas públicas termina por se intensificar com o avanço das discussões sobre gênero e Estado de bem-estar social e o termo familismo representa uma discussão que, nas diversas análises de tipologias de *Welfare*, sempre esteve muito presente enfatizando, na busca do bem-estar social, a importância das famílias juntamente com o mercado e o Estado (CARLOTO, 2006).

Essa crença no fortalecimento dos laços familiares ao mesmo tempo em que coloca a instituição familiar como responsável pela manutenção do bem-estar, acaba por reforçar a ideia que deve existir um comprometimento entre os membros do arranjo familiar com a manutenção e o bem-estar do agrupamento. Essas ideologias – que ganharam força sobretudo no contexto europeu do pós-guerra, com o forte abalo econômico e das estruturas políticas – trazem um grave

fator de complexificação à proposta de fortalecimento das famílias: o papel desempenhado pelas mulheres nessa reestruturação, pois, quando se reconhece que os papéis sociais impostos estão prioritariamente baseados na divisão sexual do trabalho e nos tradicionais papéis de gênero, identificamos uma lógica que acaba por reforçar e naturalizar, nesse contexto, o lugar da mulher como mãe e cuidadora da família.

As políticas familiares, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença 'secundária' da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional. (MIOTO, 2008, p.140).

Dessa leitura pode-se depreender que ao serem desenvolvidas políticas sociais com características familistas, de uma maneira indireta, se acaba por reforçar esses papéis de gênero visto que para ter acesso a essas políticas faz-se necessária a manutenção dessas configurações de família preconizadas por essa lógica tradicional. Nessa configuração, mantém-se o ideal do homem como pai e provedor e da mulher como mãe e responsável pela manutenção do espaço doméstico – o que, além de ir na contramão da construção de novos papéis sociais possíveis para mulheres e homens na sociedade, em muitos casos não corresponde à realidade das famílias que fogem a esse modelo como é o caso das mulheres chefe de família ou famílias que não se encaixam ao modelo mononuclear.

Aliado a isso, da lógica do binômio produção e reprodução, onde a mulher-mãe é o centro dos cuidados, resulta que, qualquer outra mulher que não se encaixe nesse perfil, estará desamparada pelo Estado. Outro fator que ainda deve ser analisado é a prerrogativa heteronormativa presente na proteção social baseada no familismo: em geral, as definições de família referem-se à união entre homens e mulheres que possuem filhos, excluindo, portanto, qualquer outro tipo de organização familiar quer seja homossexual ou até mesmo dificultando o acesso a política por parte de pais ou mães solteiras (GUZMÁN, 2001).

O grande paradoxo é que, nas últimas décadas, observamos uma mudança de configuração nas famílias, sobretudo no contexto latino-americano, onde um grande contingente de famílias é chefiado por mulheres, subvertendo a ordem homem-provedor e mulher-cuidadora. No entanto, os sistemas de proteção social permanecem formulando suas políticas com base nesse modelo, afastando-se completamente da realidade social, nas palavras de Marta Silva Campos e Solange Maria Teixeira:

Atualmente, por exemplo, a família assume centralidade para o desenvolvimento da política de assistência social, numa perspectiva contraditória, em que se oferece proteção e se reconhece a variedade de experiências familiares, mas em contrapartida continua-se com o reforço da responsabilização pela educação e criação dos filhos, sem os apoios devidos da sociedade, além da gestão de problemas que extrapolam sua capacidade. De maneira sutil, ou evidente, o modelo nuclear conjugal, como ideal de família, ainda preside o desenho de muitos programas sociais públicos e privados, dentro da orientação geral da política social brasileira, e fundamenta grande parte das orientações profissionais. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p.9)

E aqui nos interessa encontrar resposta ao seguinte questionamento: de que forma esse fortalecimento de um sistema de políticas públicas de gênero centrado na família pode reforçar as desigualdades de gênero? Como já foi mencionado acima, qualquer sobrecarga imposta à família vai influir diretamente no modo como as mulheres organizam seu tempo – e boa parte dele está concentrado em trabalhos não remunerados onde os cuidados domésticos representam a maior parte desse tempo –, essa lógica significa, em grande parte dos casos, que essas mulheres ocuparam lugares no mercado de trabalho em *status* inferior e continuam trabalhando sobre a lógica de tripla jornada de trabalho.

Esse entendimento é reforçado, sobretudo, quando analisamos casos de políticas que possuem condicionalidades para serem acessadas. Há uma evidente transferência de culpa para as mulheres quando, ao não conseguirem cumprir essas condicionalidades, perdem o acesso a essas políticas. Além disso, os grupos sociais antes prioritário dos programas de assistência social passam a ser excluídos no formato da política familista e, novamente, essa exclusão atinge prioritariamente as mulheres. Isso pode ser percebido no grande número de mulheres em condições de vulnerabilidade e que, por não estarem em uma

lógica tradicional do formato de família, ficam fora dessa assistência. Deve-se ressaltar, nesse caso, a importância da adoção também do recorte racial o que nos permite afirmar que, de modo geral, que há uma feminização e racialização da pobreza nesse contexto (CASTRO, 1999).

Desta forma, pode-se dizer que as críticas feministas caminham no sentido de uma defesa da reformulação dos sistemas de proteção social de modo que a enorme carga de responsabilidade impostas sobre as famílias – para a suposta garantia do bem-estar-social – seja revista junto ao Estado, consoante à percepção de que as transformações sociais demonstram a multiplicação de modelos outros de família e uma mudança paradigmática do papel da mulher na sociedade. Desse modo, é importante que as políticas sociais não reforcem as desigualdades de gênero e que políticas para a mulher não signifiquem ser sinônimo de política para família (MARIANO, 2007).

Algo consensual nessa discussão – e muitas foram as formulações acadêmicas a respeito –, visando alcançar a equidade de gênero, tem sido a necessidade de reforma da estrutura institucional do Estado. Um dos sinais do avanço dessa discussão foi ter sido incluído nas discussões os conceitos de transversalidade e intersectorialidade de gênero. O conceito de “transversalidade de gênero”, em sua grafia original *Gender Mainstreaming* (WALBY, 2005), apresenta-se hoje como indispensável para qualquer discussão que pretenda reformular a atuação pública em relação a gênero.

Dentre as muitas definições existentes usaremos aqui aquelas formuladas por Sylvia Walby (2005) e Rigat-Pflaum (2008), especialmente por discutirem a aplicabilidade desse conceito tanto na discussão teórica quanto na prática e nas dinâmicas institucionais. De uma forma geral, é possível entender que a transversalidade de gênero pode ocorrer de maneiras diversas, contudo, em última instância, o que se procura com a sua aplicação é a reinvenção da maneira como se tem construído as políticas públicas de gênero, de forma a se garantir o ideal feminista de equidade de forma plena. Sobre a conceituação do termo vale resgatar os escritos de María Rigat-Pflaum (2008) que, de forma precisa, define:

El *mainstreaming* de género, traducido al español como «transversalidad», puede ser entendido en variados sentidos: como una estrategia que involucra a todos los actores sociales en la búsqueda de la igualdad de género, o como la denominación de determinadas herramientas para el análisis de género. En realidad, se trata de un enfoque transformador, dotado de un cuerpo teórico propio, que apunta a analizar los impactos diferenciados del sistema de género en varones y mujeres, que permite tener en cuenta las especificidades de las personas como seres integrales y que, al mismo tiempo, ayuda a implementar medidas para corregir las desigualdades. (PFLAUM, 2008, p 41).

Entendido como uma ferramenta para a promoção da igualdade, o *mainstreaming* vem, desde o início de seu uso na IV Conferência de Mulheres (BEIJING, 1995) até as discussões atuais, questionando a posição de neutralidade adotada pelo Estado no que diz respeito às políticas para as mulheres. Vem também buscando, portanto, um posicionamento do mesmo no sentido de promover mudanças tanto em suas proposições quanto em seu funcionamento que, por vezes, conta com uma estrutura que vai em direção contrária àquela da emancipação e da promoção da equidade através de seus equipamentos.

Ao discutir o *mainstreaming*, partindo da realidade brasileira, Bandeira (2004) aponta que o fracasso de sua aplicação está diretamente ligado a própria incapacidade do Estado de enfrentar a pobreza. Assim, o não cumprimento dos tratados e princípios já existentes por parte do Estado brasileiro, faz com que as mulheres mais pobres e, sobretudo as mulheres negras, sejam colocadas em situação de vulnerabilidade e não tenham respostas adequadas em termos de políticas públicas. Dessa maneira, a autora pontua que, nesse contexto, o *mainstreaming* de gênero torna-se um grande desafio:

Ou seja, trata-se de gerar novas respostas frente aos problemas das mulheres pobres e das mulheres mais pobres entre os pobres, evidenciando, com indicadores relevantes, que homens e mulheres de diferentes grupos raciais e étnicos enfrentam obstáculos também diferenciados para superar a pobreza. No entanto, se o fenômeno da pobreza continuar a ser tratado de modo geral, não especificando os indicadores por sexo e raça e etnia (característica marcante nos estudos nesse campo, no país), será inviável o atendimento das demandas aos grupos de mulheres mais vulneráveis à pobreza. (BANDEIRA, 2004, p.17)

Nessa perspectiva cabe, portanto, uma responsabilização do Estado e dos segmentos a este ligado (ONGs, OSCIPS e outras organizações do chamado Terceiro Setor) no sentido de se promover a capacitação dos gestores e também a reformulação do desenho institucional de certas políticas e de outros fatores ligados a transversalização para que, ao final, essas ações estatais possam culminar em uma perspectiva de efetivo empoderamento dentro da questão de gênero e raça.

Além da obrigatoriedade do posicionamento do Estado em relação às questões relativas a gênero e demais categorias que aqui denominamos como marcadores sociais (como raça e classe que aqui têm o nosso foco), a transversalidade nas políticas públicas não enxerga como satisfatório apenas o reconhecimento público e a simples incorporação das latentes desigualdades sociais geradas pelos conflitos de raça, gênero e classe. Antes, porém, visa utilizar-se do aparato estatal em todas as suas esferas a fim de se garantir que a promoção da equidade ocorra de forma factual (GONH, 2012; SILVA, 2000).

O conceito de intersetorialidade por sua vez aparece comumente quando se discute a própria ideia de transversalidade e diz respeito a um modo de fazer políticas públicas, onde os saberes e a *expertise* de diferentes áreas afins convergem e se articulam para o alcance de soluções que levem em conta a complexidade dos problemas apresentados e os parâmetros necessários para sua solução (MATOS, 2008; GODINHO, 2004). Nesse sentido, entende-se que a intersetorialidade pressupõe a interconexão dos saberes e do *modus operandi* das políticas públicas e cabe aqui citar a definição de Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997):

A intersetorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA, INOJOSA, KOMATSU, 1997, p.24).

Intersectorialidade também envolve o processo de articulação dinâmica e eficiente entre diferentes setores na direção de um objetivo comum. Quando se opta por uma construção intersectorial no campo das políticas sociais não se desfaz o reconhecimento das peculiaridades de cada setor, esses

conhecimentos são reconhecidos e priorizados em suas peculiaridades para atender a um conjunto complexo de demandas e são colocados em comunicação um com outro, levando a uma visão mais ampla sobre as complexidades que estão envolvidas em determinado problema. Essa forma de sinergia não ocorre quando a atuação de cada um desses setores se dá em isolado. (SCUTZ; MIOTO, 2010)

Assim como a implementação da transversalidade, a intersetorialidade representa uma mudança paradigmática significativa à gestão do Estado que por sua vez, suscita disputas em torno de várias questões. A sua proposição acentua também a percepção e isso também pelos próprios atores sociais, de que eles/as tradicionalmente operam na lógica setorial e que tal formato de ação necessita ser repensado.

Todos esses conceitos apontam para uma tendência de uma nova administração pública, que tende a ser mais porosa à participação social – e somente nessa conjuntura política é que se torna possível pensar na construção de uma agenda de políticas públicas de gênero. Para essa concretização é fundamental a noção da participação social como uma constante nesse processo, entendendo, portanto, que a sociedade civil é parte fundamental na garantia de efetivação desses direitos.

2.2 Participação Social e Políticas Públicas: A construção da agenda

A ideia da existência de um Estado que funcione sobre a regulamentação da sociedade civil organizada no Brasil, integra uma série de ações que só se fazem possível com a emergência de um contexto histórico de redemocratização do país, no qual os movimentos sociais tiveram papel fundamental em pautar um modelo de Constituição que trouxe à tona a possibilidade de criação de instrumentos de participação democrática.

Assim, o processo de redemocratização do país e a promulgação da constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, trouxe consigo a possibilidade da construção de uma nova administração pública brasileira que, pautada em um maior controle externo, possibilitou ao cidadão acesso às informações sobre as ações do Estado e uma característica fundamental para a

construção de uma nova agenda pública: a instauração dos instrumentos de participação deliberativa (ABRUCIO, PEDROTI, PÒ, 2010)

É nesse contexto, em se observa a criação e o fortalecimento dos Conselhos e Audiências de políticas públicas, que se registra a utilização de instrumentos como o plebiscito e o referendo, orçamento participativo – todos eles com o fim de estreitar a relação entre sociedade civil e Estado –, trazendo à cena política a importância do conceito de participação social. O ideal de participação social construído nesse contexto tem suas bases assentadas nas teorias de democracia participativa, que enxergam a participação como um elemento socioeducativo, e no entendimento de Cicconelo e Marroni (2005) devem envolver, ao menos, quatro elementos: “ação, participação, corresponsabilidade e interação entre diferentes sujeitos”.

Para entender a “arena” que pretendo descrever nesse trabalho faz-se necessário resgatar os sentidos e definições do que aqui chamamos de políticas públicas. Partindo de uma definição jurídica, é interessante pensarmos sobre a ótica que BUCCI (2006) nos propõe:

Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados (BUCCI, 2006, p. 39).

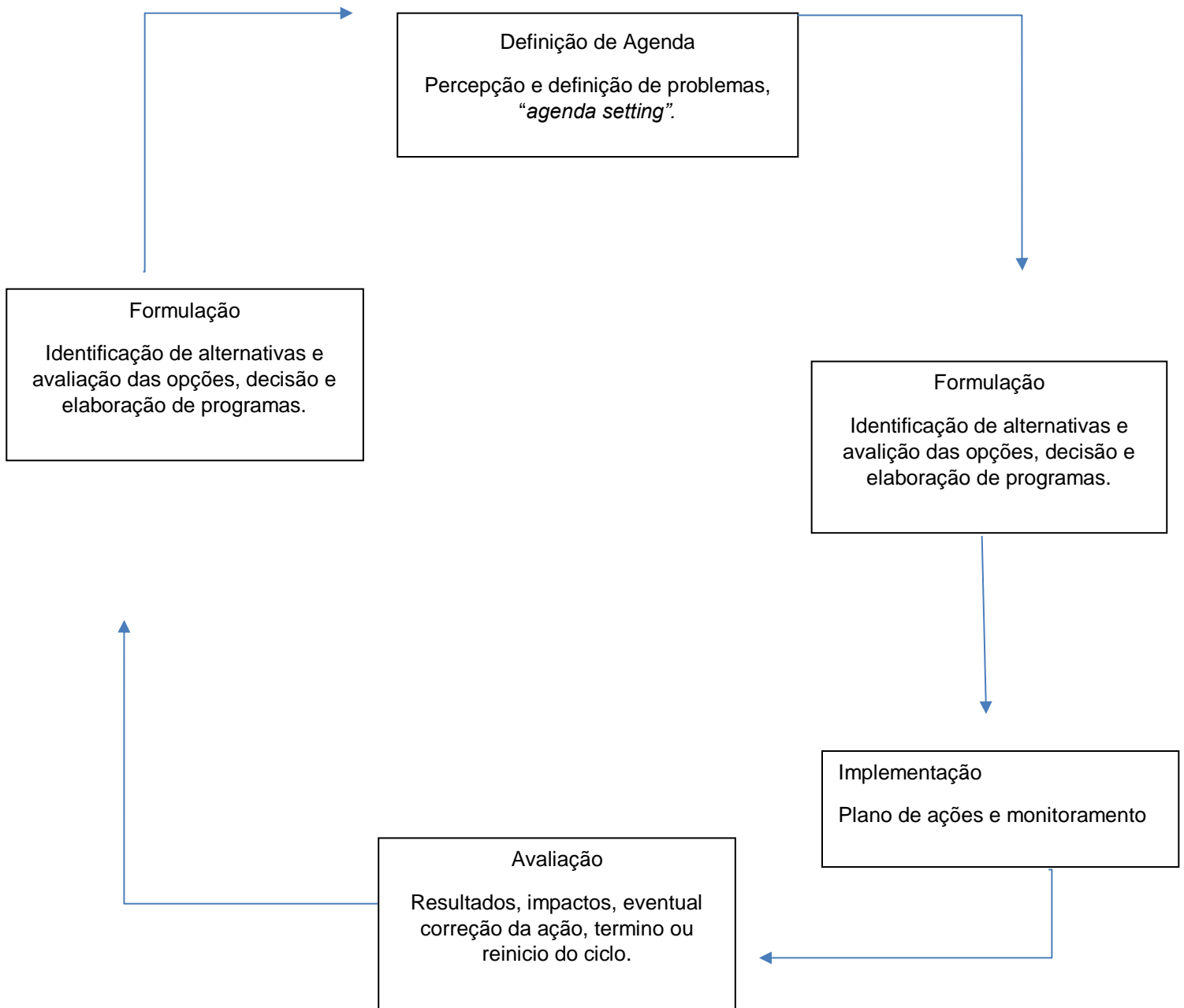
Por outro lado, para além do entendimento dentro da esfera legal, as políticas públicas operam na organização dos espaços sociais através de embates entre diversos grupos de interesse. Para melhor entender essa perspectiva cabe retomar o que escreve Maria das Graças Rua:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são *outputs*, resultantes das atividades política (*Politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos

e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas. (RUA, 1998, p.1)

Partindo da definição de Rua é possível perceber que as políticas públicas se inserem em um cenário muito mais amplo politicamente e para medir suas potencialidades é necessário entender a formação das “agendas” e as características da administração pública na qual as mesmas se inserem. Ainda sobre as políticas públicas, seu funcionamento se dá de forma cíclica e cada uma das fases tem extrema importância para o resultado final:

Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: (Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP – GeR-2010)

Importante perceber que as fases do ciclo de políticas públicas não se sobrepõem, pelo contrário: o funcionamento de cada uma delas é fundamental para o resultado final da política pública. É nessa dinâmica que as agendas de políticas públicas vão se construindo, utilizando os espaços aonde os atores políticos vão difundindo conhecimentos empíricos e normativos para que determinados assuntos sejam “agendados” politicamente enquanto outros não. Assim, resultante desse processo é que surge a necessidade de que políticas sejam desenhadas e implementadas – processo esse que possui um dinamismo próprio, sendo que a cada momento se constituem novas lutas para assegurar a permanência de um tema na “agenda”.

Nesse sentido, como apontado anteriormente, importa destacar que a intensidade da participação da chamada sociedade civil organizada na composição da agenda de políticas públicas pode variar conforme se estrutura democraticamente a administração pública de cada Estado. No que diz respeito ao caso brasileiro, a estrutura da administração pública sofreu significativas mudanças permitindo uma maior atuação da sociedade civil na dinâmica política, sobretudo, a partir da criação de novos mecanismos participativos como Conselhos, Fóruns, Orçamentos Participativos – através dos quais, de forma consultiva apenas ou deliberativa, as vozes de diferentes segmentos da sociedade podem ser ouvidas.

Embora essas mudanças organizacionais no modo de administrar o Estado tenha consolidado uma lógica relativamente mais participativa, elas não têm sido suficientes no que se refere às políticas públicas de gênero e raça. Numa sociedade ainda tão fortemente marcada pelo sexismo e racismo, temos uma reprodução dessa lógica em todos os níveis da ação estatal, tornando necessário o aprofundamento de uma reflexão acerca do modo como tais mudanças organizacionais têm produzido tão baixo impacto na formulação de políticas públicas para as mulheres negras.

Esboçando rapidamente o modo como tem se constituído a administração pública brasileira, é perceptível que ela se encaixa naquilo que chamamos na literatura sobre o tema de “nova gestão pública”, cujos princípios basilares são: a gestão por resultados, a descentralização administrativa, avaliação dos serviços prestados e qualificação dos funcionários para a gestão.

Essa nova gestão pública é perceptivelmente alinhada a um modelo desenvolvimentista, no qual as cobranças por metas e resultados são as principais maneiras de medir a eficiência e eficácia para uma política pública. (AVRITZE, 2006; PAULA, 2005).

Retomando parte dessa história, não podemos esquecer que a década de noventa representou um momento de profundas transformações para o Estado brasileiro – que optou pela adoção de um amplo programa de privatizações das funções do Estado como medida prioritária para garantir sua efetividade. Não restam dúvidas de que esse processo de desburocratização e privatização do Estado teve impactos altamente negativos na oferta de políticas públicas, atingindo particularmente os grupos mais vulneráveis – entre eles, as mulheres negras – o que se choca frontalmente com demandas apresentadas pelos movimentos sociais e que vão em direção oposta ao que esse modelo de administração pretende desenvolver, pois, sem racismo e sexismo as propostas neoliberais não ganhariam corpo.

Essa mudança na administração pública brasileira, alinhada às experiências internacionais movidas pelo capitalismo global, vem apostando em uma gestão pública mínima e que trabalha voltada muito mais para a garantia de resultados do que no próprio processo de construção da política pública. Nessa lógica, as tentativas de aumentar a eficiência da máquina pública levam a investir-se em uma combinação nefasta de minimização de custos para maximização de resultados.

Acredito que compreender os efeitos desse modo de administrar é extremamente importante quando se trata de propor uma agenda para a construção de políticas públicas de gênero e raça. Isso porque, em um Estado focado em resultados, a inclusão de tais temas marginalizados socialmente pode significar uma ínfima possibilidade de engendrar e racializar os processos de construção das políticas públicas.

Aliado a isso, ocorreu uma mudança de perspectiva em relação aquilo que os diversos movimentos de mulheres vieram tentando construir em sua aproximação com o Estado. Parte dessa mudança decorre o fato de que a delegação de diversas funções para o setor público não estatal terminou por

impactar diretamente na organização interna dos movimentos de mulheres, fazendo com que parte dele optasse por uma atuação através do terceiro setor, mais precisamente pelas ONG's, alinhando, dessa maneira, a conjuntura tanto nacional como internacional.

Não há como se negar que, em vários sentidos, a década de noventa e a corrida por uma administração pública gerencial foi uma época de retrocessos diante do esforço de construção de uma agenda de políticas públicas antissexista, antirracista e antilesbotransfóbica. Como observa Maria Lúcia da Silveira (2004, p. 65): “as políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos e todas que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do Estado Mínimo e das políticas compensatórias”.

Procedendo a uma análise do contexto político da redemocratização do Estado brasileiro, é evidente o paradoxo instalado no qual os movimentos sociais se “institucionalizam” de forma dinâmica e efervescente e, logo no período posterior, ao mesmo tempo em que se trabalhava com uma perspectiva de ampliação do espaço de participação da sociedade civil, se verifica o crescimento da perspectiva de estado mínimo. Segundo Dagnino (2004, p. 97), cria-se um chamado *efeito perverso*, pois, se instala o paradoxo da ampliação das instituições democráticas para interferir na atuação do Estado e, ao mesmo tempo, essa instituição tem suas funções diminuídas por pressão do mercado caminhado para um Estado mínimo. Como sinaliza o autor: “Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil”. (DAGNINO, 2004, p. 97).

Essa nova configuração de organização do Estado trouxe à tona a necessidade de se repensar algumas questões sobre a relação entre esta instituição e os anseios feministas por políticas públicas que promovessem uma equidade de gênero. Entre esses questionamentos, o principal deles surge das evidências de que os laços até aquele momento construídos eram de fato ainda muito frágeis sendo colocados à prova com uma reforma administrativa no Estado.

Por essa razão ampliou-se a discussão da necessidade que uma perspectiva de gênero em torno das políticas públicas perpassasse todas as

instâncias do aparelho estatal (Legislativo, Executivo, Judiciário), envolvendo o chamado Terceiro Setor – com ONG’s e OSCIP’s que, nesse caso, atuam em cooperação com o Estado –, e, além disso, investisse na qualificação dos gestores públicos para a execução de tais tarefas (GUZMAN, 1998).

Essa mudança de perspectiva em relação ao papel do Estado na promoção da equidade de gênero sinaliza para a necessidade de que as diferentes áreas/temáticas de atuação estatal passassem a operar de forma integrada para que um olhar voltado para as questões de gênero passasse a integrar a lógica das políticas de educação, saúde, assistência e demais setores. Aliada a uma atuação intersetorial, a criação de indicadores de gênero e a sistematização de dados relativos à situação da mulher em diversas áreas foram aspectos sinalizados como centrais a serem enfrentados para criação de uma agenda governamental voltada para as questões de gênero.

A aproximação das pautas feministas com o Estado, ao mesmo tempo em que se tornou quase inevitável na conjuntura política das últimas décadas, tem ocorrido a partir de inúmeros tensionamentos – isso porque a maneira como tem sido incorporada a perspectiva de gênero tem colocado em questão um dos princípios basilares desse movimento social que é a ideia de autonomia. Os impasses em torno dessa aproximação têm despertado questionamentos e inseguranças quanto às consequências de se levar para dentro do Estado, em busca de garantias mínimas, pautas dos movimentos sociais e a consequente perda de autonomia sobre como serão desenvolvidas essas pautas políticas. Esses são alguns dos muitos incômodos colocados pelas mulheres. (COSTA; SARDENBERG, 1994)

Esse movimento de “tradução-político-cultural por parte do Estado” (ALVAREZ, 2000) revela a capacidade que essa instituição possui de, ao incorporar as demandas oriundas do movimento social, torná-la útil aos seus interesses, sem que, necessariamente ao fazer tal agregação essas políticas impactem de forma mais positiva na vida dessas mulheres. Há por essa razão uma grande preocupação que, devido à falta de *expertise* e compreensão do conceito de gênero de forma ampla por parte do Estado, se formule políticas públicas para as mulheres que culminem em um reforço do lugar de subordinação social que a mulher já se encontra.

De maneira geral, o que pode ser observado nessa interface entre Estado e políticas públicas de gênero é que há uma tendência em trazer ainda que de maneira formal a institucionalização da questão, ou seja, o Estado como ente responsável em promover equidade de gênero já se configura como um cenário dado restando analisar o *modus operandi*. Há uma tendência de criação de secretarias especiais nos diversos níveis federativos para que operem como agente responsável pela formulação, execução e avaliação das políticas públicas para as mulheres.

Ao levar para arena política o conceito de gênero é preciso cuidar para que o mesmo não se perca em meio a análises simplistas do termo, ou apenas que a inclusão da palavra gênero signifique a responsabilização do Estado pela causa. Para além do exposto, é preciso pensar também que a ampliação e ressonância dos movimentos feministas despertou a insistência de alguns setores conservadores da sociedade em se posicionar de maneira contrária à inclusão das perspectivas de gênero no âmbito do Estado.

Corroborando a discussão feita anteriormente é necessário retomar uma reflexão que lança luz sobre nossa problemática: que é o fato das políticas públicas para as mulheres construídas no Brasil operarem ainda hoje fora de uma lógica interseccional e, assim, fazendo com que a perspectiva de gênero não se intercruze com as demais categorias como raça, classe, sexualidade e geração – o que tem levado à construção de indicadores de gênero que não captam de fato a complexidade de ser, sobretudo, uma mulher negra no Brasil.

Isso se deve, entre outras, razões pelo desenho da arena política. O espaço de interação dos diversos movimentos de mulheres com o Estado tem se dado maneira bastante desigual e até hostil – o que vem fazendo com que se torne um campo de ação extremamente disputado pelos diferentes grupos e, assim, quanto mais estruturados e institucionalizados forem as frações do movimento social, maior probabilidade de inserção e hegemonia eles terão.

Em resumo, isso significa dizer que os movimentos sociais articulados por mulheres negras, devido à intersecção do sexismo e racismo, possuem ainda mais entraves para pautarem suas questões no âmbito estatal já que, além de travar uma batalha para romper com os limites institucionais do Estado, precisam

antes de tudo vencer a dura batalha da inclusão de suas demandas específicas dentro do controle hegemônico das mulheres brancas nos movimentos feministas.

Por outro lado, e retomando o exposto acima, é importante pontuar que a relação entre o Estado e as demandas de gênero precisam ir além da compreensão simplista de que uma aproximação seria necessariamente nefasta e culminaria sempre em cooptação, ou, ao contrário, entender ainda que uma inclusão apenas no nível da formalidade garantiria o fortalecimento de uma agenda governamental voltada de fato para construção de uma equidade de gênero. Pensando no dilema aproximação *versus* cooptação, Ana Alice Alcântara Costa (2004, p.6), ao escrever seu relevante trabalho “*O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*” advoga que enquanto movimento social os feminismos devem também cumprir o papel de ente fiscalizador juntamente aos demais setores da sociedade; entre eles o Estado. (COSTA,2004.p.7)

Além de lidar com a resistência em se incluir a perspectiva de gênero traduzida em orçamentos reduzidos, secretarias e ministérios sucateados, os movimentos de mulheres enfrentam ainda a descrença no modelo adotado para a construção dos planos e diretrizes para as políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil.

Entender a lógica desse processo e também proceder uma crítica interna em torno do questionamento “se é mesmo esse modelo que pretendemos seguir para fomentar essa agenda” – afinal seguir uma proposta neoliberal, para buscar a equidade de gênero, beneficia a que mulheres? O que ganha o Estado ao incluir as demandas das mulheres em sua agenda? Essas são perguntas que esperamos que o “campo de batalha” possa sugerir respostas

2.3 A cor, a pele, o corpo como campo de batalha: “Eu vim da selva, eu sou leão, sou demais pro seu quintal”.

“Não existe lei Maria da penha que nos proteja,
Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza;”

O terreno para a construção de uma agenda de políticas públicas para as mulheres no Brasil veio sendo gradualmente preparado para o patamar em que se encontra a questão no cenário atual. Da crítica a aproximação e, atualmente, aos questionamentos sobre a relação entre movimentos de mulheres e Estado, pode-se dizer que esse caminho foi construído entre conquistas e contradições e faz emergir uma inquietação se estamos, de fato, criando uma agenda de políticas públicas de gênero no Brasil.

A década de 1980, de maneira especial através da consolidação de órgãos institucionais como o Conselho Estadual da Condição Feminina (1983) e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985) e, ao nível federal, a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM, 1983) inaugurou, como já discutido anteriormente, uma tendência de aproximação entre as pautas feministas e Estado – o que vinha sobrevivendo politicamente a governos mais ou menos favoráveis à implementação da discussão de gênero no Estado.

De modo geral, é possível perceber que a incorporação de gênero nas políticas públicas está atravessada pela dicotomia entre políticas setorializadas e/ou transversais (MONTAÑO, 2003). Trata-se de uma disputa, pelo mínimo, que provoca embates internos nos movimentos de mulheres e são questionados se, de fato, é possível falar de transversalidade quando demandas como raça, classe e sexualidade são suprimidas dentro da própria perspectiva de gênero.

Para esse trabalho interessa-me entender o “campo de batalha” onde vem sendo construídos os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM’s) a partir do lugar de fala da mulher negra envolvida nesse processo. Para tanto, é necessário desenhar um breve panorama sobre a criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM/PR), bem como entender seu papel na construção de uma política nacional para as mulheres de maneira sólida.

A SPM/PR surgiu no ano de 2003 (Lei 10.683/03), no início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, inicialmente como uma Secretaria Especial e, logo depois, alcançando o status de Ministério ligado

diretamente à Presidência da República. O órgão possuía como objetivo principal atuar frente à promoção da igualdade de gênero, através do combate de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.⁶

Suas ações previam incorporar, em nível nacional, a discussão de gênero em todas as esferas governamentais; sendo também responsável, direta ou ainda indiretamente por fomentar a discussão de gênero tanto nos demais níveis subnacionais (estados e municípios) quanto na própria na sociedade civil. Sua atuação se deu através de três eixos principais: a) Saúde, Cultura, Participação, Igualdade de Gênero e Diversidade; b) Trabalho e autonomia econômica da mulher; c) Enfrentamento à violência.

Assim como as demais secretarias de políticas nacionais, a SPM/PR seguiu um modelo no qual são construídos planos nacionais de políticas para serem seguidos como modelos por Estados e municípios; como diretrizes para políticas. Esses planos, por sua vez, são construídos a partir de conferências que ocorrem a nível municipal, estadual e federal, necessariamente nessa ordem, onde são definidos eixos direcionais para as políticas públicas, assim como a eleição de delegadas aptas a defenderem e votarem as diretrizes nacionais de políticas públicas para as mulheres.

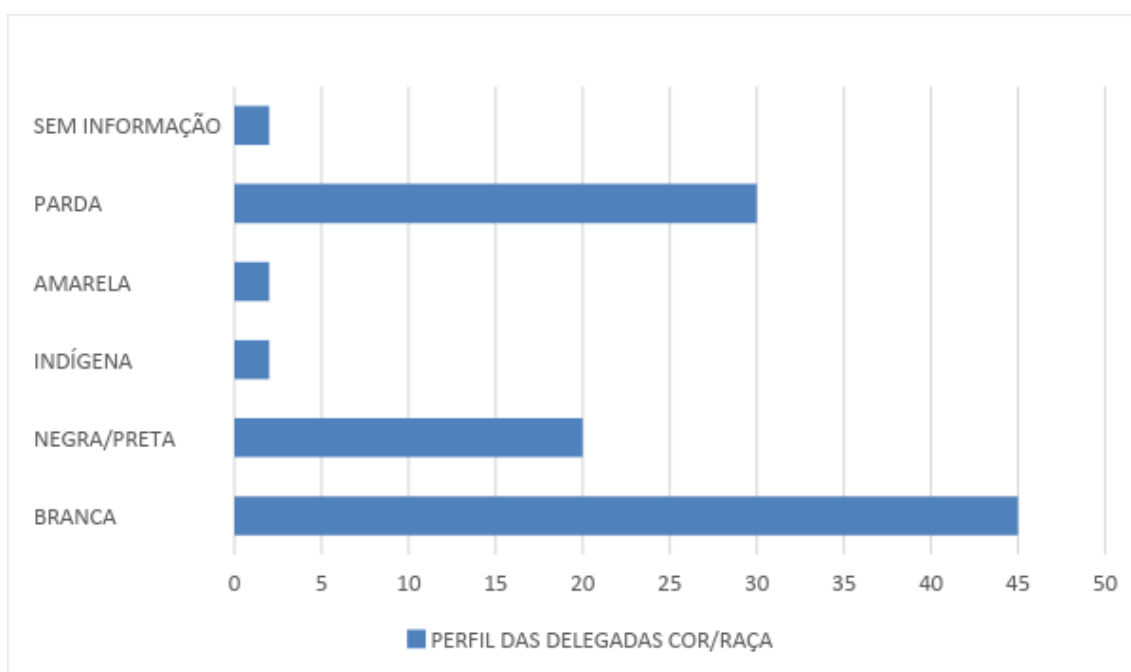
A primeira CNPM ocorreu em 2004 e, sem dúvidas, se tornou um marco legal na construção de uma agenda de política para as mulheres. Mesmo cercada por problemas de infraestrutura e novidades advindas do próprio processo de construção da proposta, a conferência foi considerada um sucesso, reunindo cerca de cento e vinte mil mulheres de todo o país, nas suas mais diversas características, e culminou na elaboração do I PNPM. O relatório final do I PNPM apresenta um plano com 199 ações, divididas em 26 prioridades que foram definidas por um grupo de trabalho interministerial e orientando-se a partir de 04 linhas de atuação, a saber: Autonomia e igualdade, no mundo do trabalho

⁶ A SPM/PR foi extinta pela lei 13341/2016 que compõe uma reforma dos ministérios assinada pelo atual presidente do Brasil Michel Temer, sendo igualmente extintos, além do “Ministério das Mulheres”, os Ministérios da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, do qual fazia parte a Secretaria. A mesma lei permite que esse organismo permaneça como Secretaria Especial de Política para Mulheres (SEPM,) vinculada ao Ministério da Cidadania e Justiça.

e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento a violência contra mulher.

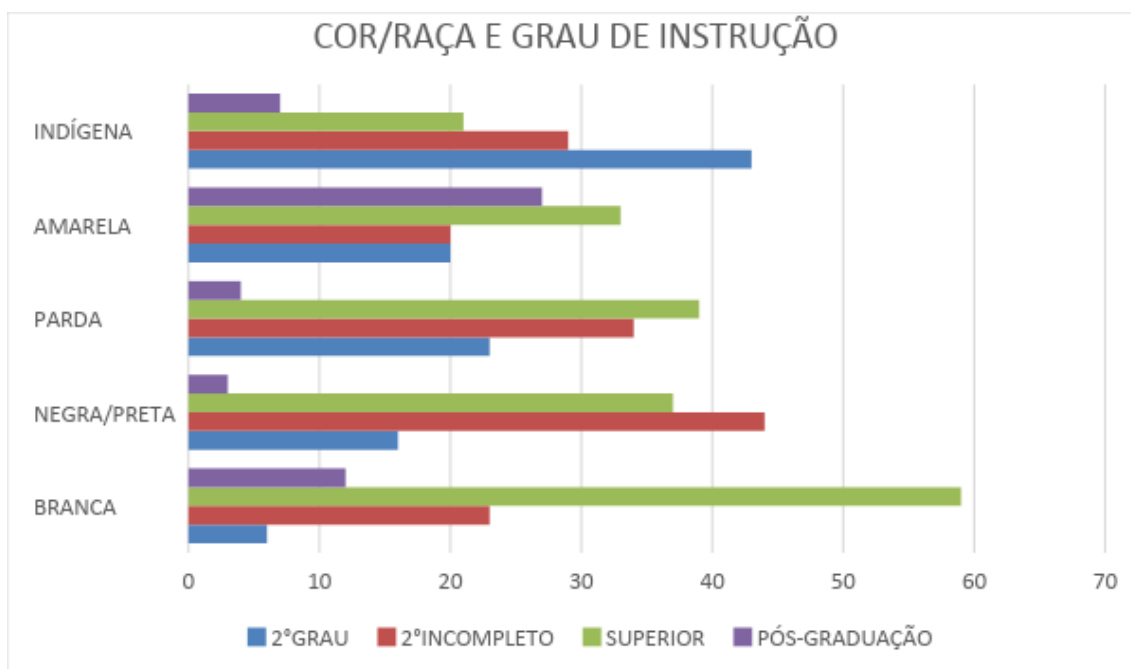
Sem dúvidas que por se tratar de um momento ímpar na história do movimento de mulheres no Brasil a I CNPM (2004) foi palco de inúmeros embates no interior do próprio movimento – embates esses que podem ser lidos nas entrelinhas dos relatórios oficiais sobre o evento e em canais de comunicação não oficiais. Para melhor entender esses embates é importante observar a caracterização das delegadas que compuseram a “batalha” da primeira conferência. Conforme pesquisa feita à época, a pedido do governo federal, é possível traçar o seguinte perfil:

Gráfico I: Perfil das delegadas cor/raça



Fonte: “I CNPM: Perfil das delegadas.” (2005).

Gráfico II: Perfil das delegadas cor/raça e grau de instrução:



Fonte: “I CNPM: Perfil das delegadas.” (2005).

Os gráficos acima fazem parte de um relatório produzido pela SPM/PR no período da primeira conferência e buscam traçar um perfil das mulheres que participavam daquele momento, considerado histórico. Outras percepções podem ser retiradas do relatório “I CNPM: Perfil das delegadas” (2005), produzido pela SPM/PR.

Aqui citarei alguns dados que considero importantes para analisar a arena política a qual me proponho a explorar. Iniciando pela escolaridade das delegadas entrevistadas, é possível perceber um alto grau de escolarização entre as mesmas, com médias bem acima dos dados nacionais. Isso sugere que a discussão sobre políticas públicas à época não se encontrava tão difundida entre os setores mais populares da população; além disso, os mecanismos de participação introduzidos de forma recente nesse campo de políticas públicas apresentavam suas próprias dificuldades operacionais a serem dribladas.

Já em relação a categoria raça/cor e auto declaração das delegadas, a pesquisa registrou a seguinte distribuição entre brancas (45%), negras (20%) e pardas (30%). Essa porção significativa de auto declaração entre mulheres brancas e a divisão de porcentagem entre pardas e negras sugerem que

declarar-se negra não foi naquele momento uma percepção óbvia das mulheres presentes na conferência. Em relação ao perfil por região geográfica, o que aqui nos interessa são os Estados da Bahia e de Minas Gerais que corresponderam, ambos, a 7% do perfil de entrevistadas (I CNPM: Perfil das delegadas, 2005).

Embora tenha ocorrido problemas aceitáveis em termos estruturais e de funcionamento, a primeira conferência cumpriu, como esperado, com um equilíbrio entre participantes representantes do governo e da sociedade civil sendo 43 e 57% respectivamente. A análise sobre o grau de “democracia” da conferência dividiu a opinião das delegadas entrevistadas, sendo que aquelas que entenderam como “pouco democrática” foram aquelas delegadas originárias da região sul do país e as insatisfações com os resultados ocorreram por motivos diversos. Vejamos algumas falas presentes nos relatórios, pois, quando perguntadas se a conferência havia sido democrática algumas mulheres responderam:

Não. Os PPDs [pessoa portadoras de deficiência] sequer foram mencionados pela mesa e, apesar de estarem presentes, não tiveram oportunidade de manifestação. Faço este registro, após ouvir um grupo de portadores de deficiência que lamentava o ocorrido ao final dos trabalhos do dia 16 [de julho].

Não. A coordenadora de mesa não dava espaço suficiente para nós falarmos e a mesma era muito autoritária.

Não. Muitas mulheres de luta ficaram fora do processo por questões políticas. (I CNPM: Perfil das delegadas, 2005).

Entendendo de maneira ampla o processo histórico em torno dessa primeira conferência, é necessário destacar o pioneirismo e o ineditismo desse momento político e, entre os acontecimentos relevantes para esse trabalho, cabe destacar a aliança de parentesco firmada entre mulheres indígenas e negras naquele momento. Tal aliança ocorre em um cenário onde as mulheres indígenas já haviam realizado sua primeira conferência nacional e as mulheres negras se apresentavam com pouco reconhecimento de sua representatividade, ainda que numericamente com expressividade nos diversos grupos de trabalho.

Esses acontecimentos demonstram que embora a construção de uma agenda de políticas públicas para as mulheres fosse um desejo de todas, isso não era o suficiente para diminuir a tensão do processo de diversidade e disputa por representação entre essas mulheres.

Passado o tempo de implementação das diretrizes propostas na I CNPM, os relatórios de avaliação sugerem que a mudança institucional na esfera estatal foi o maior desafio pós-conferência. Havia um entendimento de que seria necessário uma transversalização horizontal, ou seja, um cenário em que diversos setores dialoguem entre si para a construção de uma estratégia conjunta no combate à desigualdade de gênero – e ainda uma transversalização vertical, tratando-se, nesse caso, de um incentivo por parte do governo federal para os demais entes federativos. (Relatório de Implementação I CNPM, 2005-2007).

Quatro anos depois, a IICNPM trouxe como temática a participação das mulheres nos espaços de poder enquanto uma necessidade e, em relação aos registros oficiais, há uma menor sistematização de dados em relação à primeira conferência. Os dados sobre o perfil das delegadas, por exemplo, não aparecem com tanta nitidez como há quatro anos; por outro lado, os relatórios demonstram uma maior apropriação de alguns temas que apareciam de forma muito tímida no primeiro plano.

Com o tema “Mais mulher no poder”, a segunda conferência suscita novamente o debate sobre quem seriam essas mulheres a ocuparem o poder. As discussões e embates internos podem ser lidos nas entrelinhas dos anais da II CNPM e a inclusão de alguns temas que tratam diretamente sobre a mulher negra – como, por exemplo, a violência obstétrica contra a mulher negra/indígena e melhoria da qualificação dos gestores em todos os níveis para lidarem com as questões de gênero e raça – demonstram, ao menos em termos formais, a inclusão de demandas oriundas dos movimentos de mulheres negras, quatro anos após a primeira conferência.

A terceira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada em 2011, ocorreu em meio a uma grande instabilidade política no período que antecedeu seu acontecimento – um dos fatores mais desestabilizadores foi a

ameaça de rebaixamento ou fechamento da SPM/PR, sob a alegação da necessidade de redução no número de ministérios e esse clima de incerteza foi notável em diversas falas e dados constantes nos anais da III CNPM. Paradoxalmente, essa “ameaça comum” que terminava por apresentar-se como um risco para todas as mulheres – de perder aquilo que já havia sido conquistado –, favoreceu a criação de um vínculo entre as delegadas presentes à Conferência, a partir de uma necessidade de luta conjunta das mulheres em torno da permanência da Secretaria.

Com o tema “Autonomia e poder para as mulheres”, a III CNPM além de reforçar os eixos propostos pelas últimas duas conferências, traz à tona algumas discussões emergentes naquele contexto – entre eles, destaco uma preocupação com a inclusão de uma perspectiva de gênero em temas como sustentabilidade de gênero e uma discussão sobre a importância das dotações orçamentárias voltadas para as políticas públicas de gênero. Outra questão relevante sobre a III CNPM é o exaustivo debate sobre o “Eixo Nove” no qual se discutiu amplamente o combate a lesbofobia e o racismo no próprio espaço da Conferência. A descrição dos debates no eixo nove levam ao entendimento de que a aliança entre lésbicas e negras foi fundamental para impulsionar a discussão nesse espaço, deixando evidente, mais uma vez, que a necessidade de intersecção dos marcadores raciais é imprescindível para a inclusão de algumas pautas nesse espaço. É importante destacar que houve uma tendência nessa conferência, de destacar a importância de se ter Dilma Rousseff como a primeira mulher presidenta do Brasil, bem como o conjunto de expectativas de que essa mudança pudesse levar o campo das políticas públicas e gênero a outro patamar.

Um ponto que merece destaque, apontado em todas as CNPM’s, é a fragilidade da avaliação da efetividade das políticas públicas para as mulheres propostas nas conferências. Parte dessa dificuldade decorre a ausência de regulamentação (marco legal) por parte dos órgãos responsáveis, mas, o fator mais determinante ainda se concentra na questão orçamentária destinada à essa área. Embora a transformação da cultura sexista e racista seja ainda o grande desafio para a construção de políticas públicas de gênero no Brasil, há também a persistência de condições estruturais desfavoráveis para que isso

ocorra –, portanto, somente com a superação dessas limitações é que se avançará na implantação desta agenda tão necessária à ampliação da equidade.

É importante ainda o reconhecimento de que a análise da agenda de políticas públicas para as mulheres no Brasil, do ponto de vista histórico, só pode ser realizada de maneira ainda muito incipiente. Entre outras razões, podemos destacar o fato que, sob o ponto de vista histórico, estamos falando de um decurso de tempo relativamente recente por tratar-se de uma história ainda em construção e sobre um terreno não muito sólido.

Um outro aspecto que merece destaque é que, durante a escrita desse trabalho, me deparei com uma grande mudança na estrutura da SPM/PR da maneira como a conhecemos e cujo modelo de atuação orientou as reflexões aqui inscritas e que, por esse motivo, não me permite deixar de comentar o ocorrido. Em um momento onde mulheres de todo o país se preparavam, nas conferências municipais, para a IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, desta vez com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” ocorre um mudança da configuração da SPM/PR que representou um retrocesso do que foi conquistado nos últimos 15 anos: a desapareção do ministério e sua aglutinação junto a outras pastas num “mix social”. Trata-se da aglutinação da SPM/PR (Secretaria Nacional de Política para as Mulheres), SEPP/PR (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e SNJ/PR (Secretaria Nacional de Juventude) e Ministério dos Direitos Humanos – todos passaram a compor um único ministério: o **Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos**. Criado em 13 de outubro de 2015, pela MP 696, foi em curto espaço de tempo extinto, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, pela Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016 e que estabeleceu a nova estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal.

Embora ainda seja muito recente essa mudança não há dúvidas que as manifestações dos mais diversos movimentos de mulheres foram contrárias a essas reformas administrativas. A longo prazo será necessário repensar de que forma se dará a continuidade desse processo de construção dessa agenda

nessa nova configuração política em que se encontra o órgão nacional de fomento de políticas públicas para as mulheres.

O fato é que sem dúvidas essa manobra política, fruto de uma reforma administrativa supostamente por razões orçamentárias, demonstra, como já mencionado anteriormente, que as discussões sobre a condição da mulher na sociedade e a incorporação de gênero nas políticas públicas ainda não se tornaram uma pauta de interesse do Estado brasileiro, sendo facilmente restringida pelas crises políticas e econômicas.

Dito tudo isso pergunto: Que olhares as mulheres negras podem lançar sobre essa história? Identificar e entender os embates existentes na luta pela construção dessa agenda não é possível se nos guiarmos apenas pela história oficial – que é, sem dúvida, branca. É por esse motivo que pretendo nesse trabalho, como apontado anteriormente, ouvir das próprias mulheres negras o que elas pensam sobre todo esse processo, pois, para falar de embates é preciso conhecer as histórias dos bastidores e para entender as regras do jogo é preciso ouvir os diversos combatentes neles envolvidos.

Acredito que a escolha das Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres como ponto de referência para a análise do campo, sendo, portanto, o foco de nosso trabalho de dissertação. Essa escolha se baseia no fato de entender tal espaço enquanto um ambiente que, ao se propor participativo, escancara as disputas em torno das demandas dos diversos grupos que compõem nosso universo.

Pogrebinschie e Santos (2011, p.261), ao discutirem a gênese do processo das conferências nacionais afirmam que “as conferências nacionais consistem em instâncias de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal” e são consideradas, na literatura acadêmica, como um novo e importante mecanismo de participação social. Esse modelo, apesar de anteceder a Constituição de 1988, especialmente na área da saúde pública, ganha folego após o processo de redemocratização do país e se expande para as demais áreas das políticas públicas como um mecanismo legitimado pela sociedade. E, vale acrescentar que, quando entendida e utilizada como um meio e não como fim, essas

conferências possuem um potencial que pode ser usado para interferir no curso da agenda governamental, tornando-se, assim, um espaço de poder que as mulheres negras intencionaram ocupar.

No entendimento das ativistas entrevistadas para a realização deste trabalho, não há dúvida de que os esforços das mulheres negras de aproximação do Estado, através dessa via, podem ser vistos como um avanço na luta por equidade de gênero e raça. É justamente por isso que a busca por estabelecer parâmetros para a disputa de hegemonia nesse espaço é de fato intensa, pois, apesar de as deliberações das conferências nacionais de políticas públicas, no contexto político atual, não serem exatamente vinculantes, ocupam um importante espaço nas instituições democráticas:

Tal aproximação se verifica não apenas quando o Estado traz a sociedade civil para dentro de si, tomando as conferências nacionais como um elemento participativo, mas também quando se mostra receptivo às suas demandas, convertendo-as, em alguma medida, em proposições legislativas, concebendo as conferências nacionais como um componente deliberativo da representação política. A dinâmica entre participação/deliberação e representação, e entre sociedade civil e Estado, revela através das conferências nacionais, novas formas de mediação política que apresentam forte potencial de aprofundar a democracia no Brasil. (POGREBINSCHI; SANTOS 2011, p. 266)

Assim, a relevância em realizar um trabalho que evidencie o olhar das mulheres negras sobre esse processo fica, mais uma vez, explicitada: isso porque discutir a participação política dessas mulheres significa dizer sobre suas reflexões e experiências de diálogo com o Estado, mas também permite explicitar, especificamente nesse espaço, a natureza dos conflitos existentes há muito tempo com os feminismos hegemônicos e em mostrar, nessas análises, a importância do quesito raça.

No próximo capítulo pretendo, através da narrativa dessas mulheres negras, mostrar de que maneira, nessa arena política, se encontram suas reivindicações sobre essa agenda de políticas públicas tanto na relação com o Estado quanto com as mulheres brancas envolvidas de maneira organizada nesse processo. Utilizando de uma lente que propicia trazer para a arena olhares negros desde Salvador-BA e Belo Horizonte-MG, darei vida a uma pequena história de mulheres negras escritas/contadas por elas mesmas.

3. AS FERRAMENTAS DO MESTRE NUNCA IRÃO DESMANTELAR A CASA GRANDE:⁷ OS EMBATES

No meu caso voltei-me para o trabalho intelectual na busca desesperada de uma posição que me ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa. Criada numa comunidade segregada, sulista, pobre e operária onde a educação era valorizada, sobretudo como um meio de mobilidade de classe a vida intelectual sempre esteve ligada a carreira do ensino. Tratava-se mais do serviço externo como professor ajudando a elevar a raça no qual os professores podiam conquistar aceitação individual dentro da comunidade negra do que de uma vida interior intelectual e personalizada.
bell hooks

Das diversas intelectuais negras que conheci em minha trajetória acadêmica, bell hooks ocupa um lugar especial influenciando a forma como decidi encarar a escrita desse trabalho. Isso se deu, principalmente, porque foi através dela que aprendi que uma escrita carregada de pessoalidade é não só um ato político, como também cumpre perfeitamente os atributos de uma escrita qualificada passível de ser apresentada no meio acadêmico. A decisão de escrever um trabalho que pudesse ser lido/avaliado tanto pelos pesquisadores acadêmicos quanto por outras pessoas não vinculadas a esse espaço – e que são detentoras de outros conhecimentos e saberes –, sem dúvidas, permeou meu percurso metodológico.

O processo da escrita me mostrou que a memória pode ser algo doloroso e, ao mesmo tempo, libertador para as mulheres negras e trouxe à tona alguns sentimentos que foram definidores para impulsionar essa escrita e que, pessoalmente, acredito ser complexo para qualquer mulher negra que ocupe um “não lugar” como é o espaço acadêmico. A ancestralidade é, sem dúvidas, uma excelente escola e como todo processo criativo a escrita obedece a algumas etapas, que são estabelecidas individualmente, para se obter um determinado resultado final.

⁷ Essa frase pertence a Audre Lorde sendo título de um dos seus famosos textos onde a autora discute a necessidade de se pensar, associada a questão de gênero, também raça e sexualidade.

Considero o ato de escrever como semelhante ao de trançar os cabelos colocando miçangas – e esse é um processo que conheço bem pois ele acontecia em minha casa um sábado a cada mês e seguia minuciosamente alguns passos para se atingir o resultado esperado. Em primeiro lugar, devíamos acordar cedo, eu e minhas duas irmãs, para lavar e desembaraçar os cabelos. Enquanto o cabelo era secado pelo sol, deveríamos separar as miçangas que seriam colocadas no cabelo e, depois, cortar a lã em medidas iguais para que, ao colocarmos as miçangas, ficassem em um peso ideal para se juntarem às tranças.

Isso pode parecer simples, mas, existem vários entraves para se chegar ao produto final. O primeiro deles – e que me chega mais rápido a memória – é o fato de que essas miçangas eram usadas por três crianças diferentes; logo, com o passar do tempo, as quantidades de cada cor não eram mais as mesmas. Soma-se a isso o fato de que a lã, por motivos diversos, nunca era cortada do mesmo tamanho e, muitas vezes, não podia ser adicionada à trança. Além disso, era questionável se a paciência de minha mãe era suficiente para trançar três cabeças, depois de uma semana exaustiva de trabalho como empregada doméstica. Com isso, quem ficava por último talvez enfrentasse um pouco mais de dificuldades visto que esse processo que durava de oito a doze horas...

Foi exatamente assim que me senti na escrita desse trabalho: desde o início, com a escolha do tema, passando pela pesquisa bibliográfica, fichamentos, trabalho de campo e construção do texto. Cada passo é tão minucioso e fundamental para próxima etapa visto que cada erro ou falta se refletiria no produto final. De tudo, porém, resta a certeza de que a escrita de uma mulher negra em uma sociedade racista e sexista, inclusive no meio científico, ainda é encarada como uma enorme ousadia, ainda mais quando fala de si.

Mesmo assim, utilizo meu lugar de fala não como fim, mas como meio para desenvolver uma escrita que opere como uma possibilidade ainda que remota de escrever uma história das mulheres negras por elas mesmas. É com esse propósito que, neste capítulo, pretendo evidenciar os caminhos usados para construir esse trabalho, narrando as experiências do campo e contando os embates a partir das histórias a mim confiadas por outras mulheres negras.

Apresento, assim, os relatos a mim confidenciados por seis mulheres negras que, quando convidadas, se propuseram a lançar seus olhares sobre a trajetória da participação das mulheres negras nas CNPM'S.

3.1 Relatos de uma história silenciada

[...] Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar" [...] (Chimamanda Ngozie Adichie)⁸

Embora esse trabalho seja uma tentativa de contar uma história a partir do olhar das mulheres negras, é preciso pontuar que não se trata de uma visão homogênea sobre sua participação social – além disso, é preciso reafirmar que o local de onde se fala diz muito sobre aquilo que se conta. A construção de um saber situado constituiu-se como base dos feminismos negros (HARAWAY, 1995; COLLINS, 2016), sendo ponto de partida para fugir das pretensões universalizantes, antes atribuídas à categoria mulher.

O entendimento das mulheres como interlocutoras capazes de produzir história faz parte da contestação de um modelo androcêntrico e eurocêntrico da ciência e que, em suas formulações, se apoia também em pressupostos racistas.

O palco dos embates que pretendo descrever, nesse caso, é representado pelas três primeiras Conferências de Políticas para Mulheres que ocorreram no intervalo entre os anos de 2004 a 2011. Situando historicamente, esse período e as conferências sob análise fazem parte de um momento político onde se optou por ampliar, através dos mais diversos mecanismos democráticos, a participação dos diferentes atores sociais que, de múltiplas formas, influenciaram a maneira de se pensar as políticas públicas no Brasil.

⁸ Trecho retirado da palestra proferida pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie e intitulada "Os perigos da história única" através da qual, a autora, a partir de fatos de sua vivência como nigeriana e as representações coloniais de seu continente, alerta sobre a produção de uma história universalizante de base racista e sexista e aponta caminhos alternativos a essa construção de uma história única.

Como critério para a escolha das entrevistadas levou-se em conta a participação destas nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres, já que a análise da participação social das mesmas será feita a partir desse processo. Além disso, buscou-se mesclar outros marcadores sociais como geração, sexualidade e aproximação (ou não) a estruturas partidárias, a fim de tornar essas vozes o mais plural possível.

Ao todo foram ouvidas seis vozes de mulheres negras, sendo três em cada estado. Também se buscou informações sobre as Conferências: obtidas através de documentos governamentais e de organizações de mulheres que possuem em seu histórico informações referentes a esse período.

Embora se trate de um período histórico recente, parte das informações específicas sobre as Conferências – para além dos planos – nem sempre se encontra acessível; assim, nesse caso, as fontes secundárias como blogs, jornais e demais informativos *online* foram de suma importância para oferecer subsídios para a pesquisa e, em particular, para a construção de um roteiro de entrevistas.

No tocante às entrevistas, elas foram divididas em duas partes: na primeira, debruçei-me sobre a trajetória pessoal das entrevistadas, buscando também reconstruir uma visão geral desses sujeitos acerca da agenda de políticas públicas para as mulheres no âmbito nacional; a segunda parte, foi baseada em pontos centrais previamente destacados sobre as conferências, através de um conjunto de perguntas – que fez com que essas mulheres relatassem de maneira descensional a trajetória de sua participação nesse espaço.

Não resta dúvidas de que cada trajetória pessoal e que mútua interação de cada marcador social proporciona um lugar de fala diferenciado a cada mulher negra entrevistada. Porém, acredito que, por mais diversas que sejam nossas experiências, existem elementos centrais que, em um dado momento da história, nos atravessa e, por essa razão, permito-me apresentar o perfil das entrevistadas desse trabalho através da história narrada por elas mesmas.

3.2 “Não existe lei Maria da Penha que nos proteja, da violência de nos submeter aos cargos de limpeza:”⁹ Quem fala tem nome e sobrenome!

Mulheres são como águas, crescem quando se encontram! A contribuição de cada mulher negra entrevistada para esse trabalho revela as semelhanças e também a diversidade presente no que significa ser mulher negra, com todas as suas intersecções! As seis mulheres negras entrevistadas nessa pesquisa, nos dois diferentes estados da federação, são fruto de diferentes movimentos sociais e representam diferentes gerações de luta política, no entanto, em alguns momentos, compartilham de uma visão bastante aproximada sobre a participação política das mulheres negras.

Conforme apontado anteriormente, a escolha das entrevistadas levou em conta a experiência de participação destas mulheres nas conferências – objeto dessa pesquisa – e tornou-se evidente o fato de que, em alguns momentos, algumas histórias se entrecruzam e materializam trajetórias comuns. Ao falarem sobre si, essas mulheres evidenciam de imediato como as lutas contra o sexismo e o racismo sempre foram a base de sua participação política, independente do segmento em que ela se inicia, sendo, portanto, a base de sua sobrevivência.

Permito-me por esse motivo apresentar um pouco do que a memória dessas mulheres traz sobre as suas histórias que tanto conta a minha e a de outras mulheres negras:

⁹ Trecho retirado da música Mulheres Negras de Yzalú

QUADRO SÍNTESE SOBRE AS ENTREVISTADAS

NOME	CIDADE/ESTADO	IDADE	MOVIMENTO SOCIAL
ÁUREA CAROLINA DE FREITAS E SOUZA	BELO HORIZONTE/ MINAS GERAIS	31 ANOS	MOVIMENTO HIP-HOP; ATITUDE MULHER; JUVENTUDE NEGRA
ELIANE DIAS	BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS	37 ANOS	REDE AFRO-LGBT (MG)
VANESSA BECO	BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS	44 ANOS	NEGRAS ATIVAS; MOVIMENTO HIP-HOP
CREUZA MARIA DE OLIVEIRA	SALVADOR/BAHIA	60 ANOS	SINDOMÉSTICOS; TRABALHADORAS DOMÉSTICAS
AMÉLIA MARAUX	SALVADOR BAHIA	53 ANOS	MOVIMENTO LGBT, MULHERES LÉSBICAS
MAURA CRISTINA	SALVADOR/BAHIA	59 ANOS	MSTB, LUTA POR MORADIA, MULHERES NEGRAS

Partindo de uma apresentação sumária de cada uma das entrevistadas, é possível perceber que a inserção na luta pela equidade de gênero e raça e o exercício da participação social por cada uma se deu por caminhos diversos; partindo de ativismos distintos, elas inserem as discussões pertinentes sobre gênero e raça fazendo com que, a partir dali, se dê o trabalho de base e fortalecimento de suas pautas. De modo geral, registraram terem estabelecido, na maioria das vezes, uma relação bastante conflituosa com o Estado, uma vez que, na maior parte do tempo, de não encontraram nesta esfera apoio para sua luta.

Quando arguidas sobre os motivos para seu engajamento político, as entrevistadas remetem às dificuldades de seu cotidiano como princípios basilares que as impulsionaram a um maior engajamento nos movimentos sociais. Os relatos de Áurea Carolina e Vanessa Beco, por exemplo, remetem sua inserção nas comunidades periféricas de Belo Horizonte como um fator um que desencadeou um primeiro contato com a luta social, através do movimento

Hip-Hop. Outra entrevistada, Creuza Maria de Oliveira, de Salvador-BA, descreve sua aproximação com a causa das trabalhadoras domésticas advinda de sua própria realidade, pois, ainda criança foi obrigada a trabalhar em diversas casas, tendo, posteriormente, um contato com o movimento sindical - do qual se tornou uma grande liderança no Estado. No caso de Eliane Dias, esta relata que a vinda para a capital (Belo Horizonte) lhe impulsionou o contato com a militância LGBT e, posteriormente, a aproximação com organizações de enfrentamento das questões raciais. Finalmente, Amélia Maraúx e Maura Cristina, ambas entrevistadas em Salvador: a primeira militando nas fileiras movimento LGBT, relata seus enfrentamentos realizados no meio acadêmico e a segunda, desde sua vinda de São Paulo para Salvador, define sua grande motivação como a luta em torno do que considera como direitos mais básicos de cidadania: moradia, saúde e educação.

Quando perguntadas sobre a interação entre movimentos sociais – mais precisamente o movimento de mulheres – e o Estado, a partir da criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, as interlocutoras são unânimes em afirmar que embora hoje não nos encontremos em uma situação ideal, é impossível negar que, com a criação de um órgão específico e com a execução dos PNPM's, a ocorrência de uma melhoria significativa na vida das mulheres negras – isso porque esse desenho político significou a garantia mínima de alguma provisão legal no sentido da inclusão de algumas de suas demandas históricas. Somado a isso, espaços de formação e participação políticas são entendidos nesse caso como uma possibilidade de inclusão das mulheres negras nas discussões sobre o jogo político através das pressões e formações de alianças políticas. O dossiê *A participação das Mulheres negras nos espaços de poder (2003)*¹⁰, discute simultaneamente a participação política à luz das as intersecções de gênero e raça, propondo a seguinte reflexão:

Não obstante, a atuação nos movimentos sociais pode produzir condições para o acesso à política institucional, não apenas no legislativo. A criação de instâncias governamentais de políticas para as mulheres e de promoção da igualdade racial no país abriu novas

¹⁰ Esse relatório foi produzido pela SEPP/PR e ONU (2003) e discute a participação política das mulheres negras em diversas instâncias no Brasil. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>

possibilidades de presença de mulheres negras na gestão pública, um fenômeno recente ainda não devidamente avaliado. (A participação das Mulheres negras nos espaços de poder, 2003; p.12).

Baseando-se nesse pressuposto, o que se pode inferir é que a institucionalização das políticas públicas para as mulheres e, conseqüentemente, a participação política nesses espaços, apesar de não inaugurar uma tradição de luta por essa causa, joga visibiliza para essa pauta em um momento político muito importante. A esse respeito, a entrevistada Amélia Maraux, ao responder sobre a importância da SPM/PR e das conferências reflete:

Eu acho que são marcos assim importantes e fundamentais nesse processo de construção de uma agenda para o movimento feminista, para o movimento de mulheres, e acho que foi um momento sim positivo e importante e acredito que isso marcou o momento fundamental de crescimento da luta do movimento de mulheres e dos movimentos feministas no Brasil. (AMÉLIA MARAUX, 2016).

A aproximação com o estado, portanto, garante, como define Áurea Carolina (2016,) “uma inclusão das mulheres no Estado de Direito”. Essa interlocutora destaca, ainda, que a existência da SPM/PR possibilita essa inserção naquele momento, sobretudo para os grupos cuja as institucionalizações estão mais limitadas visto que, até então, os movimentos de mulheres mais consolidados vinham se apropriando melhor do que o Estado tinha a oferecer.

As entrevistadas refletem que é vital que o Estado venha a institucionalizar as demandas propostas a partir das lutas das mulheres negras e o quanto tal iniciativa representaria, sem dúvidas, um ganho. O diálogo com as interlocutoras demonstra uma preocupação real com a efetividade dessas políticas. Tal perspectiva é bastante condizentes com o que escreve CICONELLO (2008), visto que, ao analisar os desafios da participação social no Brasil, afirma que o baixo comprometimento dos agentes governamentais e as contradições presentes nas deliberações tomadas nas conferências dificultam o avanço da participação política. Assim, as mulheres negras que dialogam com essa pesquisa entendem que ainda há muitas lacunas entre o processo de participação social e a decisão de sua operacionalização através de política

pública: uma coisa é garantir que o espaço exista, outra é fazer com o que aquilo que ali é dito seja efetivamente cumprido.

Não é possível negar que, da mesma forma que traz visibilidade às demandas dos movimentos sociais, ambientes participativos como conferências de políticas públicas definem e legitimam atores/atrizes sociais, escancarando, nesse processo, os conflitos que compõem a diversidade de interesses da chamada sociedade civil (Miranda, Tibúrcio, 2008). No caso dos movimentos de mulheres, essa perspectiva não é diferente e é referendada por alguns embates que, embora não sejam recentes, são decisivos na constituição e definição do ciclo de políticas públicas, merecendo por isso serem discutidos.

Ainda que a inclusão de gênero no âmbito governamental corrobore para um entendimento de que chegamos em um patamar no qual as mulheres e suas temáticas sejam percebidas como sujeitos políticos, é evidente que podemos contestar tal percepção. A insuficiência dessa discussão para lidar com outras complexidades dentro do feminismo – como aquelas advindas das questões raciais e que circundam as mulheres negras – é afirmada muito explicitamente por Sueli Carneiro (2003, p. 03):

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

Essa análise interseccional sobre os mecanismos de participação social nos leva a uma outra face desse debate: que é a necessidade de aliança entre os grupos minorizados, dentro dessas plataformas, a fim de garantir minimamente sua expressividade de forma mais ampla. A análise dos anais das conferências e dos relatos das interlocutoras possibilitou ver refletido como essa prática de alianças foi sendo aprimorada ao longo das três conferências – afinal, mais do que uma sororidade não racializada, as práticas de solidariedade entre as “outras mulheres” foram fundamentais para vencer determinados embates.

3.3 Sororidade? As alianças políticas e a sustentação para os embates.

[...] “Doravante índias e negras consideram-se parentes”¹¹.

As histórias contadas sobre os feminismos são, sem dúvida, as histórias dos embates, sejam eles internos ou externos, pois, é na explicitação das rupturas que se extrai o conteúdo que tornou possível a solidez dos movimentos de mulheres hoje no Brasil. No que diz respeito às continuidades e rupturas com os movimentos hegemônicos, em face ao desafio de racialização do gênero, é preciso que se destaque que essa reflexão sobre o tema não se constitui enquanto uma problemática recente e, quando analisado sobre uma perspectiva que leve em conta a construção de políticas públicas, essas disputas serão definidoras na inclusão (ou não) de sua demanda na agenda governamental.

A presença das mulheres negras nos espaços das conferências não foge a essa regra, pois entendendo tal espaço como um “espaço de poder”, ficou bastante evidenciado a necessidade de alianças com outras mulheres cujos marcadores sociais que lhes constituem – as levavam a serem colocadas à margem dos sujeitos-padrão – foram fundamentais para sedimentar uma estratégia de luta conjunta naqueles momentos.

Essa aliança entre sujeitos racializados ocorreu logo na primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, exatamente quando as mulheres indígenas chegavam naquele espaço vindas de uma conferência própria, organizada autonomamente e voltada para aprofundar de suas especificidades. A “aliança de parentesco” entre mulheres negras e indígenas, firmada naquele momento, foi de fato bastante simbólica, inclusive sinalizado também pelas entrevistadas, enquanto uma “demarcação do território”. Abaixo podemos destacar o que diz essa aliança:

¹¹ Essa declaração faz parte da Aliança de Parentesco formada por quinze organizações de mulheres negras e indígenas na primeira Conferência de Políticas para as Mulheres (2004), quando ambos os grupos reconheceram empaticamente as semelhanças das opressões vividas por mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira.

Aliança de parentesco

Nós, mulheres índias e negras reunidas na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília-DF selam uma aliança de parentesco:

- Considerando a semelhança da opressão colonial sofrida pelos povos indígenas e afro descendentes, em especial as mulheres;
- Considerando que esses dois povos foram igualmente submetidos a processos de genocídio e/ou extermínio;
- Considerando o estupro colonial perpetrado contra índias e negras;
- Considerando a espoliação e expropriação das terras, das culturas, dos saberes desses dois povos;
- Considerando a perpetuação da exclusão histórica desses povos desde o término do período colonial até os nossos dias, que vitima especialmente as mulheres, distorcendo e desvalorizando suas imagens;
- Considerando a necessidade da reparação histórica que o Estado brasileiro tem para com esses povos em geral e as mulheres, em particular.

Decidimos:

- Firmar o nosso parentesco através de uma aliança política na busca conjunta da superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e de poder;
- Firmar uma aliança estratégica para a conquista da igualdade de oportunidades para mulheres índias e negras na sociedade brasileira;
- Firmar uma aliança estratégica que dê visibilidade a índias e negras como sujeitas de direito.

Doravante índias e negras consideram-se parentes¹².

Chamo atenção para o fato de que há uma visão bastante estruturada por parte dessas mulheres sobre quais são os pontos nodais definidores para a atual situação tanto de mulheres negras como de indígenas na sociedade brasileira. O fato de se prepararem previamente para tal enfrentamento é, na visão das interlocutoras, uma evidência da forte preocupação partilhada para que fosse garantida uma participação efetiva no processo. Destaco aqui a fala de Maura Cristina (2016) ao responder sobre a Aliança de Parentesco:

¹² Essa aliança foi firmada na I CNPM (2004) na plenária final desse evento, esse documento se encontra na íntegra nos anais da conferência e também em <http://www.redemulher.org.br/encarte57.html>

Porque as garantias que existem são para as mulheres brancas, só por isso que a gente tem que se organizar aqui antes de ir. É porque essa hegemonia não vai nos dar, nós já sabemos que o que vai estar pautado e vai ser decidido é branco; nós vivemos em um país racista, aliás, e isso é racismo e aí tendo essa consciência tem que se organizar mesmo porque se não nós não vamos ter nada garantido né? (MAURA, 2016).

Perceba que, de forma imediata, essa fala enunciadora evidencia as tensões colocadas pelas questões raciais. O entendimento de que ir para um espaço como aquele sem um preparo prévio significaria “não ter nada” é prescrito por um contexto histórico onde, após apoiar determinadas demandas comuns a todas as mulheres, aquelas não pertencentes ao grupo hegemônico não garantiram assento nos espaços conquistados. Ao refletir sobre esse mesmo aspecto Áurea Carolina resume essa aliança de parentesco da seguinte maneira:

“[...] olha, nós somos os grupos que foram objetificados nesse processo colonialista e até hoje isso nos submete. Ao mesmo tempo nós temos uma potência realizadora de encontro, de convergência, e de cooperação entre nós; que pode também nos colocar em outro patamar se a gente se fortalece juntar as energias aqui para se colocar como esse grupo de parentes, né? Na Conferência, a gente tem ganhos? tem ganhos... o político é mais profundo a razão de ser das mulheres negras e indígenas naquele espaço; tem um ganho político mais tático. (ÁUREA, 2016).

Alianças pré-estabelecidas terminaram por se apresentar, portanto, como uma estratégia de grupos cientes de sua posição de desvantagem social, pois, convencidos das regras de funcionamento do espaço em que se encontram, definem táticas coletivas para uma permanência inteligente nesse *lócus* de embates políticos. Aqui reitero uma importante ponderação elaborada por Luiza Bairros, em seu clássico texto *Nossos feminismos revisitados*, quando propõe um uso emancipatório dos marcadores sociais, ao afirmar que a “marginalidade peculiar” das mulheres e o lugar onde este *status* as posiciona devem ser usados para “potencializar afirmativamente as estratégias de luta política” (BAIROS, 1995, p.06). Tal concepção foi confirmada na opção pela estratégia de luta conjunta adotada por mulheres negras e indígenas na I CNPM – e se estendeu às demais conferências.

Merece ainda destaque uma outra aliança extremamente importante e que ganhou força na III CNPM e que foi representada pelo que ficou conhecido

como “Eixo Nove” e que diz respeito ao combate à lesbofobia a partir das políticas públicas. É notável que a discussão sobre sexualidade ganha notoriedade e, naquele momento específico, materializar a aliança entre essa luta e a questão racial foi, sem dúvida, estrategicamente importante para garantia de direitos de ambos os grupos. Em seu diálogo quando entrevistada, Amélia Maraux (2016), ao entrelaçar seu ativismo com a análise oferecida sobre tal aliança, entende que aquele momento se tratava de *uma aliança tácita, porque, naquele contexto, muitas eram lésbicas – e, até hoje, boa parte das lideranças entre as mulheres negras feministas negras sejam lésbicas – mas, a maioria tem muito mais identidade com a luta das mulheres negras do que com a questão da lesbianidade* (AMÉLIA, 2016).

Ainda sobre o “Eixo nove” convém lembrar que este foi um dos pontos amplamente discutidos da III CNPM, mobilizando debates acirrados entre os movimentos de mulheres negras. A Associação Brasileira de Mulheres Negras (ABMN) considerou como uma importante vitória a implementação dessa perspectiva, pois, para a associação, esse eixo compreende duas dimensões básicas: a ideológica e a operacional (ABMN, 2011). Destaco, nesse contexto, a importância em trazer para a discussão a relevância, para o debate da interseccionalidade, a dimensão da sexualidade aliada à participação social e reitero a importância de pensar as contribuições do *Combahee River Collective* – que nos instigou a pensar a intersecção de raça e sexualidade para as mulheres negras. A partir dessa perspectiva, podemos refletir que:

Nós acreditamos que a política da sexualidade sob este sistema patriarcal se assenhora da vida das vidas das Mulheres Negras tanto como a política de classe e raça. Também encontramos difícil separar a opressão racial da classista e da sexual porque em nossas vidas as três são uma experiência simultânea. Sabemos que não existe uma coisa tal como uma opressão racial-sexual que não seja somente racial ou somente sexual; por exemplo, a história da violação das Negras por homens brancos como uma arma da repressão política. (DECLARAÇÃO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER, 1977)

Continuidades, rupturas e formações de alianças estratégicas tem sido, de fato, a base para as movimentações das mulheres negras nesse espaço de participação. Embora se reconheça a diversidade das mulheres dentro de uma mesma categoria, que se movimentou na luta contra a hegemonia branca e heterossexual, nesse caso, a necessidade do enfrentamento assumiu a

configuração de criação de um obstáculo maior que precisava ser superado, naquele momento. Com isso não se está descartando as divergências existentes entre as mulheres negras que, em suas interseccionalidades, possuem pautas que podem ser até mesmo conflitantes, porém, o que se deseja ressaltar é o entendimento do racismo enquanto elemento estruturante desses espaços, demandando uma ação conjunta para sua superação.

Importa ainda destacar que, nesses embates, há uma disputa por espaço e pelo próprio entendimento do que é espaço de poder e, mais que isso, o entendimento mesmo daquilo que é considerado como poder tem sido diversificado entre essas mulheres. Para exemplificar, podemos citar a discussão encabeçada pela SPM/PR sobre “Mais mulheres no poder”, e que passou a ocupar um lugar importante para os movimentos de mulheres, sobretudo a partir da II CNPM: nunca se chegou a um consenso em torno do que seria esse “mais poder” e para quais mulheres.

Pudemos constatar a amplitude do entendimento sobre o referido tema, bem como as contradições que o atravessam e que perpassam o olhar das mulheres negras. Para essas mulheres, naquele momento, o entendimento do poder implicava ir muito além do objetivo em torno da ocupação do parlamento – não podemos esquecer, entre outros motivos, a persistência da baixa representatividade das mulheres negras nas instituições e que isso também acaba por dificultar o exercício de sua participação política em outros espaços como conferências, conselhos, entre outras instâncias. Ao descrever um pouco de sua trajetória como candidata a vereadora, a entrevistada Creuza Oliveira descreve um pouco dessa relação:

Agora, com certeza o espaço de poder pra uma mulher branca e mulher negra não é igual, eu nunca estive no parlamento como parlamentar, eu estive no parlamento falando lá em público, ou seja, na coisa lá... Falando e tal, mas com a caneta na mão pra dizer eu sou parlamentar eu nunca cheguei a isso; então eu não posso nem falar sobre... bom é a gente viver pra poder falar é assim, então tem essa diferença de quem passa lá pelo espaço de poder para levar indicação e as outras. (CREUZA, 2016)

Essas diferenciações sobre o poder local e entre o público e o privado são fundamentais para se entender os campos discursivos nos quais têm se dado a disputa em torno das questões específicas de mulheres negras e brancas

– importante pensar que o enegrecimento do conceito de gênero quando se pensa políticas públicas pode significar a necessidade de seguir orientações até mesmo opostas na formulação dessas políticas. Carneiro (2003), ao discutir o tema, defende que tal mudança de perspectiva só pode ser feita quando forem incorporadas, simultaneamente, as demandas históricas dos movimentos negros e dos movimentos feministas de forma a contemplar as mulheres negras, pois estas têm sintetizado, enquanto movimento, um projeto de enegrecimento do feminismo:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnico-raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2003; p.3)

Analisando os relatórios das três conferências nacionais, é possível perceber, sobretudo, da primeira para a segunda, uma maior inclusão, ao menos em termos formais, de alguns temas que se relacionam mais diretamente às demandas das mulheres negras. Sem dúvida que as mudanças temáticas foram acompanhadas de avanços que as discussões sociais suscitavam naqueles momentos e que, por esse motivo, acabaram também por levar à inclusão de determinadas temáticas na agenda de políticas públicas de gênero.

Entre essas temáticas, gostaria de chamar atenção para uma situação exemplar que merece visibilidade: a discussão sobre a violência obstétrica contra a mulher negra, pois atinge as mulheres de forma diferenciada. Traduzindo: trata-se de um tipo de violência de gênero que sinaliza para a urgente necessidade de maior atenção à qualificação dos gestores públicos para as questões transversais relativas a gênero e raça. A baixa inclusão de temas desta ordem – o que se repete no espaço de quatro anos entre uma conferência e outra –, evidenciada no relatório das CNPM, aponta para a persistência de uma das principais deficiências na implementação das políticas públicas ali propostas: a transversalidade e interseccionalidades nas políticas de gênero.

É nessa conjuntura política desfavorável que precisamos reconhecer a relevância da atuação dos grupos subalternizados de mulheres que conseguem trazer para tal cenário uma maior visibilidade de suas temáticas tidas como “específicas”. Tal atuação proporciona uma virada política que não permite mais, nesse processo, que as demandas propostas por essas atrizes sociais sejam invisibilizadas. A esse respeito reflete Tatau Godinho:

É preciso ainda insistir que o sujeito mulher é marcado pela multiplicidade de sua inserção social, suas condições pessoais, bem como pela amplitude das identidades que conformam o indivíduo. Assim, a proposição de políticas pautadas por uma perspectiva de igualdade exigem a integração os aspectos de raça-etnia, as diferenças de orientação sexual, bem como das reivindicações e necessidades oriundas das diferenças de idade, das mulheres com deficiência, grupos que, cada vez mais, demandam uma integração na agenda feminista de suas especificidades como mulher. (GODINHO, 2004, p 62).

Essa dinâmica de inclusão de temas na agenda política nacional muito tem a nos dizer sobre o caráter pedagógico das conferências, refletindo em uma mudança de paradigmas de um PNPM para o outro e também refletindo o fortalecimento e amadurecimento dos movimentos de mulheres negras – visto que é mais que evidente o aumento de sua *expertise*, bem como sua capacidade de lidar com a complexidade existente na arena das políticas públicas. Considero que o olhar das interlocutoras permitiu elucidar as maneiras como as mulheres negras foram sendo incluídas nesse processo:

Eu acho que está ligado à organização da sociedade civil, à criação de grupos, de coletivos, de frentes... até chegar na primeira [Conferência] você tem um nível de discurso, então, você abre um caminho, abre a porta e então quando você chega na segunda [Conferência] é normal que isso aconteça ... É o entendimento de que não dá pra fazer política longe dos atores, não dá pra dar um tiro de trinta e oito quando você precisa é de um tiro de brauca [...] (ELIANE DIAS, 2016).

Interpretando a narrativa da entrevistada acima, é preciso reconhecer algo que, de fato, é de extrema importância nesse processo: considero que o conjunto de mudanças sociais provocadas por mecanismos como as conferências têm inversamente alimentado uma mudança na própria forma como se dá a participação social. Isso implica admitir uma via de mão dupla no processo de amadurecimento dos movimentos sociais frente aos mecanismos de

participação social e que tem obrigado o aperfeiçoamento deste último. É perceptível que, a cada conferência nacional de políticas para as mulheres, as mulheres minorizadas ali presentes passam a dominar cada vez mais o modo de interação e barganha política com o Estado e demais grupos de interesse e isso se torna muito evidente no processo de inclusão de demandas pelas mulheres negras.

Embora a construção dos planos seja entendida de fato como avanço na construção de uma agenda de políticas públicas para as mulheres, alguns entraves institucionais dificultam esse processo e limitam a possibilidade de efetividade dessas ações. Entre eles, cabe citar uma discussão que é recorrente nas conferências e que ganhou força na III CNPM como eixo específico: trata-se da questão orçamentária. É indiscutível que a inexistência de recursos suficientes para a implementação das políticas públicas para as mulheres limita, de fato, a possibilidade de execução de algumas das demandas históricas e impacta, ainda mais, aquelas que versam sobre gênero e raça; devido as coalizões de forças internas que viemos destacando ao longo desse trabalho.

As limitações orçamentárias não são uma exclusividade das políticas públicas para as mulheres, pois ocorre de maneira geral para todos os grupos com pautas consideradas minoritárias. Por esta razão, esse continua sendo um desafio a ser superado e uma discussão que interessa e requer forte participação das mulheres negras para interferência nos mecanismos institucionais – é fundamental se reconhecer a importância do entendimento as regras do jogo das políticas públicas, já que a execução das demandas pautadas pelas mulheres negras necessita, antes de tudo, estarem dentro do planejamento orçamentário governamental:

Ainda que saibamos que a disputa por políticas e recursos públicos para financiar a promoção da igualdade seja eminentemente política, o fato é que a linguagem tecnicista, economicista de todo o Ciclo Orçamentário ainda intimida a ação de algumas gestoras, dos conselhos e a própria incidência do movimento de mulheres nestes debates. O que aprendemos em todos esses anos de luta é que o mais importante não é ter o domínio técnico dessas peças, mas saber o que se quer pautar, que ação, que programa, que política. É esse o ponto crucial onde as feministas na gestão pública e o movimento de mulheres pode fazer a diferença. A solução técnica se resolve com a ajuda de alguns/mas especialistas. Saber como se organiza o Ciclo Orçamentário, o que se pode pautar a cada momento, as alianças que

se podem construir é o indispensável para uma ação política contundente, seja no PPA, ou nas diretrizes orçamentárias, no orçamento anual e sua execução. (Articulando a luta feminista na gestão pública, p.26).

O domínio do componente tecnicista, no que diz respeito às dotações orçamentárias, é visto ainda como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas mulheres negras em nosso país. Embora o Brasil seja visto como um país que possuía um órgão nacional de políticas para as mulheres classificado como *forte*, no que se refere a capacidade técnica e orçamentária, se comparado a outros países da América Latina, uma contribuição mais radical das mulheres negras ainda está para ocorrer sobre essa temática. Em diálogo com Maura Cristina, uma de minhas interlocutoras, ela destaca que, em sua opinião, no que se refere à discussão sobre orçamento, este tema ainda nem chega perto de considerado como ponto central para as mulheres negras; por outro lado, ela acrescenta que embora a falta de orçamento dificulte as ações não as impede de contar também com a “criatividade”:

As mulheres negras se colocando nesse debate, sério que essa é a pergunta? É o que você ouve das secretarias não existe esse debate sabe; tem algumas coisas que eu acho que não é colocado para nos mulheres negras ... mas olha é surreal isso porque nós não temos orçamento agora existe uma coisa que é de criatividade que acho que nos quando conseguimos ter a ousadia de ir com mil mulheres negras, e está tendo esforço pra todo lado mas nós fazemos a partir de nos mesmo como dizia Steve Biko é a partir de nós. (MAURA CRISTINA, 2016).

A mesma fragilidade constatada na discussão sobre orçamento é vista quando se fala sobre a avaliação de políticas públicas. De modo geral, os relatórios das três CNPM's registram essa preocupação e que, para as mulheres negras, alcança uma dimensão ainda maior. Da mesma forma como ocorre com o planejamento e dispêndio orçamentário, a complexidade técnica que se exige dentro dos aparelhos estatais aos olhos das interlocutoras dificulta uma devolutiva para a maioria das mulheres negras sobre aquilo que foi decidido nas conferências. Sobre essa questão, Abramo (2004), em nota técnica do IPEA sobre avaliação de políticas públicas de gênero e raça no Brasil, propõe a seguinte reflexão:

Um fator central, portanto, para o êxito dessas políticas, para aumentar sua capacidade de contribuir para a superação das desigualdades de gênero e raça é fortalecer as capacidades institucionais dos atores que são por elas responsáveis para que sejam capazes de executar tudo o que estamos propondo aqui. Não basta ter sensibilidade para a questão de gênero, sensibilidade para a questão de raça, isso é importante, mas não suficiente. Fundamental é saber como traduzir essa sensibilidade em programas e políticas concretas, em ferramentas concretas, e isso exige um grande esforço de formação e capacitação dos gestores públicos e dos demais atores sociais e a criação de espaços e mecanismos de diálogo social e de concertação em torno ao tema. As organizações sindicais, de empregadores, de mulheres e negros têm de estarem presentes nessa discussão. Para isso elas também têm de se qualificar, para saber traduzir todas essas ideias e demandas em políticas e ações concretas. (ABRAMO, 2004, p. 21)

Ao ouvir as mulheres negras sobre tal assunto, pude constatar que é bastante perceptível que suas avaliações vão ao encontro do exposto acima. Para elas, tal questão é vista como um ponto de grande fragilidade e que as coloca em séria desvantagem na arena dos embates das políticas públicas:

Isso aí é muita treta. Porque avaliar política pública exige de nós dominarmos alguns instrumentos da gestão que não estão ao nosso alcance; por definição, historicamente a gente não tem acesso aos espaços de poder e quando a gente tem a gente não consegue dominar a linguagem e os instrumentos que fazem o recurso circular. Porque a oportunidade de desenvolvimento educacional de uma mulher negra já é diminuída em relação à mulher branca. Então, desde a formação de base a gente já tem que ir corrigindo desvantagens e distorções. Quando chega nesse nível estratégico da militância, que vai incidir sobre a gestão governamental, a gente já traz todo esse histórico, reverter isso é muito tenso, né? Agora, é óbvio, a gente já está bem melhor do que antes em alguns contextos. (ÁUREA, 2016)

É urgente destacar como o nível educacional e o acesso mínimo aos códigos de interpretação – que permitam a análise de um conteúdo técnico como os de uma política pública – são elementos fundamentais para a efetividade da avaliação de políticas públicas dentro do ciclo das políticas públicas, conforme mencionado no capítulo anterior. Esses fatores por si só acabam sendo excludentes para a maioria das mulheres negras, visto que, ao acessarem tardiamente o sistema educacional, não conseguem se apropriar suficientemente desse conhecimento – o que é agravado pelo fato destes

sujeitos tampouco circularem nos espaços onde esses códigos são amplamente utilizados.

Outro aspecto que considero fundamental é a compreensão do desenho institucional das conferências nacionais de políticas públicas como via privilegiada para analisar a participação da mulher negra nesse espaço. Entre os fatores fundamentais considero que central a forma de composição das delegações que defenderam as pautas em cada etapa (municipal, estadual e federal), visto que, para além desse caminho convencional, há um aumento significativo do número de conferências autônomas sendo convocadas dentro dos parâmetros pré-estabelecidos – como é o caso da recente da I Conferência Autônoma das Mulheres Negras, em Niterói (2016).

Embora os anais e os planos não disponibilizem como se dava a composição por delegação em cada conferência, é possível perceber que existe uma tendência de que essas composições sejam, num certo sentido, fixas em termos de grupos representativos. Isso vai definir, em certa medida, o direcionamento dos debates e, muitas vezes, através de uma “má fé institucional”, impede o acesso das mulheres negras a esse lugar. Vejamos o que é possível, através desse relato, extrair das reflexões de CUNHA (2012):

O desenho institucional que orienta as conferências aponta para alguns fatores que influenciam a participação. Um deles é que a estruturação dos espaços de participação e deliberação, da maioria das políticas públicas, tem se dado a partir de sujeitos coletivos, ou seja, admite representantes de organizações que têm atuação na área há algum tempo no campo da política em questão. Isso induz a participação de pessoas e/ou organizações do governo e da sociedade civil que possuem algum vínculo ou trajetória na área, na maioria das vezes pertencentes a uma *policy community*¹³. (CUNHA, 2012, p. 21)

¹³ Para melhor entendimento do assunto, replico aqui a definição de *policy community* adotada pela autora: “Por *policy community* entende-se o conjunto de atores orgânicos de certa área de política pública, pertencentes ou não ao governo (membros do Executivo e Legislativo, acadêmicos, consultores, membros de organizações da sociedade civil, dentre outros) e que compartilham o interesse e a preocupação com as questões e os problemas dessa área. Esses atores interagem entre si independentemente de algum evento que os mobilize, o que faz com que conheçam as ideias e propostas uns dos outros. Essas comunidades variam no grau de fragmentação e abertura, mas tem em comum o fato de acolherem diferentes ideias e propostas, debatê-las, avaliá-las, descartá-las ou não, alterá-las, aperfeiçoá-las, advogá-las em público” (KINGDON, 1995).

Além dos obstáculos apontados acima, há outros fatores mencionados pelas interlocutoras que corroboram para a fragilização de suas lutas. Um dos elementos mais desagregadores nesse contexto é o fato de que nem sempre a questão racial foi suficiente para que as diversas mulheres negras inseridas nesse espaço pudessem defender uma pauta comum. Dois fatores foram considerados mais fortemente determinantes para esse desacordo, aparecendo como uma grande preocupação dessas mulheres: em primeiro lugar, as divergências em torno da vinculação partidária e, em segundo lugar, o aumento de mulheres negras ligadas a grupos conservadores religiosos.

Outras limitações institucionais alimentaram as dificuldades das mulheres negras a uma participação mais ampla nas três conferências e, particularmente, alguns grupos de mulheres negras permanecem fora desses setores que pleitearam candidatura a essa plataforma. Replico aqui dois acontecimentos das conferências estaduais – em Salvador e em Belo Horizonte, pelo relato de Maura e por Vanessa Beco, respectivamente:

Então, eu tenho uma experiência recente que foi a construção do conselho de mulheres. Bem, nós tivemos que fazer a tirada de delegadas pra construção da conferência de mulheres e aí eu não tenho dúvida – isso é muito recente – que houve uma manipulação do poder público para que só fossem participar as mulheres que fossem do interesse do poder público e então não contaria as mulheres que estavam na base. Nós tivemos que ir pra justiça, você sabe disso? Nós tivemos que ir pra justiça para garantir a presença da base. Quer dizer querem falar de política para as mulheres, mas não é essas mulheres que precisam de política para as mulheres – e que, na sua maioria, cem por cento na sua maioria esmagadora, é mulher e preta. Então, o que fizeram: abriram essas inscrições online – depois de ser discutido no planejamento com o conselho de mulheres que não seria online, porque online ela não abarcaria as mulheres que precisam de política e isso já é uma forma excludente visto que acesso à internet não é para as mulheres pretas periféricas. E, assim, definiram x vagas para participar dessa conferência e, para essa conferência acontecer com a participação popular foi quase uma guerra! Isso foi conduzido pela Prefeitura de Salvador de uma forma excludente, vertical, preconceituosa e racista. Quando você reserva um hotel para X pessoas e abre a inscrição para y pessoas... Eu tive pessoas, mulheres que perguntaram quanto estariam ganhando para estar lá... Então, porque isso? Por que não existe um interesse em um avanço de políticas públicas se nós vamos estar discutindo políticas para mulheres, porque esse radicalismo e controle? (MAURA,2016)

A conferência estadual de política para as mulheres em Minas Gerais esse ano foi vergonhoso! A subsecretaria, ela é nossa parceira... Eu fiz uma fala, mas, foi deprimente. Foi uma conferência de política para as Mulheres com uma abertura machista e racista: a Olivia Santana veio

de longe para fazer uma fala e entrou muda e saiu calada! O secretário colocou no espaço vários homens brancos do partido, outras mulheres negras também entraram mudas e saíram caladas numa conferência de política para as mulheres! A subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial não foi sequer chamada para a mesa [...] (VANESSA BECO, 2016)

O que há de comum nos relatos das interlocutoras é aquilo que, comumente, identificamos como má fé institucional. Nesse caso, o Estado garante a inevitável ocorrência da realização das conferências, contudo, se encarrega, através dos artifícios institucionais, de que a equidade de gênero e raça não se efetivem. Dessa forma, garante-se factualmente que o Estado “inclua” as mulheres, mas não passe por uma reformulação estrutural pautada em transversalização de gênero e raça.

A instabilidade das conquistas políticas foi uma constante nas falas das entrevistadas – quando realizamos as entrevistas em 2016, o momento político da época era de preparação para a quarta e última conferência de políticas para as mulheres. Assim, as incertezas da conjuntura política se fizeram presente nos discursos de todas as mulheres negras, quando perguntadas sobre as perspectivas futuras para o fortalecimento de uma agenda de políticas públicas. Ao refletir conjuntamente com as interlocutoras desse trabalho, naquele momento era evidente um misto de frustração e, ao mesmo tempo, a certeza de que era necessário dar continuidade a luta mesmo compreendendo as limitações do espaço das conferências e, mais ainda, da baixa perspectiva de efetivação das deliberações ali definidas.

Naquele momento, para além dos embates com os grupos hegemônicos, devido aos avanços dos setores conservadores em todo país, também aparecia nas entrelinhas das preocupações daquelas mulheres o crescimento do conservadorismo dentro dos próprios grupos de mulheres. Nas pré-conferências – que já ocorriam nos municípios e estados – já era visível o aumento de mulheres ligadas a grupos conservadores e que, muito bem articulados, garantiam delegadas para conferência nacional. Daí que é torna-se necessário relativizar a importância desse meio de participação social, mesmo que historicamente mereça reconhecimento, mas ficou evidente, em todas as falas, que é fundamental fortalecer outros meios, como descreve Áurea Carolina:

*Então, eu acho que eu agora estou na disposição de colocar menos força nesses canais que já se mostraram muito limitados, que tiveram uma importância histórica, mas que agora tão cada vez mais **saturados** (ÁUREA,2016).*

Evidentemente que é impossível que se possa, em uma única pesquisa, esgotar as possibilidades de análise em torno da participação social das mulheres negras na construção de políticas públicas em nosso país. O que se pretende, com essas breves impressões, é que se possa retirar de uma pequena amostra dessa realidade, através do relato dessas mulheres e, assim, problematizar algumas questões que, conforme mencionei no início desse trabalho, não são novas: tratar dos embates entre a perspectiva de gênero das mulheres negras e das mulheres brancas – o que, pode-se dizer, que é razão da própria gênese desses movimentos. A ambivalência dessas perspectivas se materializa nas necessidades consideradas básicas para essas mulheres, enquanto movimentos sociais, e as estratégias de luta para efetivar essas propostas.

Desta forma, se pensarmos em termos da dinâmica de participação política das mulheres no Brasil, em seu curto período democrático, podemos dizer que todos esses arranjos institucionais são ainda muito recentes e tem tomado forma no exercício cotidiano do fazer políticas públicas. Entendo que, no caso específico das CNPM's, as diretrizes ali estabelecidas, ao serem transformadas em planos de políticas públicas, significaria a tradução dos anseios políticos de toda uma trajetória de luta política das mulheres negras – uma agenda fruto de um processo que, apesar de não reconhecida pelos setores hegemônicos, é bastante sólida. Por essa razão, é importante reconhecer esse espaço político como espaço de disputa que modifica as configurações do jogo, como afirma POGREBINSCH (2012):

[...] ao permitir que mulheres vocalizem as demandas de mulheres, que índios expressem as preferências de índios, ou que negros defendam os interesses de negros, as conferências nacionais propiciam que uma representação mais justa seja obtida por meio de uma presença que muitas vezes parece não caber nos partidos políticos ou em cotas nos parlamentos. Ao facultar que mulheres índias deliberem sobre políticas de saúde na condição de mulheres e de índias, ou que negros jovens deliberem sobre políticas de educação na condição de negros e de jovens, as conferências nacionais propiciam que a inclusão não seja objeto de barganha, não tenha valor de moeda, nem tenha o custo da cooptação. Ao permitir que mulheres, índios ou negros afirmem a sua identidade como grupos, por meio do compartilhamento de

experiências, perspectivas e valores que transcendem divisões de classe ou cisões ideológicas, as conferências nacionais redefinem o sentido e a prática da igualdade política. As conferências nacionais têm, assim, a habilidade de fazer com que a agregação de preferências individuais resulte, de fato, em escolhas sociais – e, mais do que isso, ao destronarem o pluralismo pelo multiculturalismo e transformarem coletividades historicamente excluídas em sujeitos de direito, as conferências nacionais convertem minorias em majorias, e fazem de interesses particulares políticas universais. (PROGREBINSCH, 2012, p.08)

Portanto, a ideia de aprendizado político e disputa por afirmação não constituem um cenário novo para nós, mulheres negras. Acredito que a lucidez das reflexões dessas mulheres, tanto em termos de sua aproximação com Estado quanto com relação às mulheres brancas, demonstra uma percepção da importância dos espaços institucionais de participação democrática, mas não restringe a ele suas estratégias de luta e nos faz querer entender como se propaga, através dos movimentos sociais, a ocupação dos espaços de poder.

Acredito que, como todo espaço de aprendizado, é com conquistas e com desacertos que aprendemos. O título desse trabalho – *Dos navios negreiros aos porões da democracia* – pretende fomentar a provocação de que estamos “metendo o pé na porta” há muito tempo, mas não chegamos lá ainda – revivo, por esta razão, um pensamento de Jurema Werneck:

Ou seja, nosso desafio é indagar a partir de qual ou quais formas poderemos, radicalizando os princípios das ialodês ou os princípios feministas e suas contradições, nos colocar na arena pública em nosso próprio nome. Sem demasiada valorização do individualismo e tão pouco reificando culturas e seus aspectos de subjugação, o que nos tornaria cúmplices das demandas da atual avidez pelo exótico, pelo diferentes, pela alteridade de consumo. Falando a voz de nossos desejos. Este é nosso desafio. Mas não é só nosso. (WERNECK, 2010, p.16).

Acredito que são muitos os desafios apresentados quando nos propomos um fazer político em um país que se recusa a enxergar mulheres negras como detentoras de direitos e agência política. No entanto, também acredito que já se apresentam fortes indícios do protagonismo das mulheres negras, através de esforços contínuos de sair dos porões dessa democracia para poder enxergar a luz do dia. Nossas pautas políticas não se esgotam e nem tão pouco nossas ferramentas de luta para o enfrentamento das ordens hegemônicas, pois,

ancoradas nos pilares da ancestralidade, encaramos as lutas que as arenas nos propõem.

4. REFLEXÕES INCONCLUSIVAS

O que dizer sobre a participação política de mulheres negras, que durante séculos seguem lutando para a emancipação e equidade de um povo? São elas que, com a criatividade, garantiram a sobrevivência de suas famílias, religiões, saberes e cultura como um todo! As práticas políticas dessas mulheres são, portanto, ancestrais e, atualmente, adaptam-se aos mecanismos estatais de participação para a garantia de suas demandas nesse sistema tentativamente democrático. Os feminismos negros escancararam, com sua ampliação, as inúmeras possibilidades da categoria mulheres – nas quais as experiências e lugares de fala, bastante diferenciados, podem ser instrumentalizados para levar a ideia de interseccionalidade para além de uma identificação dos lugares de opressão, pois também é a revelação de cenários nos quais as mulheres negras enfrentam o jogo político, mesmo em situação de desvantagem diante das regras vigentes.

É por esse motivo que aquilo que neste trabalho denominamos como “embates” mostrou-se como um exercício de prática pedagógica, no qual essas mulheres negras, a cada Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, demonstraram dominar estratégias que garantissem o mínimo de visibilidade e legitimidade necessárias para prosseguir no jogo. O que hoje se traduz através do conceito de “políticas públicas” e de “participação social”, ainda não encontrou um lugar próprio para que possam ser localizados nas histórias que, frequentemente, são contadas sobre a participação política das mulheres no Brasil. E, mais invisibilizado ainda é o reconhecimento da existência de ações contra hegemônicas dentro das concepções históricas em torno das estreitas ligações entre feminismo e Estado no Brasil.

Parte desses embates na arena pública, conforme sugere esse trabalho, se devem ao acirramento das disputas por poder entre diferentes grupos sociais. A categoria raça, assim como os demais marcadores de diferenças sociais, produtores de desigualdades – e que já foram, em alguma medida, evidenciados nesse trabalho –, revelam que, em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo como a brasileira, ter suas materialidades traduzidas em agenda de políticas públicas requer uma forte estratégia de enfrentamento. Isso porque

ocorre uma forte disputa de pautas entre as mulheres envolvidas nos processos das Conferências e aquelas que possuem o privilégio de agir enquanto grupo dominante, vão definir os rumos das políticas e as formas como se dão os arranjos institucionais – o que vai produzir, frequentemente, entendimentos conflitantes em torno das pautas políticas.

O que dizer, portanto desses olhares negros sobre os Planos de Políticas para as Mulheres no Brasil construídos a partir das Conferências? São olhares atentos de quem observa atentamente as novas configurações do poder, mas que também ensina que, embora o cenário seja novo algumas disputas ainda são as mesmas... O racismo estruturante nessas relações ainda possui influência direta em conquistas que parecem chegar para as mulheres, mas, sem se perguntar *que mulheres são essas*.

Por outro lado, a estratégia defendida nesse cenário é a ocupação de espaços para poder intervir no jogo. Como pudemos perceber, no jogo de construções em torno das políticas públicas, quanto maior o domínio das regras, maiores as chances de interferir e ter incluídas suas demandas. Ao que parece, o olhar das interlocutoras deste trabalho aliado às discussões teóricas aqui feitas nos sugere que, de fato, existe uma tarefa posta para as mulheres negras nesse campo e que consiste em resistir às estruturas racistas e sexistas do próprio Estado e, mais ainda, não abaixar a guarda em relação às mulheres que compõem o grupo hegemônico nesse e em outros espaços.

Paradoxalmente, o Estado, enquanto participante das disputas nessa arena, necessita também dialogar com as perspectivas colocadas pelas mulheres negras e, por esse motivo, vem fazendo ser necessária a ocorrência de alguma transversalização de gênero associada ao entendimento da intersecção de raça. Portanto, um olhar negro e gendrado revela a necessidade de que as políticas públicas de gênero levem em conta a complexidade das dimensões envolvidas na experiência de ser mulher negra em um país de tradição escravocrata, no qual essas mulheres se encontram em dados de vulnerabilidade extrema como baixa escolaridade, nos primeiros lugares em morte materna e chorando a morte por extermínio de seus filhos. Destaca-se, por esse motivo, o fato de que até mesmo questões consideradas como basilares para as mulheres brancas ainda se diferem em muito daquilo que buscam as

mulheres negras – conforme nos informam nossas interlocutoras: embora a busca por ocupar lugares de poder seja importante para nós, ainda não superamos as lutas por saneamento básico, saúde, educação e moradia, apenas para fornecer um pequeno exemplo.

Ainda que esse trabalho seja um exercício de realizar uma análise de alguns pontos na temática da participação, recortando um período histórico bem recente e a partir de uma pequena amostra de olhares de mulheres negras – que não chega a ser muito representativa da totalidade de um grupo tão heterogêneo, acredito que é válido uma reflexão sobre as mulheres pretas vistas enquanto um grupo que, muitas vezes, olha para uma arena política que não lhes é receptiva e terminam por repetir uma pergunta feita por uma mulher negra há muito tempo: “E não sou eu uma mulher?”.

Em suma: não se pode negar que as discussões aqui propostas compõem um quadro de debate teórico ainda muito restrito, sobretudo se levarmos em conta a necessidade de um olhar racializado. Considero que as mudanças políticas em relação à extinção da SPM-PR, ocorrida durante o período de execução desse trabalho, como já mencionado, fornecem uma análise bastante peculiar do assunto e que acredito deverá ser útil como o início de uma reflexão sobre a prática pedagógica da participação social das mulheres negras. Entendo, portanto, que essa análise nos ajuda a compreender que “lugares sociais” são acionados pelos mecanismos de participação democrática permitindo vozes com poder diferenciado de intervenção e que mostram o agravamento da precariedade de exercício da democracia, nesse período de transições políticas que atualmente vivemos.

Pensar práticas políticas partindo do lugar das mulheres negras significa, sem dúvida, materializar as reflexões epistemológicas dos feminismos negros e valorizar aquilo que se destaca como um dos princípios fundamentais dessa corrente teórica, nesse caso as experiências. Considero, portanto, que esse trabalho se retroalimenta da relação de uma perspectiva teórica feminista negra aliada a uma breve análise de experiências obtidas a partir de vivências de mulheres negras sobre o assunto em pauta. É preciso reconhecer que esse exercício nos dá como produto mais questionamentos do que respostas sobre os passos seguintes a serem dados nessa arena de combate – agravada

aparentemente por um conjunto de transformações e que, certamente, se coadunam com as reflexões e denúncias aqui apresentadas. Quaisquer que sejam essas direções, sigamos em luta até que todas sejamos livres!

Ficou evidente que, nessa arena, que a tradução do jogo político e que os embates das forças em luta já se iniciam de forma desigual. Ainda assim, entendo que é uma tarefa pedagógica a participação social das mulheres negras e esta coloca-se quase que como obrigatória, já que apesar de bem reconhecerem as inúmeras limitações dos espaços institucionais, abandoná-los não nos parece uma opção.

Há de se pensar nas possibilidades educativas, portanto, que lugares como conferências de políticas públicas nos propõe. Acredito que uma das maiores contribuições é a possibilidade de voltar os olhares para o interior de nossas organizações e, nesse processo, identificar os pontos de cisão, possibilidades de aliança e necessidades de ruptura que surgem ao se analisar as participações nesses espaços. Quem sabe, a partir daí, possamos aprimorar nossas estratégias de luta.

Se de fato pudesse elencar as percepções mais relevantes sobre as temáticas dessa dissertação diria que, a maneira de ocupar os mecanismos de participação popular por parte das mulheres negras e demais grupos minorizados inauguram uma nova pedagogia participativa. A desconfiança sobre os espaços formais de debate exige que se jogue as regras do jogo entendendo que as mesmas foram pensadas para dificultar sua permanência naquele lugar.

O saturamento desses espaços também fica evidente ao longo das análises embora paradoxalmente não seja estratégico abandoná-los. Soma-se a isso a constatação da insuficiência da categoria mulher para elaboração de políticas públicas; uma vez que os demais marcadores sociais são que dão o tom dos verdadeiros embates na arena política.

Nesse limiar vale apenas apontar que as mulheres negras se mostram extremamente habilidosas em negociar suas subjetividades quando necessário para manter abertas as fendas causadas a partir das pressões exercidas.

Quando na arena política fica nítido o que ao longo do tempo se fez denunciar dentro dos movimentos sociais sobre as diversas possibilidades do

ser mulher, e como isso se reflete na busca por ocupar espaços de poder. Dessa maneira já não se pode mais advogar por um sororidade irrestrita e acrítica quando em jogo se encontram garantias de ocupação de espaços restritos.

Ressalto aqui que para nós a noção de embate não é vista como uma problemática e sim como um típico comportamento da arena de políticas públicas, o que difere, porém, os resultados advindos desses espaços por vezes é o domínio de algumas expertises que está situado em uma posição hegemônica confere a algumas mulheres.

Seguimos, portanto, com a certeza de que os embates que ocorrem quando desafiadas a estarem presentes nos espaços da institucionalidade estatal, não dizem respeito à mera possibilidade de ocupação de lugares. Antes, contudo, significam a necessidade de reafirmar posicionalidades e, indo além, de continuar costurando pelas margens. Com isso quero dizer que construir a partir do diálogo com o Estado e demais grupos hegemônicos de mulheres, não representa para nós uma estratégia central e sim mais uma entre muitas.

Em tempos sombrios de perda de direitos e espaços conquistados, garantir uma ofensiva negra formada por mulheres que entendam as estratégias necessárias para a garantia de novas possibilidades, ainda que mínimas, materializa o que nos ensinou Steve Biko: *Estamos por nossa própria conta!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA, BRASIL: ACORDOS E COMPROMISSOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E COMBATE A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, 2004, Brasília. **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: IPEA, 2004. p. 17 - 21. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_25e.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Sílvia (Org.). **Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado Democrático no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 27-71. Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/03/abrucio_pedroti_pc3b3_2010_a-formac3a7c3a3o-da-burocracia-brasileira.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p.13-56, dez. 2014. Semestral. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e participação no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006. p. 35-43. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/d2af15de8666c5382e11d8660f15dd31.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

AZÊREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p.203-216, 1994. Semestral. IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Número Especial, Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16103/14647>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, p.458-463, 1995. Semestral. Ano 3, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BANDEIRA, Lourdes. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: Cepal, 2004. 39 p. (Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres (SPM)). Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en América Latina y el Caribe, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: Cepal, 2005. 47 p. (Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)) Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd90/1502BANfor.pdf>> Acesso em 18 mar. 2017.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6302/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20final.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. 2v

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, Diferenças em jogo, p. 329-376, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva: UNISANTOS, 2006. 310 p.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, n. 2, v. 8, p. 91-108. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-28. 2010.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1999, 1352 p.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2017.

CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. **Cadernos Geledés**, São Paulo, n. 4, p 13-18, nov. 1993. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Gênero, raça e ascensão social. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, v. 3, p 13-18, dez. 1995. Semestral. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: GALEAZZI, Irene M. S. (org). **Revista Mulher e trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, v.1, p. 89-96, 2001.

CICONELLO, Alexandre. A Participação Social como processo de consolidação da Democracia no Brasil. In: **From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World, - Case Study**. 2 ed. Oxfam International, p. 488, 2008

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf> >Acesso 22 fev. 2018.

_____. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa. STIMPSON, Catharine (orgs.) **¿Qué son los estudios de mujeres?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 352, 1998.

_____. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: **Feminismos Negros uma antologia**. Madrid: Editora Madrid. p. 313, 2012.

COMBAHEE RIVER, Declaração do Coletivo, 1977. Disponível em: <<http://circuitous.org/scrap/combahee.html>> Acesso em: 22 fev. 2018.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia M. B. Teoria e práxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 387-400, out. 1994. Semestral. CIEC/ECO/UFRJ, Número Especial, Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, v.10, p. 171-188. 2002. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CUNHA, Eleonora Schettini M. Conferência de Políticas Públicas e Inclusão participativa. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2012. 45 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15083> Acesso em: 25 mar. 2018.

CURRIEL, Ochy. Los aportes de lãs afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista: desuniversalizando el sujeto “mujeres”. **Perfiles del Feminismo Iberoamericano**, Buenos Aires, v. 3, Catálogos, 2007. Disponível em: <http://interamericanos.itam.mx/documentos/Feminismo_negro.doc> Acesso em 18 mar. 2017.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, Daniel. (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. In: **Mediações**, Revista de Ciências Sociais, Londrina, n. 1, v. 10, p. 25-40, jun. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>> Acesso em: 18 mar. 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) Políticas Públicas e Igualdade de Gênero, São Paulo: **Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher**, Prefeitura Municipal de São Paulo, p. 127-142, 2004

FARIA, Claudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 249-284, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522012000100011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 02 abr. 2017.

FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). Em que Estado está o feminismo latino-americano? uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: ALVAREZ, Sônia. **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: Sof - Sempre Viva Organização Feminista, 2000. p. 09-25. (Coleção Cadernos Sempre Vivas).

GODINHO, Tatau. Construindo a igualdade, combatendo a discriminação. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo, **Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher**, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004. p. 55-64.

_____. Política feminista e ação governamental. **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 18 p.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 166 p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6, v. 5, Raça e gênero, p. 67-82, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a

_____. Entrevista – Lélia Gonzalez. **Jornal do MNU**. p. 08-09, 1991.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.121-142, nov. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702001000200007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.269-287, nov. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702006000200014>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000200014&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GUZMÁN, Virginia. **La institucionalidad de género en el estado**: nuevas perspectivas de análisis. Santiago de Chile: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo. Serie: Mujer y desarrollo, n. 32, mar. 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, jan. 2009. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>> Acesso em: 18 mai. 2017.

HEILBORN, Maria Luiza. ARAÚJO, Leila.; BARRETO, Andreia. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010. 3v.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

JÚNIOR, Onofre Alves Batista. A construção democrática das Políticas Públicas de Atendimento dos Direitos Sociais com a participação do Judiciário. In:

MACHADO, Felipe; CATTONI, Marcelo (coord.) **Constituição e processo**: entre o direito e a política. Belo Horizonte: Fórum, 324 p, 2011.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. **Descentralização e intersetorialidade na gestão pública no Brasil**: A experiência de Fortaleza. XI Concurso de Ensayos Del Clad “el Tránsito de La Cultura Burocrática Al Modelo de La Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”, Caracas, p.10-75, 1997.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 288, 1994.

LORDE, Audre. **Age, Race, Class and Sex**: Women Redefining Difference. Paper del iveredat the Copeland Colloquium, Amerst College, Reproduced in: Sister Outsider Crossing Press, California 1984.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**: perspectiva e desafios. São Paulo: Annablume, p. 108, 1999.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, v. 16, p. 333-357. 2008. Semestral: Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2017.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. **Los feminismos latino americanos y su compleja relación com el Estado**: debates actuales. Quito, Íconos, n. 45, p. 91-107, set. 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14 ed., atualizada pela Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. 701p.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, n.1, v. 57, p. 13-18, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al (orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, p.130-148. 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO - PENESB**. Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso 22 fev. 2018.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo ignorado. In: **Nova História das Mulheres**, Contexto, p. 382-410, 2012.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres

negras em Salvador, Bahia. 2008. 324 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280705/1/Pacheco_AnaClaudiaLemos_D.pdf> Acesso em: 13 mar. 2017.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo, n. 1, v. 45, p. 36-49, mar. 2005. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social>> Acesso 22 fev. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, n. 2, v. 3, p. 377-404. 2013. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/160>> Acesso 22 fev. 2018.

POGREBINSCHI, T; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 3, v. 54, p. 259-305, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000300002> Acesso 22 fev. 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, v. 3. 1995. Semestral. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, n. 3, v. 16, p. 987-1004. 2008. Semestral. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300017>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RIGAT-PFLAUM, MARÍA. Gender mainstreaming: un enfoque para la igualdad de género. **NUEVA SOCIEDAD**, p. 218, 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **Estudo da política: tópicos selecionados**. Paralelo 15: Brasília, 1988.

São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)

SARDENBERG, C. Da Transversalidade à Transversalização de Gênero. In: I. ALVES; M.L. SCHEFLER; P. VAZQUEZ; AQUINO, S. (orgs), **Travessias de Gênero na Perspectiva Feminista**. Salvador, NEIM/EDUFBA, p. 37-73, 2010.

_____. **GÊNERO E POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL: reflexões em torno de uma experiência doída.** **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, n. 28, v. 2, p.12-37, 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/304894200>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SCHÜTZ, F. **A intersetorialidade no campo da política pública: indagações para o Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284247.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** **Educação & Realidade.** Porto Alegre, n. 2, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SCUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate.** **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 1, n. 16, p. 59-75, jan.-jun./2010. Semestral. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/337/295>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade** In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 65-76, (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 90 p. (Coleção Tendências; v.4)

TINKER, Irene. BUVINIC, Mayra. BO BRAMSEN, Michele. **AAAS Seminar on Women in Development Women And world development: with an annotated bibliography.** Overseas Development Council. New York: Praeger, 1976.

VILLAMIZAR. Yolanda Puyana. **El familismo: una crítica desde la perspectiva de género y el feminismo.** Familias, Cambios Y Estrategias. Ed. Centro de Estudios Sociales, CES. Colombia, p. 263-278, 2007.

WALBY, Silvia. **Introduction: Comparative gender mainstreaming in a global era.** **International Feminist Journal of Politics**, n. 4, v. 7, dez. 2005. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616740500284383>>. Acesso em: 15 set. 2018.

WERNECK, Jurema Pinto. **O Samba Segundo as lalodês: mulheres negras e a cultura midiática.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10> Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>. Acesso em: 15 set. 2018.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

<<http://www.spm.gov.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/tag/spm-pr/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.cfemea.org.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://biblioteca-feminista.blogspot.com/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.seppir.gov.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<http://www.e-clam.org/gpp_ger.php> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.amnb.org.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://https://www.geledes.org.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<<http://www.spm.salvador.ba.gov.br/>> Acesso em 18 mar. 2017.

<http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e.../minas_gerais> Acesso em 18 mar. 2017.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Planos Nacionais de Políticas Públicas (I, II, III). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm>> Acesso em 18 mar. 2017.

Anais das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf>> Acesso em 18 mar. 2017.

Relatórios de Implementação. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/pnpm-relatorio.pdf>> Acesso em 18 mar. 2017.

ANEXO I- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevistas

Essas perguntas fazem parte do trabalho de campo da pesquisa **DOS NAVIOS NEGREIROS AOS PORÕES DA DEMOCRACIA: OLHARES DE MULHERES NEGRAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, DE BELO HORIZONTE – MG A SALVADOR –BA**. Esse trabalho pretende analisar através do olhar das mulheres negras o processo da construção de políticas públicas para mulheres no Brasil através dos planos nacionais de políticas para as mulheres interessando-me mulheres negras que participaram diretamente ou indiretamente desse processo.

1. Começando com sua (Trajetória Pessoal) Gostaria de saber um pouco mais da sua trajetória política como mulher negra... Conte-me como foi sua inserção no movimento de mulheres negras; e como tem sido na sua percepção como movimentos feministas hegemônicos até aqui.
2. Sobre os diversos movimentos de mulheres e as lutas pelas políticas públicas de gênero, como você enxerga essa aproximação entre esses movimentos de mulheres e Estado, antes e depois da criação da secretaria de política para as mulheres a nível nacional e os planos nacionais de políticas públicas

3. No seu entendimento, como se deu a aproximação das pautas das mulheres negras com essa arena de construção de uma agenda de políticas públicas de gênero?

Conferências

1. A primeira conferência nacional de política para as mulheres ocorre em 2004 e representa um avanço significativo na relação entre os movimentos de mulheres feministas ou não com o Estado. Qual foi em sua opinião, o papel das organizações de mulheres negras para que esse momento político tão marcante ocorresse?
2. Segundo dados disponíveis nos anais da I CNPM cerca de 47% das delegadas naquele ano eram negras, em termos de atuação política o que essa representatividade expressiva tem a dizer sobre os conflitos internos dentro dos movimentos de mulheres no Brasil?
3. Dois momentos marcantes demonstram a diversidade desta I conferência: A conferência autônoma realizada anteriormente pelas mulheres indígenas; e, a aliança de parentesco formada entre mulheres negras e indígenas onde segundo as mesmas é necessário “Firmar uma aliança estratégica que dê visibilidade a índias e negras como sujeitos de direito.” No seu entendimento, essa visibilidade precisa se dar de forma conflituosa com o grupo hegemônico de mulheres brancas, por qual razão?
4. A segunda conferência realizada no ano de 2007 trouxe como discussão principal além da avaliação da primeira conferência o debate sobre

mulheres e participação política. Com o slogan, “mais mulheres no poder”, houve um grande debate sobre a participação das mulheres em espaços de decisão. Na sua avaliação como se deu esse embate internamente entre mulheres negras e os movimentos de mulheres hegemônicos, já que a própria conferência demonstrou que mesmo no pequeno número de mulheres nesses espaços, as mulheres negras continuam sendo minoria?

5. Os anais da segunda conferência (2007) demonstram ao menos em termos formais a inclusão de forma direta de algumas demandas específicas da mulher negra, entre elas destaca-se uma maior preocupação com a violência obstétrica contra mulher negra/indígena e maior qualificação de gestores públicos para lidarem com as questões transversais de gênero e raça. Comparando as duas conferências e o período de diferença de quatro anos entre as duas, a que você atribui esse possível avanço de inclusão de demandas por parte das mulheres negras?
6. O período que antecede a terceira conferência é cercado de uma instabilidade política onde houve diversos indicativos da possibilidade da extinção ou fusão da SPM com outro ministério, e isso se torna bem evidente nos anais da conferência. Contudo a própria realização da conferência demonstrou a força das demandas de uma agenda de políticas públicas de gênero construídas nos anos anteriores. Em sua opinião qual foi o papel das organizações de mulheres negras nesse movimento de resistência e permanência da secretaria?
7. A terceira conferência traz como tema principal o lema “autonomia e igualdade para as mulheres” um tema recorrente durante toda a conferência nacional é a discussão sobre dotações orçamentárias e políticas para as mulheres. Você observa um forte embate entre organizações de mulheres negras com as demais organizações

hegemônicas na intenção de garantia de execução de suas demandas? Essas discussões em torno das questões orçamentárias são significativas nas plenárias municipais e estaduais?

8. Em momentos específicos da terceira conferência há uma discussão muito pontual sobre o combate a lesbofobia e ao racismo dentro dos processos de conferências, e o não cumprimento do eixo 09 cujo debate refere-se a essa temática, fica bem explícito nos documentos que as mulheres negras foram as principais parceiras com as mulheres lésbicas nesse processo. Como você entende essa aliança? Em que medida ela se reflete na inclusão das demandas das mulheres negras e lésbicas?
9. A avaliação de políticas públicas aparece como um ponto frágil nas três conferências. Como as organizações de mulheres negras têm se colocado diante desse problema estrutural na construção das políticas públicas para as mulheres? Você observa uma abertura dos grupos hegemônicos para a participação de mulheres negras nesse processo de avaliação?
10. De modo geral a composição das delegações para as conferências nacionais se mantém ao menos em termos de organizações nas 3 conferências. Como você entende isso partindo do pressuposto que essas delegações são compostas de resultados das conferências municipais e estaduais? Quais foram as estratégias das mulheres negras para garantir a representatividade nesse processo?
11. Nós estamos vivendo um momento de preparação para a 4 conferência de políticas públicas para as mulheres, quais são suas expectativas como mulher negra para esse momento?

